

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

**ASSENTAMENTOS ROSÁRIO E CONQUISTA DA FRONTEIRA:
ENTRE O COLETIVO E O FAMILIAR**

CURITIBA

2007

ANGELITA BAZOTTI

**ASSENTAMENTOS ROSÁRIO E CONQUISTA DA FRONTEIRA:
ENTRE O COLETIVO E O FAMILIAR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

CURITIBA

2007

*Aos meus pais,
Ângelo Roberto e Maria Elena,
por me incentivarem e me apoiarem na
difícil decisão de sair de casa e ir atrás do
sonho de fazer mestrado.
Aos meus irmãos Ricardo e Lucas,
que tanto amo;
à minha Vó, por ser meu porto seguro e
minha referência.*

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Osvaldo, pela orientação, pela confiança e pela paciência.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, pelos ensinamentos durante as disciplinas e seminários.

Ao Alfio Brandenburg e a Cimone Rozendo de Souza pelas contribuições durante o Processo de Qualificação e da Banca de Defesa.

À diretoria de pesquisa do IPARDES e ao CTD por colaborarem para que este trabalho fosse concluído.

À “Família Firenze” – Juliana, Mariele, Diego, Crislaine, Regiane e Heloísa – que mostraram como a vida pode ser menos complicada e mais feliz, que ela vale a pena ser vivida, mesmo com o frio de Curitiba e longe de casa.

Aos amigos ipardianos, por serem muito mais que colegas de trabalho.

A Malu, grande amiga e responsável por me fazer aceitar este desafio.

Aos queridos amigos Marilza, Nelsi, Janaina, Louise, Fernando e Agemir.

Anael e Sidemar, grandes amigos que o mestrado trouxe e que ficarão para toda a vida.

À todos aqueles, que de uma forma ou outra, permitiram que este trabalho fosse realizado.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	vi
RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
INTRODUÇÃO	1
1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO MEIO RURAL BRASILEIRO E NO OESTE CATARINENSE	11
1.1 ASPECTOS DA HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO OESTE CATARINENSE	19
1.2 RETOMADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS EM SANTA CATARINA	25
2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA CATARINENSE	36
2.1 O MST NO OESTE CATARINENSE	38
2.2 OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO	42
3 ASSENTAMENTOS ROSÁRIO E CONQUISTA DA FRONTEIRA: CONTEXTO HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO	51
3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ROSÁRIO E CONQUISTA DA FRONTEIRA	52
3.2 ASSENTAMENTO ROSÁRIO: A CONQUISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR	59
3.3 ASSENTAMENTO CONQUISTA DA FRONTEIRA: O DESAFIO DO COLETIVO .	70
3.2.1 Cooperunião: Organização e Papel na Vida dos Assentados	73
3.4 OS JOVENS NO ASSENTAMENTO.....	96
3.5 O ESTIGMA DE SER ASSENTADO	102
3.6 O HABITUS DE ASSENTADO	105
3.6.1 Líder do Assentamento Rosário.....	114
3.6.2 O Habitus dos Assentados do Rosário	116
3.6.3 O Habitus dos Assentados do Conquista da Fronteira	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS ASSENTADOS	132

LISTA DE SIGLAS

BESC	- Banco do Estado de Santa Catarina
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CITLA	- Companhia de Colonização Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda.
CONCRAB	- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
COOPERAUNIÃO	- Cooperativa de Produção Agrícola União do Oeste Ltda.
COOPEROESTE	- Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda.
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CRAB	- Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CREHNOR	- Cooperativa de Crédito Rural
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural e Santa Catarina S.A.
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	- Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER	- Movimento dos Agricultores Sem Terra
MIRAD	- Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MMA	- Movimento das Mulheres Agricultoras
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OGU	- Orçamento Geral da União
PAs	- Projeto de Assentamentos
PCB	- Partido Comunista Brasileiro
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSH	- Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
PT	- Partido dos Trabalhadores
PTB	- Partido Trabalhista Brasileiro
STRs	- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

RESUMO

Este estudo buscou compreender, através de análise comparativa entre dois assentamentos rurais, como o sistema produtivo adotado pode influenciar aspectos da vida econômica e social dos assentados e também a relação deles com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esta pesquisa tem como apoio o trabalho de campo realizado no Assentamento Rosário, adepto da agricultura familiar e o Assentamento Conquista da Fronteira que desenvolve o sistema coletivo de produção. Os dois assentamentos se localizam no Oeste Catarinense. O estudo analisou as diferentes concepções dos assentados sobre o uso da terra e a eficácia do discurso e das idéias do MST em torno da propriedade e do sistema organizacional da produção nos assentamentos. Verificou-se que os assentados pesquisados internalizam o discurso das lideranças quando há uma participação ativa do MST em suas vidas, seja através da presença de lideranças no assentamento ou na participação em cursos promovidos pelo movimento. A ligação dos assentados com MST e suas visões sobre os assuntos recorrentes podem ser influenciados pela história de ocupação, o acampamento, a presença de membros do MST e o sistema organizacional dos assentamentos. Esses fatores são de importância fundamental em relação a como estes assentados entendem ou compreendem a propriedade e a escrituração individual da terra.

Palavras-chaves: Assentamentos; Agricultura Familiar; Coletivo; Oeste Catarinense; MST.

ABSTRACT

This study searched, by comparative analysis between two agricultural settlements, how the adopted agriculture-cattle productive system can influence others aspects of the social and economic seated people's life and their relations with "Movimento Sem-Terra" (MST). This research was derived from the field research developed in Rosário's settlement, which adopts a familiar agriculture model of production and Conquista da Fronteira's settlement which develops a collective system of agriculture production. The both are located in the West of Santa Catarina, Brazil. The study analyses the seated ones different use of the land conceptions and the effectiveness of MST speech and ideas about property and productive system organization in the settlements. It was verified that the searched seated ones incorporate the MST's leadership speech when it is perceived an active participation of these leaders in their lives, either through their frequent visits to the settlements or through the seated participation in courses promoted by MST. The seated association with MST and its visions can be influenced by their occupation history, the encampment, the presence of MST's members and the settlement organizational system. These factors are of highly importance for seated understanding of property and individual legal title of the land.

Keywords: Settlement; Familiar Agriculture; Collective; West of Santa Catarina; MST.

INTRODUÇÃO

Durante o curso de graduação em Ciências Sociais desenvolvemos uma monografia que tratou da concepção de propriedade entre líderes e assentados de um assentamento rural localizado no município de Romelândia em Santa Catarina. Os resultados deste estudo indicaram a existência de dois discursos distintos entre esses atores sociais. De um lado, o discurso da liderança local sugere a nítida assimilação das concepções e princípios gerais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), não buscando a escrituração individual da área de terra e ainda há uma preferência pelo trabalho coletivo. Por outro lado, as concepções dos assentados giram em torno da noção de busca pela escrituração individual da terra e ainda há a primazia pelo trabalho individual ou familiar. Em virtude dessas diferenças apontadas, o assentamento pesquisado é considerado pelas lideranças regionais e pelos próprios assentados como um “assentamento que não deu certo”. Esta expressão “não deu certo”, pelo que o trabalho de campo mostrou não se refere só ao aspecto econômico, mas principalmente ao fato dos assentados não internalizaram as idéias do MST.

Nessa dissertação, com vistas a uma análise comparativa, estamos inserindo um novo assentamento, considerado pelas lideranças do MST como um “que deu certo”, tanto no quesito financeiro, quanto na incorporação das idéias do movimento pelos assentados em suas práticas diárias e no seu modo de pensar e agir. Portanto, esta pesquisa tem como suporte o trabalho de campo realizado em dois assentamentos, o Assentamento Rosário no município de Romelândia, que adota a agricultura familiar e o Assentamento Conquista da Fronteira, localizado no município de Dionísio Cerqueira, que é organizado em torno do sistema coletivo para a produção. Os dois assentamentos se situam no Oeste de Santa Catarina. Um dos objetivos desse trabalho é entender o porquê de alguns assentados desejam e buscam a obtenção da escritura individual da terra e outros não. Entretanto, a partir dos resultados do trabalho de campo pode-se perceber que este não era o ponto fundamental, surgiram então novos questionamentos que puderam ser respondidos a partir do contato com

a literatura de cooperativismo. Assim, o foco de análise foi deslocado no intuito de compreender como estes assentados usam a terra e como isto influencia sua maneira de perceber a propriedade.

Tendo em vista o panorama brevemente esboçado, este trabalho tem como objeto de estudo as concepções de propriedade que os integrantes do MST possuem, sejam eles assentados ou lideranças. E a eficácia do discurso e das idéias das lideranças do MST em torno da propriedade e do sistema organizacional da produção nos assentamentos. Nas falas das lideranças do movimento aparece de forma constante à idéia de que os assentados devem trabalhar de forma coletiva, que eles não querem a escritura da terra. Procura-se saber se este discurso das lideranças é internalizado pela base, ou então como ele é recebido pelos assentados, as diferentes formas que se apresenta aos integrantes do movimento.

Conforme Navarro (2002), referindo-se sobre o MST no Rio Grande do Sul, considera que os integrantes desse movimento são o lumpensinato, ou seja, os mais pobres do campo. Para ele, denominam-se sem-terra os pequenos produtores agrícolas pauperizados, proprietários ou não (meeiros, pequenos arrendatários, parceiros e posseiros), detentores de pequenas parcelas de terras, insuficientes para a sua reprodução social, além de milhares de famílias pobres que vagam pelos campos brasileiros à procura de ocupação e renda, e ainda parte dos assalariados rurais, que em algumas regiões agrárias tem sido atraído para as fileiras do MST.

A reprodução no campo é um dos motivos que levam as pessoas a fazer crescer as filas dos sem-terra e a participar do movimento. Questão esta já tratada por autores clássicos como Kautsky (1980) na Alemanha do final do século XIX. Para este, o processo capitalista, com a inserção do comerciante entre o camponês e o consumidor, acarreta dificuldades financeiros para os camponeses, dissolvendo suas famílias. O camponês possuía cada vez mais necessidade de dinheiro e conseqüentemente tinha que expandir sua produção. Assim, a terra ficava pequena para abrigar à todos no campo, tanto que os filhos migravam para as cidades ou para América.

Na Alemanha, esse processo de proletarização dos camponeses reduz suas famílias, e lança para o mercado de trabalho a mão-de-obra excedente de filhos e filhas dos camponeses, sendo que a única mercadoria que lhes restava para vender era a sua própria força de trabalho. A antiga sociedade de família camponesa, que explorava a propriedade exclusivamente pelo seu próprio trabalho foi substituída, nas grandes explorações camponesas, por um grupo de operários, contratados que, sob as ordens do proprietário, trabalhavam para ele os seus campos, guardavam o seu gado e armazenavam as suas colheitas.

Hoje essa situação ainda se faz presente junto aos pequenos produtores rurais. Os pais, muitas vezes, possuem uma extensão de terra que é insuficiente para o sustento e trabalho dos filhos, o que acarreta a necessidade de busca de áreas maiores de terra para ocupar a mão-de-obra familiar.

A maioria dos assentados pesquisados para este trabalho, antes do assentamento, trabalhava como arrendatários, os seus filhos, que queriam continuar a trabalhar na roça, saíram da casa dos pais e foram participar do movimento, pois a vida de assentado não propiciou condições de conquistar sua própria terra.

A partir da pesquisa de campo pode-se perceber que dentro de um mesmo movimento existem visões e discursos diferentes em relação à propriedade da terra e a questões relacionadas ao assentamento. Em um dos assentamentos, os assentados entrevistados¹ preferem e adotaram o trabalho individual e mencionam a vontade de ter a escritura da terra que garantisse a posse sobre aquele local, como nos moldes contestados pelo MST. Enquanto que no outro, aparentemente, todos querem a posse e uso coletivo da terra, sem almejar a escritura da mesma.

Diante desse problema procurou-se analisar as proximidades e diferenças no discurso dos assentados em relação à propriedade. Assim, a pesquisa centrou-se em compreender a percepção dos assentados acerca da noção de propriedade, qual

¹ Assentados entrevistados em trabalho realizado anteriormente, no ano de 2004.

a visão sobre a escritura da terra e do uso dela de forma individual ou coletiva e como isto influencia nas relações dos assentados e na sua maneira de ver a sociedade. E até que ponto as idéias da direção MST estão internalizadas neles.

Para tentar entender e explicar as diferenças de concepções sobre propriedade, a relação com o MST e os distintos modos de usar a terra, é utilizado o conceito de *habitus* sistematizado por Pierre Bourdieu. Acreditando que estas diferenças estão ligadas ao *habitus* dos assentados, que fazem parte da trajetória de vida dos mesmos, de um modo de ser que não é individual, mas que é de um grupo. O *habitus* é um sistema de disposições, de tendências duradouras e transponíveis adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização. Os condicionantes associados a uma base particular de meios de existência produzem *habitus* que são estruturas estabelecidas, estruturadas na sociedade dispostas a funcionar como estruturas com tendência a se reproduzir socialmente. O *habitus* possui certa autonomia em relação ao indivíduo, pois, mesmo que este desapareça o *habitus* continua a existir, pois, está ligado a coletividade. Ele não descreve apenas os valores que os indivíduos trazem em si, mas também os mecanismos sociais pelo qual eles internalizam os valores de forma eficiente (BOURDIEU, 1994 e 1983).

Para este autor é através da socialização que o indivíduo incorpora o *habitus* de grupo e produz a conexão dos indivíduos pertencentes a ele, reproduzindo ao mesmo tempo enquanto grupo que compartilha o mesmo *habitus*. Ele está na base da reprodução social, é um princípio de conservação, mas pode-se entender que através desta reprodução pode ocorrer um princípio de invenção e mudança. Ele permite a reprodução e também a mudança social. O *habitus* é um sistema de tendências duradouras e transponíveis, adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização, onde é formado através das relações sociais do mesmo. Estas disposições adquiridas são comportamentos, valores, tendências que percebemos, maneiras de sentir, de ver o mundo, de pensar e fazer, internalizadas pelo indivíduo através de suas condições objetivas de existência, através de seu meio social, de suas relações sociais e que funcionam como princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão (BOURDIEU, 1974).

É por compartilhar de um *habitus* que o indivíduo tem certas atitudes, determinados gostos, visões de mundo e desejos e responde daquela maneira frente a situações. É através destas disposições adquiridas pelo processo de socialização que elabora determinadas estratégia de respostas frente a acontecimentos sociais, a maneira de se comportar em determinados locais. Se estiver em locais que seu *habitus* tem alguma familiaridade ele vai sentir-se a vontade. Enquanto que, se o contrário, sofrerá um estranhamento, não sabendo como reagir.

Voltando a nossa inquietação quanto as diferentes visões sobre propriedade encontramos abrigo quando lemos Proudhon que nos ajuda a melhor entender as lideranças do MST. Elas possuiriam dois conceitos de propriedade, como sistematizou este autor (WOODCOCK, 1983), existindo a propriedade privada legítima e a ilegítima. Os grandes latifúndios de terras, por serem fruto da exploração do homem pelo homem consistiriam em propriedade ilegítima, enquanto que a pequena propriedade ligada à subsistência da família, e não a busca incessante pelo lucro, seria a propriedade legítima.

Uma hipótese a ser avaliada é de que a forma organizacional de produção adotada pelos assentados influência na sua maneira de ver a propriedade. Ou seja, quem está no sistema coletivo tende a não querer a escrituração individual enquanto que os que trabalham no sistema de agricultura familiar desejariam ter a escritura. Entretanto, pressupõe-se, que esta influência perdura enquanto o modo de produção seguido está tendo sucesso, com lucros na produção e adaptação ao meio que estão integrados. Quando isto não é alcançado, haveria uma tendência a preferir o outro modelo, diferente do adotado.

Retomando mais uma vez o problema de pesquisa, temos como objetivo:

1. Analisar a concepção dos assentados a respeito da propriedade e das formas de apropriação da terra, comparando os integrantes do assentamento coletivo, que trabalham em cooperativa, e o assentamento individual, com produção familiar;

2. Examinar o discurso dos assentados a respeito das formas de apropriação da terra e da organização do trabalho produtivo;
3. Comparar as percepções dos assentados sobre temas que os rodeiam.
4. Verificar em que medida o MST por mais que seja um movimento coeso, é heterogêneo, apresentando entre os assentados vários discursos e formas de interpretar as questões que o cercam.

Trabalho de campo

Na investigação servimo-nos de uma pesquisa qualitativa para analisar a visão dos assentados do MST em relação à propriedade, procurando verificar se a mesma recebe tratamentos discursivos diferenciados para os assentados adeptos do sistema de produção coletivo e familiar e também entre líderes e base. Segundo Navarro (2002), as lideranças do MST têm um discurso formatado sobre os assuntos recorrentes. Nos seus encontros de formação há a construção de um discurso quase que invariável de uma liderança para outra, então a pesquisa quer saber se esse discurso, essas idéias chegam até a base que é formada pelos assentados e se por estes é internalizada. E como estes condicionantes e tantos outros trazidos e adquiridos pelos assentados dentro do assentamento/acampamento constituem o *habitus* do assentado. Foram realizadas doze entrevistas semi-estruturadas no Assentamento Rosário, sendo uma com o líder do assentamento e as demais entrevistas com os outros assentados. O líder do assentamento foi identificado através dos outros assentados que o indicaram e o reconhecem como tal e por ele mesmo assumir esta posição. No Assentamento Conquista da Fronteira foram treze entrevistas semi-estruturadas. Neste assentamento é difícil apontar quem são os líderes, não é fácil identificá-los, e não há o reconhecimento do grupo sobre a existência de um ou mais líderes. As pessoas escolhidas para as entrevistas buscaram apreender a diversidade do assentamento, o que pode mostrar pontos de vista diferentes. Nas entrevistas nos servíamos de um questionário semi-estruturado e estas foram gravadas em fitas

cassetes com gravador, com autorização do entrevistado, e depois transcritas para facilitar a análise e uso das mesmas neste trabalho.

No Assentamento Rosário, onde se desenvolve a agricultura familiar entre os moradores, foram feitas seis visitas para a realização de observações, conversas informais e doze entrevistas. Geralmente em cada entrevista tornava-se necessário “explicar o trabalho”, dizendo que o objetivo da pesquisa é saber a opinião deles sobre os assuntos do assentamento, mas como já foi feita uma monografia sobre a história do assentamento eles acham que é o mesmo tema. Na primeira vez que estivemos na casa de um assentado, informamos o objetivo da pesquisa e, ele disse que já tinha tudo o que era necessário e trouxe a monografia citada acima. Foi preciso explicar que a ajuda deles era necessária mesmo assim. Isso não ocorreu no Conquista da Fronteira, que estão habituados a receber estudantes e pesquisadores com o objetivo de conhecer os mais diversos assuntos referentes ao assentamento.

Quando estivemos no Assentamento Rosário sempre fomos bem recebidos em todas as casas. Essa recepção é bastante distinta da idéia que nos foi repassada pelas pessoas que moram perto dos assentados. A imagem construída pelos vizinhos do assentamento é calcada em estereótipos que os percebem como sendo bagunceiros, bêbados e vagabundos. Tal imagem negativa é bastante similar àquela encontrada na sociedade para mostrar a maioria dos integrantes do MST. Verificamos tais estereótipos nas conversas informais que tivemos com os vizinhos do assentamento. É interessante notar que os próprios integrantes do movimento também compartilham estas imagens, pois no que conversamos com um coordenador da Secretaria Regional do MST em Chapecó - SC e informamos que íamos neste assentamento ele não demonstrou entusiasmo e falou que esse assentamento era um projeto do MST e do INCRA que “não tinha dado certo”.

No Assentamento Conquista da Fronteira realizamos uma primeira visita com o objetivo de conhecê-lo, e pedir autorização para fazer o trabalho de campo. Inicialmente encontramos um senhor dirigindo uma carroça, perguntamos quem era o líder, ou a indicação de alguém que pudéssemos falar para realizar uma pesquisa.

Este senhor nos indicou outro assentado que estava no abatedouro do assentamento. Fomos até o local e conversamos com ele. Apresentamo-nos, falamos das intenções de pesquisa. Informou-nos que existem muitas pessoas que vêm fazer estágio ou pesquisa no assentamento e visitas são inúmeras. Disse que eles têm interesse nesses trabalhos, pois querem mostrar o seu modelo para os outros, mostrar que eles não estão isolados do mundo. Ele falou que faria uma reunião para ver se podíamos ir ao assentamento e elaborariam um cronograma para nossa permanência no assentamento. Trocamos telefones e combinamos de na próxima semana entrar em contato para saber da disponibilidade da nossa ida. Alguns dias depois nossa pesquisa foi liberada e em dezembro de 2005 fomos para o assentamento. Ficamos 14 dias e nos hospedamos na casa de uma família assentada.

No período em que permanecemos no Assentamento Conquista da Fronteira foi designado um jovem para supervisionar a pesquisa, ele decidiria alguns lugares que deveríamos conhecer e qualquer dúvida que ocorresse deveríamos recorrer a ele. Ressaltando que tivemos total liberdade para escolher os entrevistados e o roteiro da entrevista a ser aplicada. Na nossa estada no Conquista da Fronteira participamos de atividades com os assentados como reuniões e assembléia. No assentamento havia cerca de vinte pedreiros que estavam construindo novas casas para os assentados e estavam no alojamento do assentamento, algumas mulheres eram responsáveis pela realização do almoço e janta para os mesmos, geralmente nós ajudávamos estas mulheres nesta tarefa. Isso possibilitou a construção de uma relação de proximidade junto a elas que foi seguramente mediada por compartilharmos a mesma identidade de gênero. E enquanto cozinávamos conversávamos sobre o cotidiano delas e do assentamento. Geralmente em duas tardes na semana é realizado o abate de frangos no frigorífico do assentamento. Fomos convidados pelo nosso supervisor para participar do abate. Primeiro, o técnico da prefeitura, que faz a inspeção sanitária do abate, nos mostrou todos os procedimentos técnicos do abate e depois foi nos delegada a nossa função durante o abate. Ficamos na embalagem de cortes de frango, onde também foi possível conversar com as assentadas que estavam neste setor.

E assim procedemos durante todo o trabalho de campo participando das tarefas do assentamento para melhor nos inserirmos entre os assentados e conseguirmos desenvolver nosso estudo.

No final de maio de 2007 uma primeira versão deste texto foi submetida ao exame de qualificação, entre outras sugestões, foi sugerido que voltássemos a campo com o objetivo de complementar os dados da pesquisa. Especificamente sobre as cotas da cooperativa, o perfil dos assentados e a renda dos mesmos. Isto se realizou no final do mês de junho onde visitamos os dois assentamentos.

Nossas entrevistas tentaram dar conta da diversidade de atores do assentamento, Assim, entrevistamos pessoas que poderiam representar formas de pensar diversas dentro do assentamento. Então, entrevistamos mulher divorciada, o último a chegar ao assentamento, lideranças, funcionários do escritório, quem trabalhava na lavoura, aviários, quem veio de outros estados do país com uma cultura regional totalmente diferente da maioria dos assentados, sendo que no total foram treze entrevistas.

No trabalho de campo nossa maior dificuldade foi a falta de experiência, o medo, a timidez, a insegurança para abordar os entrevistados. Outro fator de dificuldade foi à distância da nossa casa até o assentamento e os horários de ônibus são desconhecidos, surgindo à necessidade de ir de carro próprio.

A inserção a campo é de suma importância, pois somente através desta é que se consegue entender a lógica interna do assentamento. É com o “encontro com o outro” que conseguimos perceber como se dão as relações dos grupos, no caso, os assentados do Rosário e do Conquista da Fronteira.

Este trabalho é composto, além desta introdução e da conclusão, de três capítulos. No primeiro abordamos elementos da história da luta pela terra no Brasil e em Santa Catarina, na tentativa de esboçar um panorama dos principais acontecimentos envolvendo a questão agrária nacional e do estado de Santa Catarina, em que se concentra nosso estudo. No capítulo seguinte traça-se os aspectos principais que permeia a história do MST em Santa Catarina e no Oeste Catarinense, mostrando como esse movimento se consolidou nessa região na década de 80. O terceiro

capítulo traz uma caracterização dos assentamentos estudados e em seguida discutimos a sua organização, coletiva ou familiar, que acaba por envolver vários aspectos da vida e da organização dos assentamentos. E ainda analisamos estes assentados a partir do conceito de *habitus* de Bourdieu, tentando identificar diferentes grupos entre estes assentados.

1 ELEMENTOS HISTÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO MEIO RURAL BRASILEIRO E NO OESTE CATARINENSE

São muitas as imagens cristalizadas no imaginário social acerca do meio rural brasileiro. Tais imagens oscilam entre a violência e o paraíso. Por um lado, estão vinculadas à violência e à idéia de uma terra sem leis, por outro são apresentadas como um lugar pacato, quase sem habitantes e inanimado, marcando uma visão idílica do campo.

Entretanto, quando nos detemos com um olhar mais apurado constata-se que a história do campo, acima de qualquer definição estática, está permeado por lutas, resistências, mobilizações políticas, muitas vezes violentas, mas com o objetivo de assegurar as conquistas e direitos dos camponeses.

No Brasil, são vários os esforços realizados para resgatar e sistematizar esta história.² Esforços feitos por entidades, centros de pesquisa, pesquisadores e professores que se abalizam em escritos, documentos, entrevistas e depoimentos dos personagens dessa história para tentar reconstruí-la.

Buscamos fazer um breve resgate de alguns fatos e movimentos importantes para entendermos elementos das lutas no campo registradas no Brasil. Este resgate torna-se importante para o trabalho porque nos ajuda a entender o contexto histórico em que os assentamentos pesquisados estão inseridos. Para tanto, este capítulo se subdivide em duas partes, a primeira procura relatar fatos significativos das lutas no campo em um contexto nacional e na segunda detém seu olhar sobre elementos da história e da colonização do Oeste Catarinense por se constituir no recorte espacial de nossa pesquisa.

Com base na obra de Medeiros (1989) ressaltaremos alguns movimentos que tiveram destaque na história dos movimentos sociais do campo, que se orga-

² Ver os trabalhos de MEDEIROS (1989), MARTINS (1986).

nizam e a aparecem no cenário nacional no começo do século XX, mas é a partir da década de 40 que há informações mais precisas sobre eles. Estes movimentos foram calados com o golpe de 64, mas o germe já tinha sido lançado antes disso e com o tempo ressurgiram.

Os movimentos sociais rurais que emergiram a partir da década de 40 apresentaram-se de forma isolada em vários lugares do país, mas eram unidos pelo mesmo objeto de luta, assim pode-se dizer que todos os movimentos e lutas registrados no campo têm relação com a terra, seja para conquistá-la ou manter sua posse, ou seja, sobre a renda paga para poder explorá-la.

Uma das primeiras manifestações de que o campo apresentava sinais de insatisfação quanto a realidade vivida pelos seus habitantes em relação à terra foi a luta dos posseiros que ocorreu no final da década de 50. No norte de Goiás, migrantes que vieram, nos anos 40, de vários lugares do país e se instalaram nesta região foram ameaçados de expulsão pelos grileiros. Os posseiros resistiram e com a expansão da notícia, outras frentes vieram apoiá-los. No ano de 1957 a área estava sob o controle dos posseiros, impedindo a entrada de jagunços, grileiros e da polícia.

Outro exemplo de luta de posseiro ocorreu na região de Porecatu, no norte central do Paraná, divisa com o estado de São Paulo, na década de 40, ficando conhecida como a Guerrilha de Porecatu. O município de Porecatu foi o ponto central da revolta, mas Jaguapitã, Guaraci e Centenário do Sul, situados na mesma região do Paraná, também estiveram envolvidos.

Esta área fazia parte de uma concessão muito antiga que o governo do estado do Paraná havia feito em favor da Companhia Colonizadora Alves de Almeida e Irmãos sem que nenhuma obra de colonização tivesse sido efetivamente realizada (SILVA, 2006, p.52-53).

No ano de 1942, o governador Manoel Ribas anulou esta concessão, loteando as terras para vendê-las a preços reduzidos para os lavradores. No entanto, o Estado não concedeu os títulos de propriedade a eles, mesmo muitos deles tendo pagado pelas terras e foram os primeiros a desbravá-las. E ainda

...o aumento do preço do café no mercado internacional, o descobrimento das qualidades fito-edáficas excepcionais das terras setentrionais do Paraná, 'superiores a qualquer região do país', acabaram por desencadear um afluxo de posseiros, vindos de todos os confins do Brasil, seduzidos pelo novo Eldorado. Mas provocou, paralelamente, a corrida para a região de fazendeiros, de proprietários de terras e de especuladores de todo o tipo. Os lavradores eram muitas vezes acusados de terem montado uma verdadeira 'indústria de invasão', que teria transformado os posseiros em profissionais de invasão (SILVA, 2006, p.54).

Ainda segundo Silva (2006), este confronto apresentava quatro atores principais: os posseiros incentivados por militantes do PCB; os fazendeiros com seus jagunços e pistoleiros; o próprio Estado e ainda, um quarto ator, a imprensa. Esta desempenhou um papel mais de formador de opinião a serviço da classe dominante do que informativo para a população.

Como o governo estadual não regularizou a situação dos posseiros, no ano de 1945 começaram a aparecer os primeiros conflitos. Estes conflitos se caracterizaram pelos posseiros resistindo com armas às investidas dos fazendeiros. Com o passar do tempo, a resistência se tornou habitual até se formarem grupos armados no interior das terras para proteger suas posses.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) teve um papel importante nesta guerrilha, pois, após um período, tomou a direção na luta dos camponeses. Este partido conseguiu unir e dar um caráter mais sistemático ao movimento e no final do ano de 1948, após algumas reuniões e discussões, o PCB propôs a constituição de bandos armados e de resistência ao governo estadual. Podemos dizer que a Guerrilha de Porecatu teve episódios de extrema violência e brutalidade, tanto por parte da polícia e fazendeiros como por parte dos posseiros.

Ainda no Paraná, na região Sudoeste, acontece a Revolta de 1957. Duas glebas, Missões e Chopim, são reivindicadas pela Companhia de Colonização³ Clevelândia, Industrial e Territorial Ltda. (CITLA). Entretanto estas glebas já estavam ocupadas, principalmente por agricultores familiares, imigrantes do Rio Grande do Sul.

³ Para maiores informações consultar GOMES (1986).

A Companhia tentou vender lotes de terras aos posseiros ou fazê-los assinar contratos de arrendamento, mas sem oferecer documento que comprovasse a transação. Por conseguinte a empresa empregou várias formas de coação de extrema violência sobre os posseiros.⁴ Após várias investidas da empresa colonizadora,⁵ ocorreu a articulação de resistência dos posseiros. É interessante ressaltar que os posseiros receberam apoio de vários grupos da sociedade, como profissionais liberais, comerciantes, fugitivos da justiça, entre outros. Estas alianças firmadas colaboraram para o sucesso da revolta.

No ano de 1957 iniciaram-se os confrontos diretos com os grileiros, representados na forma da Companhia Colonizadora. O ato mais expressivo aconteceu na cidade de Francisco Beltrão, onde se localizava o seu escritório. Este foi ocupado pelos posseiros que controlaram totalmente a cidade e obrigaram o governo a negociar. Em 1961, a situação foi resolvida com a regularização das terras e a concessão dos títulos para os colonos. E este tipo de conflito envolvendo posseiros contra grileiros e companhias colonizadoras se desenvolveram em vários lugares do país.

Semelhante à luta dos posseiros, comentada anteriormente, houve as lutas realizadas por arrendatários, também nos anos 50. Diferentemente dos posseiros que lutavam para não sair da terra, os arrendatários lutavam contra a alta das taxas de arrendamento, ou contra formas de contrato que obrigavam o arrendatário, após um período de uso, a deixar o pasto formado. Isto implicava, conseqüentemente, na inutilização da terra para o plantio pelos arrendatários. Como ilustração dessas lutas, tem-se aquela que ocorreu em Santa Fé do Sul, no estado de São Paulo (RADIN, 2001).

⁴ Gomes (1986) relata vários casos de violências dos jagunços contratados pelas empresas colonizadoras contra os colonos, são relatos de estupros, assassinato de famílias, crianças, inclusive a gota d'água para a explosão do conflito foi quando estes jagunços bateram se "suitera" em três crianças, deixando-as marcadas.

⁵ Agir com violência física, fazer os colonos assinar á força notas promissórias se comprometendo a pagar valores para a companhia, entre outros.

Outro fenômeno extremamente importante na história rural são as ligas camponesas. Elas são mais conhecidas como tendo se originado no Nordeste brasileiro, principalmente no estado de Pernambuco. Muito pouco é ou foi explorado sobre a ocorrência das Ligas em outros estados do Brasil, porém existem estudos relevantes sobre o tema que dão maior luz sobre estas manifestações. No Paraná, os primeiros registros dessas ligas indicam o ano de 1945 e eles se estendem até 1951. A Guerrilha de Porecatu marca o auge e a extinção das ligas camponesas neste estado, onde 12 ligas estavam em ação. Elas não se caracterizavam por movimentos armados, mas podem ter dado apoio aos guerrilheiros. Segundo Silva (2006) as ligas possuíam atividades ideológicas de disseminação das suas idéias, panfletos, entre outros. As Ligas paranaenses foram marcadas pela atuação do Partido Comunista do Brasil.

O desenvolvimento das Ligas Camponesas no nordeste brasileiro é um fenômeno mais conhecido, importante para a história rural do país, tendo como palco principal de surgimento o estado de Pernambuco. No Engenho Galiléia, em 1955, surgiu a Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, que ficou conhecida como Liga Camponesa. Para Martins (1986, p.76) as ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos, que começaram a ser retomados por seus proprietários absenteístas, devido à valorização do açúcar e à expansão dos canaviais. Desde os anos 40 os foreiros vinham sendo expulsos da terra, ou então reduzidos a moradores de condição, o que pode ser reconhecido como um passo para tornarem-se trabalhadores assalariados não-residentes.

As Ligas surgiram num contexto de crise política regional, onde os nordestinos tomavam consciência de suas dificuldades econômicas, opressões políticas e ainda da maneira paternalista de tratamento do Estado, que apenas os socorriam em época de grandes secas. Nesse contexto incorpora-se a demanda do governo federal por industrializar o Nordeste. O problema da miséria dos camponeses e

de seu êxodo para o Sul era explicado, pelo governo, como resultado do latifúndio subutilizado, que impedia que estes camponeses o utilizassem.

Uma política regional de desenvolvimento baseada na industrialização deveria sustar e inverter o círculo vicioso da pobreza de uma agricultura monocultora e latifundiária. É assim que surge a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste e é assim que surgem alianças políticas envolvendo extremos tão opostos como o Partido Comunista e a União Democrática Nacional, o partido por excelência da burguesia (MARTINS, 1986, p. 77).

Havia dois grupos distintos de trabalhadores a serem mobilizados e organizados. De um lado, os foreiros das terras de engenho, camponeses em via de expulsão. De outro lado, os moradores das usinas, trabalhadores em vias de converterem-se definitivamente em assalariados, perdendo as características camponesas, além daqueles que já estavam efetivamente reduzidos à condição de assalariados, expulsos de seus roçados para as “pontas de ruas”, que eram povoados próximos às usinas. Embora formalmente reconhecidos pela Consolidação das Leis de Trabalho, de 1943, os trabalhadores não gozavam, no país inteiro do direito à sindicalização. Um grande destaque das ligas camponesas foi o advogado e deputado Francisco Julião, que assessorava as ligas e defendia os direitos dos camponeses.

Segundo MARTINS, em 1961, quando Goulart assume a presidência do Brasil já havia, praticamente, formado o sindicalismo rural no Brasil, fruto do avanço do movimento camponês da década de 50. O empenho do governo na concessão de cartas de reconhecimento de sindicatos de trabalhadores rurais leva a um rápido desenvolvimento do sindicalismo no Nordeste, particularmente na Zona Canavieira. Esse processo produz um refluxo das Ligas Camponesas, que gradativamente se convertem em sindicatos.

Além das revoltas e ligas camponesas já citadas, há também a construção de outros movimentos sociais rurais. No Rio Grande do Sul, ocorre, na década de 60, a formação do MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra). No município de Encruzilhada do Sul, no ano de 1960, cerca de 600 colonos ocupavam uma área a mais de meio século, quando o juiz do município deu ganho de causa a um fazendeiro de Pelotas, outorgando-lhe o direito de ocupar essa área, desabrigando

os colonos. Segundo Wagner (1989) os colonos procuram o prefeito municipal Milton Serres Rodrigues (PTB) para resolver o problema, que os aconselha a resistir na área. O juiz acusou o prefeito de incitar a resistência. Para fugir da acusação o prefeito com ajuda de seu partidário Paulo Schilling formam uma organização para os agricultores: o MASTER. Estes políticos fazem um manifesto onde expõem a situação dos agricultores e posicionam-se a favor de uma reforma agrária radical.

O MASTER teve influência das Ligas Camponesas e inicialmente careceu de representatividade popular, devido a forma autoritária como foi criado. Mas com o tempo, através do ingresso de algumas lideranças de base, o movimento ganhou mais representatividade junto aos camponeses, unificando as suas lutas. Entre os anos de 1960 e 1962, o movimento recebeu o apoio do governador Leonel Brizola que o reconheceu como de utilidade pública, os integrantes do movimento começaram a participar de congressos, a viajar e conhecer outras realidades e a apresentar a sua. Entre 1962 e 1963 dá-se prioridade à formação de acampamentos de sem-terra, às concentrações e às ocupações de terra.

A mobilização foi feita principalmente entre colonos que não eram descendentes de alemães e italianos. A montagem do acampamento começava pelo anúncio nas rádios de um grande churrasco, que durava até três dias. No segundo dia chegava o governador Brizola, que prometia desapropriar aquela área. Os integrantes do acampamento eram cadastrados e ficavam em casa esperando terra para serem assentados, porém a maioria não recebia a terra prometida. No acampamento de Passo Feio, próximo a Nonoai, os sem-terra resolveram, assim, permanecer na terra, como forma de pressão para acelerar o processo de desapropriação. Entretanto, nesse período, mudou o governo do estado do Rio Grande do Sul, assumindo Ildo Meneguetti (PSB) que se posicionou de maneira contrária a proposta de reforma agrária do governo anterior, destruindo os acampamentos ainda existentes. Os acampados de Passo Feio resistiram por mais de um ano às pressões da Brigada Militar. Muitos deles se dispersaram e outros foram orientados, pela polícia, a entrar nas terras dos índios kaingang de Nonoai. Dessa maneira, o governo estadual

transferia este problema para o presidente da república, João Goulart, já que as áreas indígenas são de competência do governo federal (WAGNER, 1989). Com o golpe militar de primeiro de abril de 1964, o MASTER foi silenciado a maioria de seus militantes e líderes foram, inevitavelmente, levados a clandestinidade e perseguidos pela polícia.

Poli (1995) faz três considerações sobre o MASTER. Em primeiro lugar, que foi um movimento conduzido principalmente por lideranças políticas, já que foi criado por um prefeito do PTB. Para este autor, talvez pela maneira como foi criado, tenha se concentrado mais em torno dessas lideranças do que propriamente em torno da organização coletiva dos camponeses. Mesmo no caso de Passo Feio há indícios de que a organização se assentava muito sobre a ação de algumas lideranças de destaque. Em segundo lugar, entre as lideranças de base, havia certa ingenuidade política, que pode até ser identificada como um voluntarismo ou espontaneísmo. Por não perceberem a evolução do quadro político a cada momento, comprometeram o sucesso das ações. Em terceiro lugar, que o MASTER possuía uma proposta de reforma agrária diferente das ligas camponesas, mesmo tendo sido influenciado por elas. Este movimento queria fazer a reforma agrária de modo pacífico, através dos trâmites legais, ao contrário das ligas, que propunham a reforma agrária de forma revolucionária. Há ainda outro fator, apontado por Lisboa (1987), de que o objetivo do MASTER com seus acampamentos e mobilizações limitava-se à conquista da terra, não se colocando uma perspectiva mais ampla de transformação da estrutura fundiária e social, ou da lógica de desenvolvimento agrário.

Em 1964, utilizando-se de várias ferramentas, o governo militar calou os movimentos sociais ligados ao campo. Neste período ditatorial, algumas mudanças profundas ocorreram no cenário brasileiro. A modernização conservadora da agricultura, por exemplo, dispensou mão-de-obra rural e expulsou camponeses para a cidade. Isto provocou outro fenômeno importante na história recente, o êxodo rural. É também no final da década de 70, início dos anos 80, que começam a surgir vários movimentos sociais no campo.

Estas disputas no campo contrapõem-se a uma das imagens que dele é repassado, de um lugar pacato, idílico e de inércia política. Em lugares distintos ocorreram movimentos com naturezas diferentes, mas sempre tendo a terra como centro gerador. Há uma busca dos camponeses por ter seus direitos atendidos, se posicionando de maneira a enfrentar as situações que os incomodava, ou que consideravam injustas. Entretanto estes confrontos geraram certo grau de violência que marcou o meio rural, sacrificando muitas vidas e famílias.

Estes elementos lançados até aqui permitem ter alguma idéia da história do meio rural no século XX. Após o panorama esboçado, trataremos algumas questões da história agrária do Oeste Catarinense que é onde estão inseridos os assentamentos analisados.

1.1 ASPECTOS DA HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO OESTE CATARINENSE

A história da ocupação de Santa Catarina tem suas particularidades, suas características próprias, mas em muitos pontos não se diferencia da história nacional repleta de lutas de seus atores. O processo de ocupação e colonização de Santa Catarina ocorreu no século XVII. E, como a maior parte do Brasil, a colonização dos portugueses em Santa Catarina situou-se no litoral e não se expandiu para o interior do estado. Isto mostra reflexos em vários aspectos atuais de Santa Catarina, como por exemplo, a industrialização e a concentração de habitantes são maiores na região litorânea.

Por esse motivo o Oeste Catarinense teve como habitantes, durante um longo período, índios e alguns sertanejos que estavam nesta região. A entrada dos primeiros “conquistadores” no sertão catarinense começou a partir das incursões contra os índios das missões jesuíticas e, nos campos de Lages e Curitibanos, pelos caminhos das tropas. Os caminhos das tropas contribuíram para o processo de colonização do interior de Santa Catarina. Onde os tropeiros paravam para des-

cansar os animais,⁶ formaram-se os primeiros povoados. Um desses pontos é a atual cidade de Lages (RADIN, 2001). No final do século XIX o tropeirismo começa a mudar de rota passando mais ao oeste do estado, na estrada de Palmas ao Rio Grande do Sul. Mas só depois de muitos anos que os povoados originados pelo tropeirismo vão se formando próximo ao Oeste Catarinense.

Precisa-se ter em mente que no final do século XIX e começo do século XX as áreas não estavam com as fronteiras bem divididas e definidas por países ou estado. Havia uma área denominada campo de Palmas, esta região compreendia parte do estado do Paraná e Santa Catarina, inclusive o Oeste Catarinense. Essa área continha outro complicador já que nem as divisas nacionais entre Brasil e Argentina, localizadas nessa região estavam definidas. E esta questão de limites permanecia adormecida porque nem o estado do Paraná e nem o de Santa Catarina demonstravam interesse por ela, estavam mais preocupados em povoar as áreas próximas do litoral, relegando a mesma a um segundo plano. Ou então, por receio de fazer investimentos na região e depois perder a área para o outro estado.

Até meados do século XIX os governos do Brasil e da Argentina não discutiram nem resolveram a questão das fronteiras entre os dois países, entretanto, no ano de 1857 o governo brasileiro tomou a iniciativa de definição das fronteiras. O governo argentino só tomou posição em 1882 quando declarou ser os rios Chapecó e Chopim o limite entre os dois países. O Brasil revidou afirmando que a divisa era entre os rios Peperiguaçu e Santo Antônio. A diferença entre as áreas reivindicadas chegava a 30.000 km². Diante desta situação o Brasil passa a se preocupar em colonizar a área, já que “o principio *Uti Possidetis*, que era diplomaticamente usado em Convenções e Tratados, segundo o qual, um país teria direito a um determinado território somente por sua ocupação efetiva e prolongada” (RADIN, 2001, p.30). Na idéia de colonização entravam elementos como catequização dos índios, habitar e cultivar as terras, fazê-las produzir, enfim levar mais população e movimento para a região.

⁶ Este período de descanso chegava a durar até um ano.

Outro elemento que demonstra esta preocupação colonizadora é a construção da estrada de ferro, que ligava o estado de São Paulo até o Rio Grande do Sul, na década de 1910. A construção serviu como impulso para povoar a região. Além de facilitar o transporte na região, a obra trouxe muitas pessoas, em torno de dez mil, para a construção da mesma. Depois da construção da estrada, estas pessoas acabaram ficando na região.

Segundo os estudos históricos, a empresa que se responsabilizou para a construção da estrada de ferro recebeu do governo o direito de explorar uma extensão de 15 km de cada lado da ferrovia. A prática usual de exploração consistia em extrair e comercializar a madeira e depois vender essa terra aos colonos que nesta época estavam vindo do Rio Grande do Sul, onde havia esgotamento da fronteira agrícola, para Santa Catarina, o que representava um duplo lucro para a empresa.

Diversas empresas colonizadoras passaram a atuar em todo o Oeste Catarinense, aproveitando a fertilidade e abundância de terras então disponíveis para a colonização. Acrescentam-se as facilidades oferecidas pelo poder público, que fazia concessões de terras como forma de pagamento pela abertura de estradas (RADIN, 2001, p.36).

Os colonos que viveram nesta região eram em sua maioria oriundos do Rio Grande do Sul, onde a fronteira agrícola já havia se esgotado ou então suas terras eram de difícil manejo agrícola. Eles são atraídos pelas promessas e propagandas feitas por estas empresas. As propagandas feitas iam ao encontro dos anseios dos mesmos, que vieram para o Brasil com o intuito de serem agricultores proprietários de suas terras.

O processo de colonização que se instaurou em Santa Catarina depois dessa época simplesmente ignorou a presença dos nativos. As terras eram vendidas sem citar os índios ou sertanejos da região. A presença deles poderia soar como sinal de atraso e de não civilização para a área.

Este processo também provocou um choque cultural entre os colonos e os habitantes da região (sertanejos e índios), pois os colonos agricultores chegavam querendo ter posse da terra e produzir riquezas. Isto implicou na redução da área

ocupada pelos nativos, já que estes conviviam com a mata nativa, e suas preocupações estavam ligadas a subsistência e uso da terra, sem pretensões de lucro. Conviviam dois grupos com maneiras distintas de ver o mundo, com ambições diferentes. Este choque cultural produziu reflexos perceptíveis até hoje, um deles é o racismo com os denominados “brasileiros”.⁷

Com as empresas colonizadoras instaladas na região, a única maneira de permanecer na terra ou acessá-la era a compra, mas a população local não tinha recursos para tal. Esses residentes expulsos são os primeiros exemplos de posseiros “sem-terras” da região Oeste Catarinense. A empresa responsável pela construção da ferrovia encontrou alguns lugares ocupados ao longo da mesma, em troca receberam do governo terras no oeste catarinense. Foi uma filial desta empresa que realizou a colonização ou venda de terras na região.

A Guerra do Contestado (1912-1916), que aconteceu na região dos Campos de Palmas, produziu complicações para o processo de colonização que estava em curso, na definição dos limites e na relação de posse dos imigrantes, migrantes, nativos e companhia, não só pelo conflito em si, mas porque as divisas de Santa Catarina e Paraná só se definiram depois dela. Entretanto, em 1916, quando as divisas foram definidas as companhias colonizadoras entraram com “força” na região, vendendo terras. São estas empresas que se beneficiam com o processo de colonização, elas constroem estradas, “limpam a área” (desmatam), abrem as divisas nas áreas, entre outros “serviços” que valorizam a área, assim lucram com a venda da madeira, com a venda de área de terra e ainda muitas delas acabaram por acumular terras.

⁷ É bastante comum o termo “brasileiros” como forma de classificar culturalmente índios, negros e seus descendentes. Faz parte desta classificação, ainda, a idéia de que eles são preguiçosos, não gostam de trabalhar ou que fazem o serviço mal feito sendo bastante utilizada a expressão “serviço de preto” para descrever um trabalho mal feito.

Para corroborar com tudo isso no ano de 1917 o governo catarinense cria os municípios de Mafra, Porto União, Chapecó e Joaçaba, liberando a entrada das companhias de colonização, onde elas agiam com maior força. A Guerra do Contestado é um dos episódios mais marcantes da história de Santa Catarina, é nela que surgem os primeiros sinais de luta pela terra que vão se seguir por todo o século XX. Entretanto, geralmente, não recebe o tratamento que merece na história do Brasil, passando despercebida nos relatos sobre as lutas dos camponeses. Os dados sobre a quantidade de camponeses envolvidos e mortos são desconhecidos, mas acredita-se que varia entre dez a vinte mil.

Nos anos 10 do início do século XX começa um conflito entre os “coronéis” Francisco de Albuquerque e Henriquinho de Almeida que se soma à disputa já existente entre os estados de Paraná e Santa Catarina pela região dos “Campos de Palmas”. Esta região representava quase a metade do estado catarinense. Nesta época muitos herdeiros do sistema de exploração e expropriação implantado no Brasil desde a sua descoberta são recrutados para trabalhar na construção da estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande no meio-oeste catarinense. A empresa responsável pela execução da estrada fez um acordo com o governo para a realização da mesma. A construtora receberia, para extração da madeira e colonização, cerca de 15 km ao lado da ferrovia do começo ao fim. Só que as terras “doadas” a empresa não estavam vazias, eram povoadas por posseiros que habitavam e trabalhavam nesta área e que foram aos poucos sendo expulsos do local (MONTEIRO, 1974).

Quando terminou a construção da ferrovia outro problema se juntou ao dos posseiros, o dos trabalhadores que foram trazidos para a construção e acabaram por ficar na região, aumentando o número dos marginalizados da mesma. Em meio a tudo isso, alguns monges fazem pregações pelo interior catarinense, sendo que se destacava o monge João Maria que no começo do século XX desapareceu, sendo atribuído a ele ares de santidade. Os crentes esperavam e acreditavam na sua ressurreição.

Em 1911 surge na região contestada outro monge José Maria que, depois de algumas curas, é visto como sendo o monge João Maria ressuscitado, já que ele havia desaparecido. Este alertava os caboclos para os males causados pela República, profetizando o fim da era do sofrimento e anunciava o início de muitos séculos de felicidade, com a volta da monarquia. Ele começou a atrair seguidores para a localidade de Irani, onde se estabeleceu e que foi palco do conflito entre os estados do Paraná e Santa Catarina (QUEIROZ, 1966). O Paraná interpretou a vinda dos catarinenses como uma invasão e mandou os policiais atacarem o reduto dos fiéis, estes revidaram armados de facões e com outras armas que possuíam. José Maria e vários seguidores foram mortos, mas os nativos não desanimaram, pois o monge já havia anunciado a sua morte e também a sua ressurreição, por isso ele não foi enterrado, apenas coberto com tábuas para facilitar a ressurreição.

Iniciou-se a guerra por parte do Estado usando a justificativa de que os crentes eram monarquistas. Para os fiéis ser monarquista significava ser contra a república, que estava em vigência, e não que possuíam uma base político-ideológica monarquista. O fim da república animava os camponeses porque desde a instauração dela estavam sendo expulsos de suas terras por grileiros e latifundiários que apresentavam títulos falsos das áreas. A guerra estendeu-se por quatro anos e milhares de camponeses foram mortos, cidades foram destruídas e em 1916 o combate foi oficialmente extinto com a assinatura do tratado dividindo a área entre Paraná e Santa Catarina (MONTEIRO, 1974 e QUEIROZ, 1966).

Segundo Leite et al. (2004) ao término da Guerra do Contestado, o governo do estado concedeu terras às empresas colonizadoras que instalaram estes descendentes de imigrantes e durante os 50 anos que sucederam ao fim da guerra houve um fluxo contínuo e crescente de imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul. O processo de ocupação das fronteiras se encerra na década de 60, dando origem a uma estrutura fundiária pouco concentrada, com predomínio de pequenas unidades de produção familiar diversificada. Devido a estas condições.

...na década de 40 começaram, na região, frigoríficos e agroindústrias do setor de carne, (...) A crescente urbanização da sociedade brasileira amplia o mercado dessas agroindústrias, estimulando o aumento da produtividade e uniformidade dos produtos, introduzindo inovações tecnológicas e contratuais que desembocam no sistema de integração dos agricultores familiares. Nas décadas seguintes, no contexto do projeto de modernização conservadora da agricultura, e com amplos incentivos fiscais do governo estadual, intensificaram-se o processo de expansão da agroindústria de carnes, levando as empresas da região (Sadia, Chapecó, Perdigão, Seara/Ceval etc.) a se tornarem líderes no setor, em nível nacional (LEITE et al.; 2004, p.54-55).

No início esse forte desenvolvimento agroindustrial da região incorporou uma significativa parcela dos agricultores familiares, mas depois intensificou a diferenciação socioeconômica entre eles. Com o esgotamento da fronteira agrícola já havia a geração de excedentes populacionais para outras áreas do país. E ainda, por vários fatores, na década de 70 e 80, como inflação, diminuição drástica de incentivos e subsídios, avanço da grande propriedade, os efeitos da modernização agrícola e a peste suína, deixaram muitos agricultores endividados, sendo forçados a vender sua terra ou entregá-la para o pagamento das dívidas. Aqueles que ficaram atrelados à agroindústria, mesmo com a posse da terra, perderam sua autonomia, comprometendo a reprodução da economia familiar e passando a expulsar a mão-de-obra. Esses fatores levaram os filhos dessas famílias a se tornarem trabalhadores assalariados, tanto rurais como urbanos, ou subempregados. A colonização no Oeste se fez de modo rápido, sendo que na década de 80 a metade dos moradores da região não eram oriundos do município nos quais residiam (PAULILO, 1996).

Na década de 80, se tinha um cenário com excedente de mão-de-obra, falta de terra, crise econômica que formou um clima propício para a formação de movimentos sociais no campo como o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), a formação de sindicatos de agricultores rurais e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

1.2 RETOMADA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS EM SANTA CATARINA

Nas décadas de 70 e 80 os movimentos sociais são retomados, de forma geral, em todo o Brasil. Em Santa Catarina este período é marcado por, entre outros

fatores, pela entrada das empresas integradoras no Oeste Catarinense que atuam principalmente com suínos e aves, controlando todo o processo de produção desde a entrega dos “filhotes”, passando pela alimentação, regras de alojamento até a data de entrega e classificação dos animais dentro do frigorífico. É exigido dos animais terem certas características (peso com determinada idade, nível de gordura) que só vão ser alcançadas no processo de produção imposto por eles. Isto inviabilizou a produção “artesanal” destes animais, como os camponeses os criavam, muitas vezes soltos na terra e sendo tratados com “lavagem” (restos de alimentos, legumes, tubérculos, etc.).

Também nesta época, na década de 70 e 80, depois de um período de estabilidade dos preços de produtos agrícolas, inclusive da carne de porco, congelados, as oscilações de preços dos produtos agrícolas são muito grandes. E ainda havia o processo inflacionário diminuindo o poder aquisitivo dos agricultores. Este conjunto de elementos levou muitos agricultores a adquirir empréstimos bancários com juros elevados, conseqüentemente alguns venderam muitos dos seus bens, inclusive a terra.

O auge dessas transformações, que acabam por implicar uma crise entre os pequenos agricultores, ocorre com a chamada “Peste Suína Africana”, doença esta que nunca se comprovou. As notícias sobre esta peste começaram com a morte de alguns suínos que se alimentavam de restos de alimentos do Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, se atribui à morte destes a peste. Começou a ser divulgada pelos noticiários que esta doença poderia se espalhar por todo o país. Depois disso passaram a ser identificados supostos focos da doença em vários pontos do Sul do país, inclusive no Oeste Catarinense.⁸

Durante este período da “peste suína” a igreja católica e seus agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) tiveram um papel de destaque no tocante à mobilização dos colonos. Eles são os primeiros a levantar a duvida quanto à veraci-

⁸ No Paraná a “peste suína” também causou grandes prejuízos aos agricultores.

dade da doença. Afirmavam que havia indícios bastante evidentes de que a suposta peste era uma estratégia para a eliminação definitiva da produção autônoma da região. Pois até então a grande maioria da produção de suínos não era integrada (LISBOA, 1987).

Com o decorrer das ações da CPT e de seus agentes junto aos colonos, quando se divulgava a localização de um foco da doença ou extermínio dos suínos formavam-se protestos e movimento para levantar a existência da doença e impedir o extermínio dos suínos. Estes protestos foram inviabilizando as ações de matança de suínos pelo exército. Em outubro de 1979, ocorreu em Chapecó uma manifestação que reuniu mais de 20 mil pessoas contra a peste suína e os baixos preços dos produtos agrícolas. Foi o primeiro grande protesto ocorrido na região.

Depois desse protesto, as ações de manifestação pararam e sem nenhuma identificação de foco novo da doença, o que reforçou a suspeita de que a peste suína nunca tenha existido. As manifestações que a divulgação da peste suína desencadeou tiveram importante destaque para o desenvolvimento de um processo de mobilização que gerou a organização de alguns movimentos sociais. Mas os efeitos da divulgação dessa peste foram profundos na agricultura do Oeste Catarinense: diminuiu o mercado, já que muitos países cancelaram as exportações de carne suína, caíram o consumo e os preços da mesma. Os significativos prejuízos fizeram com que muitos agricultores, principalmente os autônomos, desistissem da suinocultura.

Estes elementos corroboram para a formação dos movimentos sociais no Oeste Catarinense. Além das condições sociais como endividamento, perda da terra, êxodo rural, importantes para o surgimento desses movimentos, há também o trabalho da igreja católica nessa região, através da CPT, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos Grupos de Reflexão.

Com o golpe de 64 os sindicatos mais combativos e envolvidos com as lutas populares foram calados e o governo militar estimulou o desenvolvimento de um sindicalismo assistencialista em que os serviços principais eram os atendimentos

médico-odontológico. E no caso da direção desviar dessa linha o governo tinha o direito de intervir e destituí-la.

No estado Catarinense implantou-se o sindicalismo rural segundo a orientação oficial do governo militar. Os primeiros sindicatos foram criados a partir de 1967 e até o final dos anos 70 se limitaram ao trabalho assistencialista aos agricultores.

No final dos anos 70 e começo dos 80 um novo sindicalismo começou a se desenvolver no campo, baseado em princípios social-democráticos e socialistas (POLI, 1995). Com o surgimento dos movimentos de luta pela terra e mobilizações por melhores preços dos produtos iniciou-se, também, no Oeste Catarinense o movimento de renovação do sindicalismo rural, conhecido como Movimento de Oposição Sindical. Seus princípios de luta foram a reforma agrária, melhores preços dos produtos agrícolas, a mudança da política agrícola e democratização na distribuição de crédito para a agricultura.

Segundo Poli (1995) o “movimento destacou-se pela sua intensidade e combatividade e também pelas lideranças que conseguiu projetar dentro do contexto geral dos movimentos camponeses do estado e do país, tendo servido de referência também a outras regiões de Santa Catarina e outros estados” (POLI, 1995, p.35).

A primeira vitória do Movimento de Oposição Sindical aconteceu no município de Caxambu do Sul, em 1980. Que serviu como estímulo para uma série de ações de apoio (manifestações públicas, celebrações, romarias). Mas é principalmente com os Grupos de Reflexão e com a CPT que os camponeses começam a ter contato com visões críticas a respeito da ação dos sindicatos e como superá-las, que o papel do sindicato vai além de oferecer médico e dentista aos associados.

Nessa época a CPT cria, junto com os agricultores, as Equipes de Base que ajudavam a organizá-los, e assim a CPT não interfere diretamente nem toma a frente do Movimento de Oposição Sindical. Essa prática forçou a construção gradativa da autonomia do movimento sindical em relação a Igreja, fazendo os camponeses e suas lideranças assumirem progressivamente a organização e a liderança do processo

de mobilização. Por conseguinte, os agentes religiosos foram, pouco a pouco, deixando de ser os líderes do movimento e os camponeses é que deram seguimento ao movimento.

O primeiro passo no processo de Oposição Sindical consistia em chegar à diretoria do sindicato. Para isso, tentaram atrair a diretoria de situação para o novo modelo sindical, ou então infiltravam pessoas envolvidas com este novo modelo na chapa de situação, e depois das eleições travava-se uma disputa interna para conseguir mudar os rumos de atuação do sindicato. Isso ocorreu em vários municípios entre eles Chapecó, Itá e Saudades, onde os integrantes do Movimento de Oposições Sindicais conseguiram chegar à direção dos sindicatos.

Após a vitória das oposições, segundo Poli (1995), os sindicatos mudaram radicalmente sua forma de atuar, privilegiando a organizações de base e a luta em torno dos problemas e interesses dos agricultores. As primeiras ações dos novos sindicatos, de maneira geral, se expressam na sindicalização da mulher agricultora, criação de delegacias sindicais nas comunidades, o estímulo à organização, o investimento na formação de lideranças e a disseminação de informação aos sindicalizados. Por um lado, essa grande mudança promoveu a ampliação da visão dos agricultores, assim como, o papel e o objetivo do sindicato tomam outra forma. O agricultor, a base do sindicato, passa a ver com outros olhos o sindicato.

Há, por outro lado, uma mudança na relação do sindicato com os outros movimentos sociais (MST, MMA e MAB). A sede do sindicato passa a ser um ponto de referência, apoio e até agente de organização de tais movimentos. Os sindicatos começam a promover diversas mobilizações e manifestações públicas, em torno da questão dos preços dos financiamentos para a pequena produção agrícola e da política em geral. A CPT é quem articulou os sindicatos da região conseguindo desencadear um movimento regional que fez com que os sindicatos partilhassem de características semelhantes. Com isso a sede dos sindicatos era parte desse movimento e não um sindicato isolado. Além da CPT e da igreja outros movimentos organizados na região, como o MST e o MMA, tiveram um papel crucial no processo de oposição sindical.

Nesta mesma época, nas décadas de 70 e 80, surge no Oeste Catarinense o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) formado por mulheres agricultoras, sejam elas pequenas agricultoras, sem terra ou donas de casa. Segundo Poli (1995) e Tonello & Toscam (1994) o primeiro passo para o surgimento do MMA em Santa Catarina acontece no dia 25 de julho de 1981, dia do colono,⁹ no distrito de Itaberaba em Chapecó. Esta comemoração foi organizada por setores ligados a CPT e aos movimentos populares que começavam a surgir. Uma dos temas que suscitou nesse encontro foi a necessidade de se organizar uma chapa de oposição sindical, já que o STR de Chapecó não correspondia as expectativas da Pastoral da Terra, seus setores e dos colonos ligados ao sindicato.

Neste encontro algumas mulheres levantaram a questão da impossibilidade da sindicalização das mulheres agricultores. Até então os sindicatos rurais só associavam os homens, ficando as mulheres sem direito a associação, sem direito a voto e sem voz. Levantada essa demanda as mulheres começam a despertar o interesse de ter uma participação mais ativa no sindicato e na vida política como um todo. A conquista do direito a sindicalização serviu de estímulo à construção do MMA. O aparecimento das mulheres camponesas como ator político e social se deu na igreja. Foram em alguns setores da igreja que se iniciou o questionamento da submissão da mulher, da relação hierárquica entre homens e mulheres (POLI (1995) e TONELLO e TOSCAM (1994)).

A partir do primeiro semestre de 1983, começou a estruturação do movimento com ajuda dos sindicatos e da Equipe de Base que passou a buscar novas frentes de ação. Houve um encontro em maio para discussão do MMA onde se mostrou às mulheres as necessidades de se organizar, de lutar pelos seus direitos e

⁹ O Dia do Colono é comemorado em todo o Oeste Catarinense, e no resto do Sul do país, no dia 25 de julho de todos os anos. Nesta região é feriado na maioria dos municípios e realizam-se grandes comemorações, geralmente nas sedes municipais. O Dia do Colono pode ser considerado um dos feriados mais importantes desta região. Além das comemorações este dia também é usado para a realização de manifestações e reivindicações em prol da causa dos colonos ou pequenos agricultores.

objetivos. Através dessa organização que se constrói a identidade de ser “mulher agricultora”, a pauta da questão de gênero na sociedade, e a percepção de que se tem os mesmos direitos que os homens como aposentadoria, auxílio doença, reconhecimento da profissão. Em junho ocorreu o segundo encontro, onde 42 mulheres reunidas fizeram um levantamento do seu dia-a-dia, da sua vida e dos principais problemas e preconceitos que enfrentam. Após esse levantamento, realizou-se um estudo sobre a estrutura da sociedade e o sistema capitalista. Depois desse encontro, formou-se uma comissão de mulheres para coordenar a continuidade do grupo. As participantes se comprometeram em fazer reuniões em suas comunidades e foi marcado para o dia 31 de julho de 1983 o encontro posterior. E assim a organização se desenvolveu até atingir todo o município de Chapecó e se expandiu para outros municípios. Tanto a Igreja como o sindicato foram sujeitos importantes para a articulação do MMA em todo o Oeste Catarinense.

Em 8 de março de 1984 ocorreu a primeira manifestação pública do movimento. Em comemoração ao dia internacional da mulher reuniu-se cerca de 500 mulheres agricultoras em Chapecó. Nos anos posteriores, as comemorações de 8 de março se repetiram, sendo que em 1986 o encontro reuniu cerca de 25 mil mulheres. Estes encontros foi uma maneira de sensibilizar os políticos e a opinião pública sobre suas reivindicações. As principais reivindicações do MMA quando formado era a aposentadoria para as mulheres agricultoras, salário maternidade, o reconhecimento pela lei de sua condição de trabalhadora. Na região Sul ficou marcada a ida do MMA à Brasília em 1986 e 1988 para reivindicar a aposentadoria das mulheres agricultoras. Este movimento tem como ações características encontros de formação envolvendo a questão da mulher, manifestações públicas, religiosas, encontros e caravanas; na maioria utilizada para pressionar os políticos e a opinião pública sobre suas reivindicações (POLI (1995) e TONELLO e TOSCAM (1994)).

O MMA não é um movimento desvinculado da Central Única dos Trabalhadores (CUT), MST, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), entre outros, sendo que muitas mobilizações foram feitas em conjunto com os outros,

como visto, também, seu nascimento se entrelaça com as lutas sindicais. É interessante ressaltar como as mulheres têm um papel de destaque nas ocupações do MST, tomando frente e lutando junto com os outros acampados. Talvez recaia sobre o MMA a crítica dele não ter sido pensado e fundado apenas por mulheres. Mas pode-se dizer que o fato de ele ter sido ou não formado apenas por mulheres não invalida as discussões que ele proporcionou para as mulheres do campo, nem o desenvolvimento do movimento em si. O entrelaçamento entre esses movimentos está presente no desenvolvimento do Oeste Catarinense, o apoio e a troca entre eles, que mantêm seus objetivos específicos diferentes, articulam reivindicações gerais de melhorias nas condições de trabalho e vida de todas as famílias camponesas.

As conquistas do Movimento das Mulheres Agricultoras não é algo que possa ser contabilizado ou dimensionado. Elas vão muito além da conquista dos direitos previdenciários, de sindicalização ou o fato de terem elegido seus representantes a cargos políticos.¹⁰ Suas conquistas afetaram a vida pessoal de muitas mulheres que a partir da participação no movimento começaram a se redescobrir, a se reinventar como atores participantes dos processos sociais e políticos. Entre os outros movimentos que surgiram no campo pode se dizer que o diferencial deste é a entrada das questões de gênero na pauta de discussão. Pautar essa discussão no meio rural também pode ser considerado uma conquista, afinal o mundo rural é um local masculinizado e tradicional (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1998). Na concepção de muitas dessas mulheres conseguindo alcançar seus objetivos, como aposentadoria, pensão, participação política, elas estariam beneficiando a família toda. A luta delas se concentra contra a dominação e a submissão que sempre foram alvo, tanto na sociedade como na família, sendo excluídas das decisões sociais, políticas e familiares. A mulher agricultora geralmente é uma trabalhadora com dupla jornada:

¹⁰ A eleição de Luci Choinacki, agricultora do município de Descanso, ao cargo de deputada estadual (Constituinte), 1987-1991; deputada federal (Congresso Revisor), 1991-1995, deputada federal, 1999-2002; deputada federal, 2003-2006.

na roça e em casa, isto dificultava a sua participação em atividades sociais. Com a organização do movimento estas dificuldades estão sendo dribladas, fazendo com que toda a família participe nos serviços domésticos, nem que seja só na sua ausência.

No Oeste Catarinense, na década de 70, começou a se organizar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que é formado por camponeses residentes em áreas atingidas por barragens de hidrelétricas e nesta região surgiu como contestação ao Projeto Uruguai¹¹ que previa a construção de barragens pela ELETROSUL nesta região. A empresa anunciou que a barragem de Itá seria a primeira a ser construída e no final dos anos 70 iniciaram mobilizações populares em torno dessa construção.

É interessante observar que no oeste catarinense as mobilizações populares contra as barragens tiveram seu princípio antes mesmo delas serem construídas. Isto possibilitou a conquista de várias vantagens, como a negociação e escolhas de área para posterior assentamento das famílias e indenizações, que não seriam possíveis se não fosse a organização antecipada. No final da década de 70 setores das igrejas Católica e Luterana e Sindicatos de Trabalhadores Rurais começaram a se organizar e criaram a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) em Concórdia no dia 24 de abril de 1979 (POLI, 1995 e SHERER-WARREN & REIS, 1989).

As barragens muitas vezes atingem populações tanto da área urbana como rural. E nem sempre, quando se anunciam suas construções, entende-se a notícia como negativa. Colonos que não conseguem vender suas terras ficam satisfeitos com a possibilidade de receber indenizações. No caso da população urbana, vê a possibilidade de sua cidade ser reconstruída com melhorias físicas e de serviços. Mas muitas vezes as indenizações não são suficientes para adquirir uma área de

¹¹ A ELETROSUL subsidiária da ELETROBRÁS planejou o Projeto Uruguai em 1979. Este projeto propunha a construção de 22 hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai em território brasileiro nas áreas de fronteira entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (SHERER-WARREN & REIS, 1989).

terra do tamanho e com as características da inundada, o que acaba em frustração por parte dos colonos.

A terra tem um valor maior para a população rural, há significados atribuídos ao modo de vida no local, a maneira de trabalhar aquela terra, relações sociais estabelecidas com vizinhos que não é possível pagar com a indenização, que não se leva para a outra área comprada. Por esses e outros motivos que o MAB teve maior apoio e aderência junto aos moradores do campo.

Em Itá, município de Santa Catarina, ocorreu diversas reações, desde revolta até de receptividade a barragem. Mas com a CRAB¹² já organizada os colonos são levados a conhecer a realidade de outros atingidos e vêem que muitos deles perderam tudo que tinham. Isto desperta um alerta neles, de que a barragem poderia não ser tão boa quanto eles pensavam.

O MAB recebeu apoio de outros movimentos como MST, MMA, CUT, Sindicato de Trabalhadores Rurais. A manifestação que marcou este movimento foi às romarias realizadas, inclusive em Itá. Na primeira reuniu-se mais de cinco mil pessoas e legitimou-se o movimento e deu força para os atingidos continuarem a buscar seus objetivos.

O surgimento de vários movimentos sociais no Oeste Catarinense não aconteceu de forma isolada, existe uma ligação entre eles. As lideranças de um movimento já formado davam suporte à formação de outro que estava surgindo, e muitas pessoas que participavam de um, acabavam participando dos outros.

Os sindicatos se destacam nisso, pois estavam presentes em vários municípios mesmo durante o regime militar, após o fim deste regime muitos foram conquistados mudando seu caráter assistencialista para um mais ativo.

¹² A CRAB desenvolve seu papel junto aos atingidos com o objetivo de conscientizá-los sobre as diversas conseqüências das barragens.

Um outro elo entre eles é a igreja católica. A igreja por ter presença e estrutura no interior de todos os municípios se constituiu num fator importante de disseminação das idéias, de conscientização dos trabalhadores rurais e de organização para manifestações e lutas. A partir desta conscientização e alguns encontros é que se formavam os movimentos, de maneira mais consistente.

2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA CATARINENSE

No final da década de 70 e início da década de 80 surgiram vários movimentos populares no Brasil. É um momento em que as condições impostas pelo regime militar começam a suscitar descontentamentos e revoltas destes grupos. Surgem lutas localizadas que principiam a articulação entre si e geram demandas por direitos, entre eles o direito a terra.

É nesta efervescência que emerge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que não surge isoladamente, mas é resultado de vários outros movimentos e lutas que vem desde o começo do século XX.

Entretanto, muitos destes movimentos não tiveram continuidade em seus objetivos devido a vários fatores. Um deles pode ser o regionalismo de sua abrangência, como estavam restritos a uma região do país tinham menor alcance e força para superar as dificuldades enfrentadas. O MST, por sua vez, já possui mais de vinte anos de existência e um caráter nacional, estando presente em quase todos os estados do Brasil.

Este movimento tem como um de seus objetivos a luta contra o latifúndio, para uma melhor distribuição das terras aos que não tem, aos que dela foram expulsos ou então para os filhos de pequenos produtores rurais que não possui condições de se reproduzirem na pequena propriedade. Um dos principais métodos usados pelo movimento para alcançar seus objetivos é a ocupação¹³ de áreas de terra que são, consideradas por eles, improdutivas ou então que provoquem visibilidade ao movi-

¹³ Correntemente os termos ocupação e invasão podem passar despercebidos ou serem tratados como equivalentes. Mas há uma diferença crucial que pode definir se o ato é legal ou ilegal. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito próprio. Ocupar significa preencher um lugar vazio, no caso, seriam terras que não cumprem sua função social. Nesta dissertação usamos o termo “ocupação”.

mento e a seus interesses e quanto ao sistema de organização da produção há a clara preferência pelo coletivo.¹⁴

A formação do MST não pode ser delimitada com data e local preciso, como qualquer grande acontecimento, pois ele tem sua gênese em outros movimentos sociais. O que pode se afirmar que ele surgiu no sul do Brasil, no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, inclusive no Oeste Catarinense. Em um encontro realizado em Cascavel, no Paraná, em janeiro de 1984, marca-se o surgimento formal¹⁵ do MST.

Os estados do Sul podem ser apontados como o berço do MST e podemos considerar várias características ou fatores para isso. Nos anos 70 e 80 há um esgotamento da fronteira agrícola nestes estados, presença marcante da agricultura familiar¹⁶ e da Igreja Católica, esta atuando como mediadora e fornecedora de estrutura física para os movimentos, provavelmente sem comparação com outros estados brasileiros. O processo de modernização agrícola da década de 70 integrou a maior parte dessas famílias rurais aos diferentes circuitos econômicos financeiros e, quando esgotado, criou crescentes problemas de reprodução social, tornando inevitável uma aliança entre CPT e as nascentes organizações populares do período, por exemplo, as entidades sindicais e os movimentos sociais como o MST. Somente após a sua consolidação nos estados do Sul, durante a maior parte dos anos 1980,

¹⁴ Ver MORISSAWA (2001). Ver o sítio do MST na internet (www.mst.org.br) possui textos que reforçam estas idéias do movimento. Alguns exemplos são os textos “Cooperativismo é a saída para o pequeno agricultor” (<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=834>); Cooperativismo no País Basco é exemplo para Sem Terra (<http://www.google.com.br/search?q=cooperativismo+e+mst&hl=pt-BR&start=10&sa=N>).

¹⁵ Ao ser usado o termo “formal” está-se referindo a data que contem nos escritos, documentos e livros como dia da criação do MST. Mas usa-se formal por acreditar que o movimento já vinha surgindo a algum tempo e este dia tem caráter mais simbólico do que prático de formação do movimento.

¹⁶ Os agricultores familiares se caracterizam, entre outras coisas, pela pequena extensão de terra e o uso da mão-de-obra dos membros da família para o trabalho na propriedade. Geralmente eles encontram dificuldade para adquirir novas áreas de terra para os filhos trabalharem. Muitas vezes estes filhos acabam por engrossar o número de sem terras que aderem ao movimento.

é que foi possível, gradualmente, para essas novas organizações ampliarem seu raio de ação para os demais estados, o que ocorreu na segunda metade daquela década e, em especial, a partir dos anos 90.

Segundo Sérgio Leite et al. (2004), o projeto desenvolvimentista implantado em Santa Catarina gerou profundas desigualdades e mecanismos de exclusão social, criando um ambiente propício à formação de movimentos sociais de melhores condições de vida no campo. Com o sucesso das ocupações no Rio Grande do Sul, no final da década de 70 e ainda a volta de muitos agricultores que haviam se dirigido aos projetos de colonização no Mato Grosso, fez com que começasse a tomar corpo à idéia de ocupação das terras no estado catarinense.

2.1 O MST NO OESTE CATARINENSE

A região do Oeste Catarinense foi um importante local na formação e concretização do MST. Os primeiros sinais de articulação e surgimento do MST se deram nesta região juntamente com outras. Os principais fatores que influenciaram neste processo podem ser apontados como a tecnificação da agricultura, a revolução verde e o fim das fronteiras agrícolas que são fatores determinantes para implantar o *germe* de surgimento do MST na região.

Alguns setores da igreja católica, como CPT e CEBs, também tem presença marcante neste cenário como mediadora e conscientizadora dos camponeses. É ela, através das missas e grupos de reflexão, que começam a disseminar idéias que serão determinantes para a aceitação e sucesso do MST na região.

Entre estas idéias disseminadas podemos citar algumas como a que “as terras improdutivas deveriam ser desapropriadas”, que “a terra foi um bem criado por Deus e por isso todos tem direito a ela” e que “os latifúndios são frutos de grilagem e exploração”. Estes fundamentos foram se difundindo entre os agricultores arrendatários, entre os posseiros, pequenos proprietários e criando uma visão de que eles também poderiam possuir terra para plantar, suficiente para manter a família, sem a necessidade de pagar renda.

Quando essa crença no direito a terra se difunde, algumas pessoas começam a se organizar e a ter coragem para realizar ocupação em terras consideradas improdutivas. Esse é um fator muito importante, considerar legítima a entrada na terra, pois estes colonos muitas vezes sentiam-se, ao ocupar uma área improdutiva, como que invadindo uma propriedade que era de outra pessoa. Com o tempo, com o trabalho de esclarecimento e conscientização realizado pelos mediadores, os colonos começam a sentir o direito de fazer a ocupação, começam a entender que eles têm direito a terra, o que possibilita realizar as ocupações sem constrangimento.

Alguns acontecimentos foram fundamentais para o desenvolvimento e consolidação do MST da região. Um deles é a ocupação da Fazenda Burro Branco em Campo Erê, em junho de 1980. Em seguida temos o trabalho de levantamento, identificação e organização dos sem terra, nos diferentes municípios, através da CPT e alguns sindicatos de trabalhadores rurais, nos anos que se seguiram a primeira ocupação. Nesta época houve algumas tentativas frustradas de ocupação na região. E um terceiro acontecimento que foi chamado de Operações Integradas de Ocupações Simultâneas em maio de 1985, onde mais de duas mil famílias ocuparam, na mesma noite, 13 áreas diferentes (POLI,1995; LISBOA,1987).

Ainda segundo Poli (1995), outro exemplo importante para a constituição do MST e de suas estratégias de luta ocorreu em Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul. Onde famílias de colonos que ocupavam terras indígenas¹⁷ foram expulsas desse local e após vagarem por um período montaram acampamento, em junho de 1978, nas fazendas CEMAPA e Brilhante. Onde resistiram por dois meses e foram banidos pela polícia. Depois de algumas articulações sem sucesso resolveram montar o acampamento Encruzilhada Natalino na beira da estrada Passo Fundo – Ronda Alta. O propósito era chamar a atenção para a situação e pressionar para

¹⁷ Estas famílias de colonos são aquelas integrantes do MASTER (extinto em 1964) que foram pressionados pela polícia a entrar nas terras dos Caingangues, são ex-pertencentes do acampamento do Passo do Feio de Nonoai.

que o governo encontrasse uma solução mais abrangente para a questão das numerosas famílias de sem terras existentes na região. Em julho de 1981 mais de 600 famílias já estavam instaladas nesse acampamento.

O acampamento Encruzilhada Natalino serviu de modelo para outras ações do MST, sendo um modelo de organização: a divisão em equipes (animação, água, higiene, etc.), existência de uma comissão central, as decisões tomadas em assembléia entre os integrantes do acampamento, e outros.

No começo da década de 80 a Diocese de Chapecó fez um levantamento e constatou a existência de mais de 30 mil famílias sem terra ou área inferior a 30 hectares, só na região da diocese. Este levantamento é importante para desmistificar a idéia de que o oeste catarinense é predominantemente formado por pequenas propriedades com terras suficientes para sustentar a família, ele mostrou a demanda por terra que existe na região e alertou também para a necessidade de uma reforma agrária por mostrar que também existem latifúndios nessa região.

Em junho de 1982 houve o primeiro Encontro Nacional da CPT que se realizou em Goiânia e onde as experiências do Sul estimularam as discussões. Nesse encontro entrou-se em consenso quanto à necessidade de criar um movimento de sem terras autônomo em relação à CPT que, sendo ligada à igreja, encontrava dificuldades de coordenar ações estratégicas como organização de ocupações (POLI, 1995, p.51). Depois desse encontro passou-se a organizar a criação de uma coordenação dos sem terra nos níveis regional, estadual e nacional.

Após esse encontro houve outras ocupações no oeste catarinense, mais precisamente três ocupações no município de São Miguel do Oeste. Mas por estarem desestruturadas não obtiveram sucesso, mas serviu de exemplo para as próximas ocupações. Ressaltando que hoje as três áreas foram desapropriadas e são assentamentos.

Todas estas experiências serviram de “bagagem” aos integrantes da luta pela terra. Experiências que foram sendo acumuladas e com o passar do tempo serviu para melhorar a organização da luta, das ocupações, desenvolverem melhor

os meios para atingir seus objetivos. Sendo que em 1983 o MST já estava praticamente formado no Oeste catarinense como no âmbito regional e nacional.

Em janeiro de 1983 aconteceu o primeiro encontro dos Sem Terra dos Estados do Sul, onde foram definidas as diretrizes básicas do movimento, elegendo as ocupações como principal meio para fazer pressão e terem seus interesses atendidos. Em junho ocorreu a primeira Assembléia dos Sem Terra do Oeste Catarinense, sendo eleita à primeira comissão regional do movimento. Depois desse evento começou um processo de identificação das famílias sem terra, onde teve a importante participação da igreja, da CPT e dos sindicatos “combativos”.

As discussões eram feitas em níveis municipais e regionais e então encaminhadas para a organização. Em primeiro lugar, encontros municipais com líderes dos sem terra da cada comunidade, com duração de um ou dois dias. A partir desse encontro, essas lideranças se reuniam nas comunidades com os sem terra, durante a noite ou nos domingos após o culto. Essas reuniões eram, geralmente, dirigidas pelo próprio líder da comunidade formado pelo movimento.

Desde este momento de estruturação do movimento podemos perceber a importância atribuída à formação de lideranças. O movimento tem a preocupação de formar os seus próprios quadros, geralmente os integrantes que se destacam acabam por participar de cursos de formação, para desenvolver algumas qualidades que são consideradas necessárias. Nesses cursos também há o aprofundamento sobre as idéias do MST, seus fundamentos e outros conhecimentos que reforçam a importância de lutar pela terra.

Os temas tratados na reunião faziam com que o sem terra se identificasse como tal e sentisse como detentor do direito a terra. Porque um dos problemas encontrados para a formação do movimento era o sentimento que o sem terra carregava de, ao ocupar, estar “roubando” a terra do seu “legítimo” dono. Com estes cursos, e mesmo com o círculo bíblico da igreja católica, havia um processo de “conscientização” e de conhecimento sobre os grandes latifúndios de terra, grilagem e os motivos históricos (capitanias hereditárias, sesmarias) que levaram a uns ter tanta terra e outros não ter nada.

Em dezembro de 1984 aconteceu na cidade de Chapecó (SC) o I Congresso dos Sem Terra de Santa Catarina, em preparação ao I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Curitiba (PR) em janeiro de 1985, congresso nacional em que o MST foi oficialmente criado. Neste momento também era lançado, pelo governo federal, o Plano Nacional de Reforma Agrária que tinha sido composto por sugestões dos trabalhadores rurais sem terra, mas que sofreu significativas mudanças por pressão dos grandes latifundiários. Este Plano que continha muita expectativa por parte dos sem terra quanto a uma esperada reforma agrária acabou em frustração quando divulgado.

No dia 25 de maio de 1984 o MST realizou no Oeste Catarinense uma grande ocupação de terra, uma das maiores até então realizadas, com a participação de mais de duas mil famílias. Esta ocupação ficou conhecida como “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas” e foi organizada durante mais de dois anos nos grupos de reflexão da igreja católica. Desta ocupação foi formada uma comissão que foi a Florianópolis negociar com o governo (estadual e federal) e conseguiram fazer um acordo de assistência aos acampados e de desapropriação das terras. Essa ocupação será tratada mais a frente.

A ocupação representou um divisor de águas não só para o movimento no Oeste de Santa Catarina, mas também um momento de afirmação do movimento no cenário nacional. Permitiu a construção de uma infra-estrutura que o tornou mais independente da igreja e dos sindicatos, tendo um corpo próprio capaz de ter suas próprias atitudes e responder por elas.

2.2 OCUPAÇÃO DA FAZENDA BURRO BRANCO

A ocupação da Fazenda Burro Branco no município de Campo Erê é um marco na história do MST tanto em Santa Catarina como no Brasil, mas principalmente no Oeste Catarinense. É um marco por dois motivos principais. Um é que esta foi à primeira ocupação realizada na região (POLI, 1995; FONTANA, 1999). E

outro é que ela não tinha um caráter político-ideológico, sendo motivada principalmente pela necessidade de ter terra para plantar (como também é o caso da ocupação da Fazenda Roseira).

Um morador tomou a iniciativa individualmente e convidou mais alguns familiares e realizou a ocupação, com o tempo mais famílias foram se juntando e em algumas semanas mais de 300 famílias estavam reunidas nessa ocupação. Depois de algum tempo a igreja se inseriu no local apoiando os ocupantes.

Na Fazenda Burro Branco a ocupação se deu de maneira particular. Cinco agricultores decidiram entrar em uma fazenda entre os municípios de Palma Sola e Dionísio Cerqueira, pois souberam que o Incra iria desapropriar esta área. Entrando antes da desapropriação eles teriam direito a um pedaço de terra. E assim foi, encontraram a fazenda e nela entraram, só havia alguns moradores responsáveis por cuidá-la e que obedeciam ao capataz. Entretanto, duas semanas depois descobriram que não estavam na área a ser desapropriada e sim no município de Campo Erê. Depois desse tempo que passaram em Campo Erê seria difícil entrar na outra fazenda e conseguir terra. Então optaram por continuar na Burro Branco e dizer para os moradores que a habitavam que ela também seria desapropriada. E assim se seguiu, com confrontos com os capatazes, polícia e a notícia que a Fazenda Burro Branco seria desapropriada se difundindo pela região. Com esta notícia, cerca de 60 famílias se dirigiram até a fazenda e entraram na área. Padres e freiras da igreja católica tomaram conhecimento da ocupação da Fazenda Burro Branco e dispuseram imediatamente de apoio às famílias acampadas, demonstrando publicamente sua posição em favor dos sem terras. Isso mostra também que não houve, por parte dos colonos, o apoio da igreja anterior à entrada na fazenda, que esta foi uma atitude independente de mediadores. É com a participação de membros da igreja que essa ocupação começou a ser mais organizada e a ter um caráter político-ideológico. E assumiram o papel de mediadores nesse conflito, mas sempre apoiando as famílias acampadas.

A ocupação da Fazenda Burro Branco em 1980 foi a primeira experiência conduzida no sentido da organização de um movimento maior de luta pela terra. Na verdade, a ocupação em si foi de natureza espontânea e desprovida de um caráter político-organizativo voltado à construção de um movimento de luta pela terra. A participação da igreja e outros mediadores no gerenciamento do conflito, assumindo a defesa dos acampados é que possibilitou a politização do conflito e sua articulação com a problemática da concentração da terra e com a luta pela reforma agrária (POLI, 1995, p.42-43).

No dia 12 de novembro de 1980 a área foi desapropriada. O que representou uma vitória para os acampados e para todo o processo de organização das lutas no campo. É a partir dessa ocupação que as discussões em torno da questão da terra começaram a surgir com mais intensidade no cenário político da região. Neste contexto que a ocupação aparece como possibilidade e ferramenta de luta para a reforma agrária. Esse assentamento como foi um dos primeiros que se tem registro, pode ser apontado como o lócus de desenvolvimento e experimentação de ferramentas de lutas, do que é possível ser feito em um acampamento e o que surte efeito social e politicamente.

Ao olharmos para o MST com a sua atual formação e organização tem-se a impressão que desde o começo sempre foi como é hoje, mas não é bem assim que ocorreu. Podemos citar dois momentos importantes para a formação do MST que se deram sem o intuito político ideológico, que pelas circunstâncias dos momentos se deram e acabaram por provocar efeitos para serem usados posteriormente em outras lutas do movimento. A ocupação da Fazenda Burro Branco traz a ocupação como ferramenta de luta para a questão da reforma agrária, que até então não se tinha esse entendimento. E o Acampamento Encruzilhada Natalino mostrou que a instalação a beira de estradas movimentadas torna-se um local estratégico, chama a atenção da mídia e da sociedade como um todo. E ainda nesse mesmo acampamento observaram que precisa ter organização, pois ao contrário não há como conviver em um grande número de famílias. Assim surgiram as equipes de organização (higiene, limpeza, alimentação, saúde, mística) que hoje são marca do MST em todo o país, seja em seus acampamentos e assentamentos ou em qualquer evento que eles promovam ou estejam envolvidos. A tomada de decisão em assembléia também é um “processo” que começou a surgir nesse acampamento.

Baseados nestas experiências anteriores e usando a ferramenta da ocupação é que ocorre um dos acontecimentos mais marcantes da história do MST e do Oeste Catarinense. No dia 25 de maio de 1985, quando mais de duas mil famílias ocuparam várias áreas de terra, simultaneamente, nesta região. A ocupação ocorreu da noite para o dia, quando famílias de posseiros, agregados, arrendatários, peões e bóias-frias se dirigiram para as fazendas em cima de caminhões. O dia 25 de maio foi escolhido porque há a festa de Nossa Senhora do Caravagio, na Linha Caravagio, no município de Guaraciaba. Esta festa atrai muitosromeiros e fiéis de todos os lugares da região, e então a movimentação dos sem terra passou despercebido. Estas famílias saíram de 18 municípios da região,¹⁸ e realizaram o que foi chamada de “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas” ocupando diversas áreas no Oeste Catarinense.¹⁹

As dificuldades enfrentadas por estas famílias foram inúmeras, já que era frio e chovia naquela noite. E entre estas duas mil famílias tinham crianças e mulheres grávidas o que aumentava os riscos da ocupação, alguns caminhões se perderam e ficaram rodando sem destino pela região, só chegando ao local destinado na manhã seguinte.

Quando estavam chegando à uma das fazendas que seriam ocupadas em Abelardo Luz, acerca de mil famílias foram interceptadas. Alguns homens haviam colocado fogo na ponte, impedindo a passagem dos sem terra. As mulheres que estavam no caminhão conseguiram apagar o fogo sem serem agredidas por estes homens e entraram na fazenda. Este fato é muito marcante para os integrantes do

¹⁸ Estes municípios eram Romelândia, Abelardo Luz, São Domingos, Galvão, São Lourenço do Oeste, Campo Erê, Ipumirim, Águas de Chapecó, Pinhalzinho, Saudades, Quilombo, Coronel Freitas, Caibi, Anchieta, São Miguel do Oeste, Palmitos, Caxambu do Sul e Descanso (LISBOA, 1987).

¹⁹ Foram ocupadas as seguintes áreas: 2073 ha, em São Miguel do Oeste por 260 famílias; 275 ha em Romelândia por 120 famílias (não é a mesma área do assentamento estudado); 130 ha em Maravilha por 15 famílias; 200 ha em Descanso por 15 famílias; 1850 há no município de Mondaí por 225 famílias; mais de 2000 há em Abelardo Luz ocupadas por 1000 famílias; 200 ha em Quilombo por 24 famílias (LISBOA, 1987).

movimento. Foram em torno de dois anos que as lideranças ficaram organizando esta ocupação, dentro dos grupos de reflexão, foi tempo de muitas reuniões e discussões. Esta época foi propícia para efetivar a ocupação, pois é um período em que os contratos de arrendatários vencem e muitos deles ficaram sem local para morar e trabalhar, tendo que ficar desabrigado ou migrar para outro município²⁰ para conseguir outra área para arrendar.²¹

Três dias depois foram ocupadas mais duas áreas, uma em Romelândia e outra em Águas de Chapecó. E no dia seguinte o INCRA já havia proposto a desapropriação de duas propriedades com mais de 10 mil hectares. Dois dias depois dessa ocupação, 30 famílias entraram em uma propriedade na linha Treze de Maio, interior de São Miguel do Oeste. No dia 31 de maio, 60 famílias ocupam outra propriedade em Barra do Rio Sargento, divisa dos municípios de Romelândia, Descanso e São Miguel do Oeste. Na Assembléia Legislativa do estado reuniram-se segmentos da sociedade para organizar ações de apoio às famílias acampadas,

Estas ocupações integradas tiveram grande repercussão no estado e até no país, tanto nos meios de comunicação como entre os políticos e os órgãos responsáveis por estes assuntos. O governo do estado se mobilizou pedindo que cessassem as ocupações, anunciou a desapropriação de áreas para futuros assentamentos. O governo federal também se manifestou para tentar negociar sobre esta situação. Segundo Lisboa (1987, p.75) em 3 de junho foi firmado um acordo entre Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD, INCRA, secretário da agricultura e representantes do MST. Este acordo visava que o governo do estado

²⁰ Os arrendatários geralmente vivem com incerteza quanto a sua permanência na terra, e muitas vezes eles mudam de área de terra periodicamente. Esse é um dos motivos que leva as famílias a engrossarem as filas do MST. Ter terra para morar e trabalhar muitas vezes significa também mais segurança, saber que pode plantar uma árvore frutífera e que daqui a alguns anos comerá os frutos. Tudo isso tem um significado muito grande para estes camponeses.

²¹ A história de vida da maioria dos integrantes do MST é marcada pela migração de uma área para outra, geralmente mudando de município.

se comprometia a comprar mil hectares de terras em duas áreas, uma em Abelardo Luz e outra em São Miguel do Oeste para assentar provisoriamente estas famílias.

No dia 5 de junho começou o deslocamento das famílias para as áreas dos assentamentos provisórios, 500 famílias foram alocadas em 300 hectares em São Miguel do Oeste e 1500 famílias em 340 hectares no município de Abelardo Luz. Três dias depois os donos das terras desfizeram as transações de venda, com esse episódio os acampados de Abelardo Luz foram despejados e realocados provisoriamente em outra área, no mesmo município, com 15 hectares de extensão. Em São Miguel do Oeste o governo do estado adquiriu outra propriedade com mais de 160 ha para direcionar estas famílias.

Com todos estes acontecimentos e sem uma área definida para os acampados o movimento começou a pressionar o governo ameaçando retomar as ocupações. No dia 27 de junho o governo estadual alugou 750 hectares localizados nos municípios de Faxinal dos Guedes e Abelardo Luz para assentar temporariamente as famílias. E o INCRA comprometeu-se em conseguir 20 mil hectares para o assentamento definitivo das famílias. Durante o mês de julho os acampados e o MST, com o apoio de sindicatos, realizaram atos públicos e manifestações para chamar a atenção para a sua realidade e apressar o processo de assentamento. Mas é no mês de agosto que a situação dos acampados começa a ficar realmente crítica. Isso não quer dizer que até então não fosse, mas nesse período inicia o término da comida dos acampamentos e os sem terra começam a passar fome.²² Diante desta realidade o governo do estado prometeu enviar semanalmente alimentação para estas famílias.

O INCRA tinha estabelecido que até 3 de setembro fosse assentar as mais de duas mil famílias que estavam acampadas. Entretanto isso não se cumpriu e no

²² Hoje o MST é maior e mais organizado do que em 1985, assim o apoio que os acampados recebem agora é muito maior. Hoje os próprios integrantes do MST que já estão assentados, tem condições de ajudar na manutenção dos acampamentos, não necessitando apenas de ajudar externas.

dia seguinte uma comissão foi até este órgão, na capital do estado para protestar. No dia 5 o governo federal desapropriou 13 mil hectares em 11 áreas²³ no Oeste Catarinense, que assentaria somente 1000 famílias das mais de duas mil acampadas. No final do mês 200 famílias são assentadas em quatro áreas. Entretanto as demais famílias ficaram aguardando serem assentadas e já era quase final do ano e nada. E assim continuou até o começo de 1986, mesmo com algumas pressões dos acampadas, mas nada foi feito por eles. Em março o INCRA propôs uma trégua mostrando que estava cumprindo todos os trâmites legais, e que já havia 21 áreas com desapropriação decretada no estado.

Até março de 86, somente 248 famílias haviam sido assentadas, das mais de duas mil que ainda estavam em acampamentos só restaram 1200, algumas foram excluídas pelos processos de seleção do Incra ou então desistiram devido às inúmeras dificuldades do acampamento. Em abril foi realizado o segundo congresso estadual dos sem terra, com o principal objetivo de fortalecer o MST em Santa Catarina. Durante o congresso, 42 sem terras do oeste catarinense foram até a capital e acamparam em frente à catedral, com o objetivo de chamar a atenção para a realidade das famílias acampadas do Oeste Catarinense. Nesse mesmo mês uma das fazendas que já havia sido desapropriada pelo governo para assentar as famílias acampadas, mas que estavam aguardando os processos legais, pois era área de preservação ambiental, foi ocupada por colonos da região que não pertenciam ao movimento. No final foi feito um acordo que de cada 100 famílias da região seriam assentadas 100 famílias do movimento. Em maio mais de 580 famílias foram assentadas em Matos Costa, Lebon Régis e Irani. Em junho o governo federal desapropriou mais sete áreas para assentamento em Santa Catarina.

²³ As áreas eram três em São Miguel do Oeste (Rabo de Galo, Entre Rios e Jacutinga), quatro áreas em Abelardo Luz (Santa Rosa I, Santa Rosa II, Papuan e Sandra), uma em Itaiópolis (Parolim), uma em Ponte Serrada (Derrubada) e duas em São José do Cedro (Barra Escondida e Lageado Grande).

Entretanto no meio de tudo isso, as famílias acampadas estavam em situação precária, com dificuldade para a aquisição de alimentos, já que a doada pelo INCRA nem sempre era suficiente. E ainda a exploração por parte dos fazendeiros se acentua com pessoas nessa situação. Por eles saberem que os acampados estão precisando muito do trabalho oferecem qualquer valor como pagamento ou então uma quantia de comida pelo dia trabalhado. Os acampados por sua vez por não terem muita escolha acabam por aceitar e os fazendeiros aumentam ainda mais o grau de exploração. E com estes acampados não era diferente, já que principalmente os que anteriormente trabalhavam como bóias-frias ou peão não tinham reservas, poupanças, não tinham como se manter no acampamento e a venda da força de trabalho era a única opção.

O acampamento é um momento importante dentro da concepção do movimento, pois ele é como um rito de passagem para uma nova realidade, onde todos estariam mais ou menos no mesmo nível. Porém, apesar de tudo que permeia o acampamento, as famílias que habitam este meio trazem consigo diferenças que acabam por aparecer no dia a dia do acampamento. As dificuldades desse período são muito grandes, até porque não se sabe quanto tempo irão permanecer, mas no caso de famílias que possuem reservas financeiras ou então parentes que os ajudem com alimentos, roupas as dificuldades são menores dos que não possuem nada disso. Por isso, por mais que se tente falar em igualdade, que todos se encontram na mesma situação as diferenças aparecem em todos os lugares.

Nesse momento alguns fazendeiros começam a se organizar para formar a UDR no oeste para poder “bater de frente” com os acampados e cessar as ocupações. Eles entendem que as ocupações só estão ocorrendo por eles não estarem organizados.

No início de julho 80 famílias acampadas são despejadas (depois de receberem um aviso 15 dias antes) em Abelardo Luz. Esta terra era do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc) e o mesmo havia leiloado e os compradores queriam assumi-la. Estes acampados foram para a fazenda Papuan II que estava em fase de desapropriação e que já haviam 25 famílias de posseiros em cima dela. Final de

julho esta área é desapropriada e primeiro são assentados os posseiros e depois os sem terra. No começo de agosto 250 famílias ocupam a Fazenda Capão Grande, próxima a Papuan II, também em Abelardo Luz. Vários fatos como desapropriação, reintegração de posse e ocupações se sucederam durante o ano de 1986.

Em setembro 200 famílias de acampamentos localizados em São Miguel do Oeste e Faxinal dos Guedes foram transferidas para Itaiópolis. Em novembro mais 76 famílias foram assentadas. Ocorreu um fato interessante em Abelardo Luz, havia uma área de terra de 1200 ha que estava em processo de desapropriação e o Incra iria pagar indenização à família proprietária, entretanto a mesma resolveu doar 670 ha para assentar as famílias que estavam acampadas em frente a prefeitura desse município.

3 ASSENTAMENTOS ROSÁRIO E CONQUISTA DA FRONTEIRA: CONTEXTO HISTÓRICO, CARACTERIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Quando uma região está prestes a ter a instalação de um assentamento centra-se o olhar, principalmente, na área a ser desapropriada, nos conflitos gerados e nas partes da sociedade que são “contra” ou “a favor” da instalação. Entretanto, o assentamento traz impactos que vão muito além destes iniciais. Acabam por dinamizar o local e o seu entorno, seja como consumidores, produtores e fornecedores de mão-de-obra, demandantes de políticas públicas, como força política, com o aumento populacional, a inserção de novas culturas, etc. Dependendo do tamanho proporcional do assentamento em relação ao município os impactos são muito fortes, ocasionando grandes mudanças em todos estes sentidos.

Uma das diferenças a serem sentidas é no caso em que a área desapropriada é improdutiva, geralmente não tem pessoas, nem produção. Quando os assentados passam a habitar este espaço há uma mudança na paisagem local, eles residem, vivem e trazem vida para o local. A área deixa de ser improdutiva ou destinada apenas a exploração para receber uma nova dinâmica (WANDERLEY, 2000).

Os assentamentos podem ser apontados também como grandes responsáveis por colocar a agricultura familiar na agenda política²⁴ do Brasil já que

Por um lado, pela primeira vez na história, a agricultura familiar foi oficialmente reconhecida como um ator social... Por outro lado, a forte e eficaz demanda pela terra se traduz hoje, pela emergência de um setor de assentamentos de reforma agrária. Uma das principais conseqüências destes dois movimentos é a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno a terra (WANDERLEY, 2000).

²⁴ No ano de 2006 foi aprovada uma lei na Câmara dos Deputados Federais (PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 2006, Nº 3.952/2004, na Casa de origem) que estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Reconhecendo a agricultura familiar como uma categoria com direito a crédito, investimentos e políticas voltadas diretamente para estes.

E também são nos assentamentos que as cooperativas de produção dão um novo significado e um novo rumo para a vida dos, até então, sem terras. Portanto, pode-se dizer que a forma organizacional adotada no assentamento, seja ela, agricultura familiar ou produção coletiva, acaba por transformar ou reforçar uma visão de mundo dos assentados que começam a ver e a organizar suas vidas a partir disso.

Assim, o objetivo desta pesquisa, como já visto, é estudar o sistema organizacional da produção de assentamentos da reforma agrária e como os assentados vêm a posse e uso da propriedade. Para atender estes objetivos foram escolhidos os assentamentos Rosário e Conquista da Fronteira onde realizamos o trabalho de campo. A seguir traçamos uma caracterização dos dois assentamentos analisados nesse trabalho, para melhor visualizá-los.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS ROSÁRIO E CONQUISTA DA FRONTEIRA

O Assentamento Rosário localiza-se na Linha Rosário, município de Romelândia ficando a 22 km de distância da sede do município. O acesso a ele é possibilitado por uma estrada de terra, ou seja, sem pavimentação asfáltica. Sua área é de 250 hectares, onde 21 famílias são assentadas. A média é de 4,1 membros por família, que e caracterizam por um casal com idade em torno de 45 anos e filhos menores de 18 anos (tabela 1). Houve apenas um caso de jovem solteiro maior de 18 anos no assentamento. O que reflete o êxodo rural que atinge essa região, ilustrando um cenário que compromete a sucessão dessas propriedades. Segundo os próprios assentados *“na roça não é todo mês que tem dinheiro”* e ainda o assentamento não oferece formas de lazer, para tal os jovens necessitam sair e para isso é necessário que tenha ônibus para levar aos locais de bailes e festas, o que nem sempre tem.

TABELA 1 -DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS DO ROSÁRIO, SEGUNDO IDADE E SEXO EM ROMELÂNDIA - SANTA CATARINA - 2007

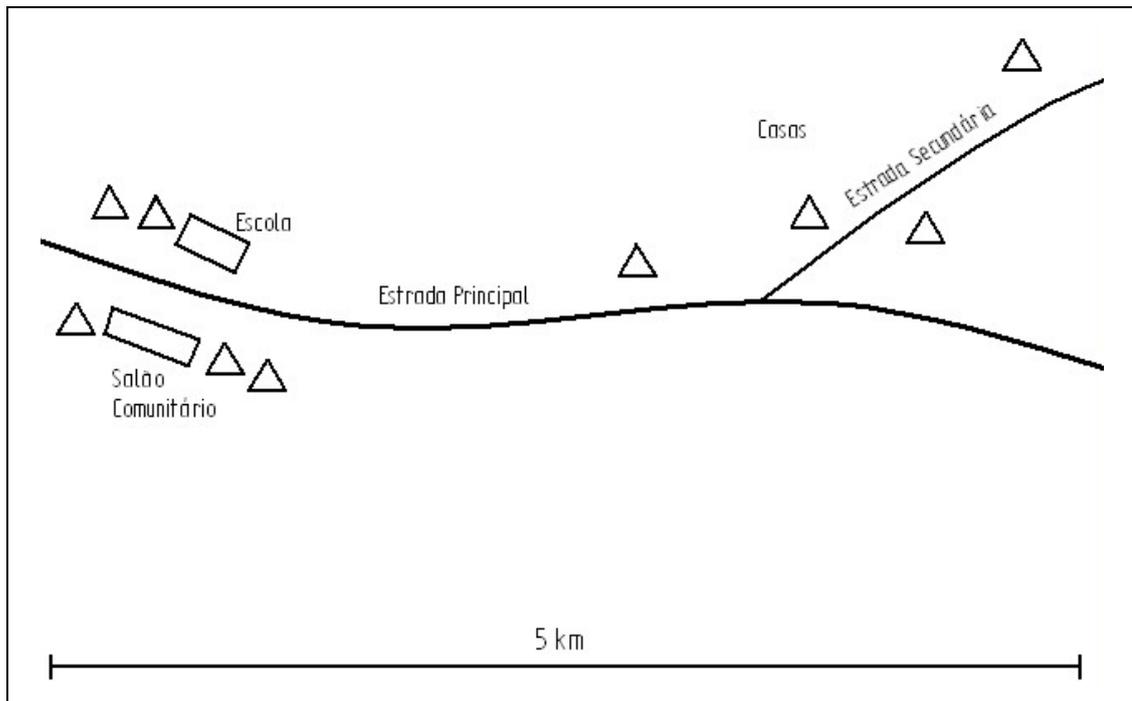
IDADE	MEMBROS POR SEXO		TOTAL	
	Feminino	Masculino	Abs.	%
0 à 10	12	11	23	26,7
11 à 17	10	13	23	26,7
18 à 24	-	2	2	2,3
25 à 39	4	3	7	8,1
40 à 60	15	14	29	33,7
Acima de 60	1	1	2	2,3
TOTAL	42	44	86	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

E ainda, conforme a tabela 1, podemos observar que há um equilíbrio entre o número de homens e mulheres, não mostrando uma tendência mais geral do campo, que é a de masculinização do meio rural.

Uma estrada principal faz a ligação da sede da comunidade de Rosário até o assentamento, atravessando-o. Dessa estrada pode-se ver o salão comunitário do assentamento, na frente dele existe uma bandeira do MST. Dentro existiam cartazes e a bandeira do MST e um pôster de Che Guevara, o que indica que aquele local já foi “conquistado” pelo movimento. No final do salão há uma sala onde ficam expostas as taças conquistadas em torneios de bocha entre assentamentos. Fora do salão, ao lado, tem uma cancha de bocha, que é uma forma de lazer aos assentados. Este é o único espaço para lazer, encontros e reuniões no assentamento. Entretanto no nosso retorno ao assentamento, em junho de 2007, o salão se encontrava fechado a três meses, porque ocorreu uma briga entre assentados, conforme nos foi relatado por uma assentada. Como as pessoas que brigaram não estão mais no assentamento, atualmente os assentados estão pensando em reabrir o salão. Abaixo o croqui de parte do assentamento onde se localiza esta estrada principal, a escola, o salão comunitário e algumas casas, o objetivo é mostrar como as casas estão distantes uma das outras e a pouca estrutura que existe no assentamento.

FIGURA 1 - VISTA PARCIAL DO ASSENTAMENTO ROSÁRIO EM ROMELÂNDIA – SANTA CATARINA - 2007



FONTE: Pesquisa de Campo

Na beira dessa estrada, na época de implantação do assentamento, foram demarcado terrenos de 70 x 40m, um para cada família, para a construção da casa de moradia em forma de agrovila. Nesse sistema as casas são distribuídas uma próxima da outra, geralmente perto da estrada principal que atravessa o assentamento. Isso facilita a colocação de água e distribuição de energia elétrica, entretanto os assentados do Rosário reclamam que as casas ficam uma muito próxima da outra, o que acaba por gerar atritos entre os vizinhos (animais invadem o terreno do outro, um vizinho se intromete na vida do outro), e ainda o terreno pequeno não permite a plantação de árvores frutíferas, a construção de hortas, entre outros elementos que fazem parte da cultura dos colonos dessa região. O restante da área seria para o trabalho coletivo dos assentados, mas este não se efetivou e cada assentado cultivou, por um longo período, seu pedaço individualmente, com uma divisão arbitrária dos terrenos. O uso coletivo da terra no Rosário não teve receptividade pela maioria dos assentados por vários motivos por eles mesmos apontados e por nós percebidos

que serão discutidos mais a frente. Mas podemos adiantar que a falta de experiência nesse tipo de trabalho e a origem dos assentados, todos ex-arrendatários acostumados com o trabalho familiar, são dificuldades encontradas na implantação do coletivo. Existia apenas uma área de terra, perto do rio que eles chamam de vargem, em que oito famílias desenvolviam produção coletiva, onde despesas e receitas eram divididas igualmente. Porém, no final do ano de 2005, por reivindicação dos assentados, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) refez a divisão do assentamento, ficando cada família com um pedaço de terra, aqueles que ficaram com terra melhor para a agricultura receberam uma área menor e área maior para os que receberam terra de mais difícil manejo. Este rearranjo provocou, entre outras mudanças, uma nova distribuição das casas, desmanchando o formato de agrovila, e agora cada um pôde construir sua casa na área que lhe coube, o que facilita o deslocamento para o trabalho, pois ficam mais perto da roça. Entretanto tem casas que ficaram até 5 km de distância uma da outra. Mas os assentados se mostram muito satisfeitos com este novo rearranjo, segundo uma assentada agora ela pode criar suas galinhas, ter horta e vacas de leite perto de casa.

Os assentados do Rosário como os do Conquista da Fronteira foram beneficiados pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH que objetiva oferecer acesso à moradia adequada a cidadãos de baixa renda por intermédio da concessão de subsídios no valor de R\$ 6.000,00 para famílias que moram em regiões não metropolitanas. O PSH é operado com recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU) e conta, ainda, com o aporte de contrapartida proveniente dos estados e municípios, sob a forma de complementação aos subsídios oferecidos pelo programa. Podem ser beneficiados pelo programa pessoas físicas com rendimento familiar mensal bruto não superior a R\$ 1.050,00. Os órgãos participantes do PSH são os Ministérios das Cidades e da Fazenda que estabelecem as diretrizes e condições gerais de implementação do programa. E a Secretaria do Tesouro Nacional e Secretaria Nacional de Habitação são responsáveis pela operação do programa, sendo suas principais atividades selecionar, por intermédio de oferta

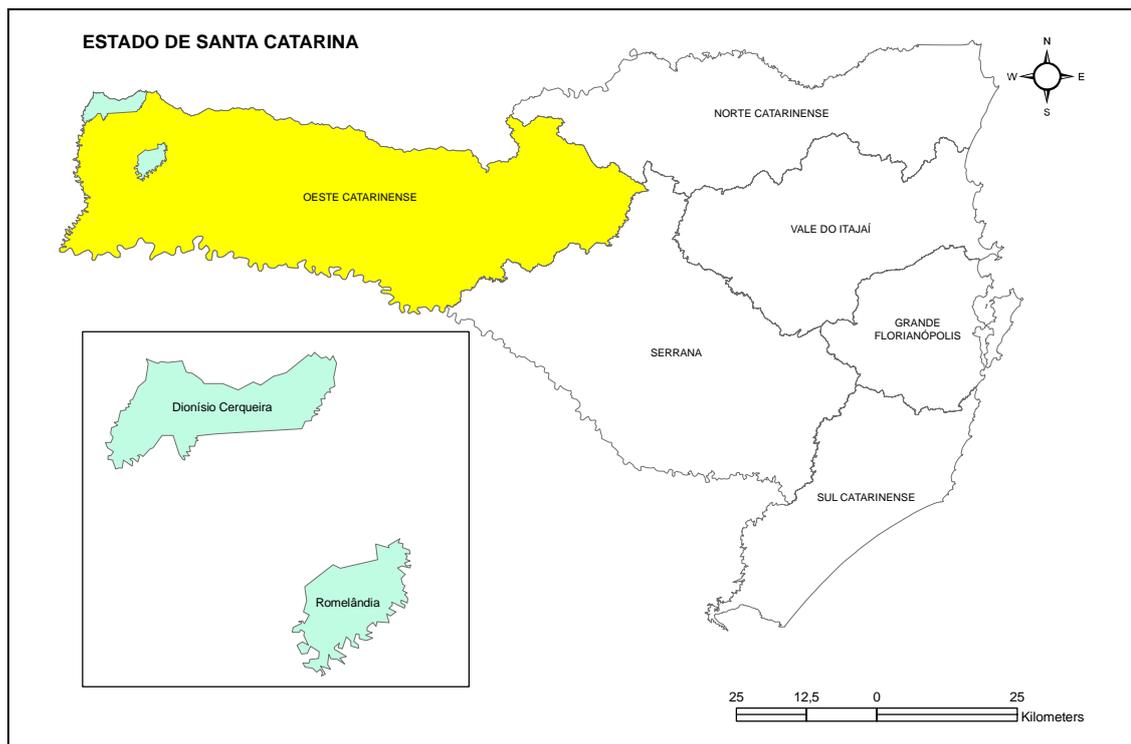
pública de recursos, as instituições financeiras que poderão operar o programa e realizar o repasse dos recursos correspondentes aos subsídios previstos no programa.

Com esse programa cada família teve direito ao valor de R\$ 6.000,00 para a construção de moradia. Assim, todos estão morando em casas novas, de alvenaria, pintadas. Entretanto as famílias que tinham mais dinheiro para investir na casa ou necessidade pelo tamanho da própria família, investiram recursos próprios. As casas do Rosário ainda estão por terminar, falta colocar os vidros, alguns querem construir área em volta da casa ou ampliá-la. Nem todas as casas são iguais, mas também ninguém mora em condições precárias. Mas mesmo antes desse programa as famílias moravam em casas com boas condições. Nenhuma família morava, por exemplo, em lona como é mostrado no trabalho de Souza, onde um de seus entrevistados diz que "(...) quem vê o tanto de máquina que a Cooperativa tem fica maravilhado, agora ninguém vê que o sócio mora numa lona como é o caso de muitos e que o sócio ta lascado" (SOUZA, 2001, p.103).

Os moradores do Assentamento Rosário trabalham de forma individual, com exploração da terra nos moldes da agricultura familiar, onde cada família produz no seu lote e no Conquista da Fronteira, o trabalho é coletivo com a organização da produção baseada no cooperativismo. Eles também se diferenciam por suas histórias e o modo como ocorreram as ocupações. A seguir se apresenta um mapa que mostra a localização de Romelândia e Dionísio Cerqueira no estado de Santa Catarina (figura 2).

O Assentamento Conquista da Fronteira, também analisado neste trabalho, se localiza na linha Tracutinga, interior do município de Dionísio Cerqueira, no Oeste de Santa Catarina, implantada no dia 24 de junho de 1988. Distante a cerca de 30 km da sede do município. A área do assentamento é de 1198 ha. É uma comunidade agrícola formada por 52 famílias com média de membros de 3,5. Pela tabela 2 podemos perceber uma distribuição equilibrada nas classes de idade, o que mostra que os jovens permanecem no assentamento, estes com idade entre 18 e 24 anos representam 15,2% dos assentados.

FIGURA 2 - MAPA DO ESTADO DE SANTA CATARINA



FONTE: IBGE - Malha Municipal Digital - 2001

TABELA 2 -DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS DO CONQUISTA DA FRONTEIRA, SEGUNDO A IDADE E SEXO - DIONÍSIO CERQUEIRA - SANTA CATARINA – 2007

IDADE	MEMBROS POR SEXO		TOTAL	
	Feminino	Masculino	Abs.	%
0 à 10	15	11	26	14,1
11 à 17	13	19	32	17,4
18 à 24	10	18	28	15,2
25 à 39	14	13	27	14,7
40 à 60	27	34	6	33,2
Acima de 60	5	5	10	5,4
TOTAL	84	100	184	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

E ainda, apodemos apontar a preponderância dos homens entre os assentados, expressando a questão da masculinização no campo (CAMARANO & ABRAMOVAY, 1998).

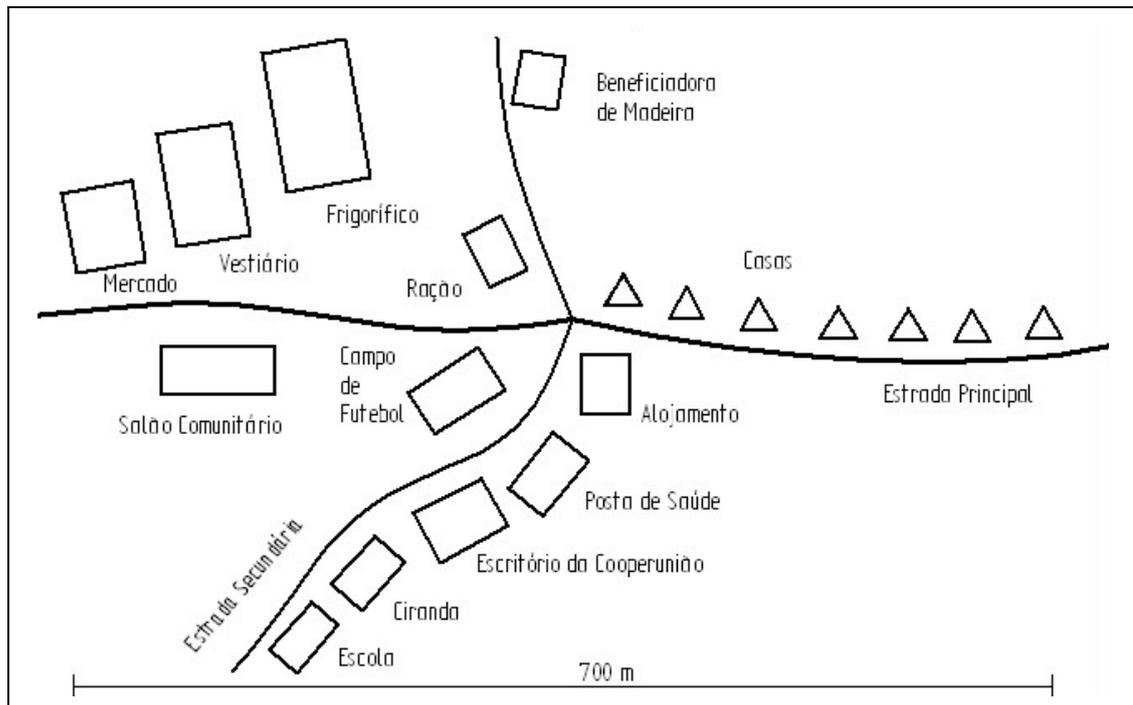
As casas do assentamento são distribuídas em forma de agrovila, sendo que existe uma sede, onde está localizado o escritório da cooperativa, o frigorífico, o campo de futebol, ciranda, posto de saúde para atendimentos simples ou básicos,

salão comunitário e alojamento para visitantes,²⁵ além de algumas casas. Existe uma cooperativa, a Cooperunião, que foi criada com a junção de todos os assentados em torno dela e do trabalho coletivo. Entre os bens da cooperativa há máquinas agrícolas e de transformação, um frigorífico de aves em que são abatidos e industrializados os frangos produzidos pelos assentados nos onze aviários do assentamento. O frigorífico possui capacidade de abater mil frangos por hora, mas atualmente abate cerca de sete mil por semana, que é a produção do assentamento. Os frangos são vendidos inteiros ou em pedaços sob a marca Terra Viva, como todos os produtos produzidos em assentamentos de Santa Catarina que são vendidos sob essa marca. Ressaltando que os frangos criados no assentamento não são produzidos em sistema de integração,²⁶ como a grande maioria no Oeste de Santa Catarina. A ração para estes frangos é produzida no próprio assentamento, os pintainhos são comprados de pequenas empresas do município e permanecem um período maior no aviário até serem abatidos. A seguir o croqui da sede do assentamento Conquista da Fronteira, o intuito é mostrar a disposição das benfeitorias e de algumas casas e como a sede do assentamento é povoada por elas.

²⁵ No período em que ficamos no assentamento, o alojamento estava sendo usado pelos pedreiros que construíam as novas casas dos assentados.

²⁶ No sistema de integração, a empresa integradora (Sadia, Ceval, Perdigão,...) fornece a ração, que é o alimento das aves, os pintainhos (aves com dois ou três dias de vida) e ainda um técnico que acompanha o desenvolvimento das aves e que faz os produtores seguirem as regras implantadas pela empresa.

FIGURA 3 - SEDE DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DA FRONTEIRA EM DIONISIO CERQUEIRA – SANTA CATARINA – 2007



FONTE: Pesquisa de Campo

Entre outros bens, a cooperativa possui uma fábrica de ração para os animais, na verdade é um misturador onde eles fazem à quítera e compram os outros ingredientes para a ração e misturam no assentamento, esta ração é diferenciada daquela distribuída pelas grandes empresas, segundo eles esta não possui hormônios. Possuem um secador para grãos, colheitadeira, trator, juntas de boi, carroça, escola para pré até quarta série, creche chamada de ciranda para as crianças com menos de cinco anos, estábulo para ordenhar as vacas, uma horta comunitária que produz alimentos para todas as famílias, um caminhão graneleiro e um câmara fria, automóvel, beneficiadora de madeiras, que entre outras coisas formam a estrutura da cooperativa.

3.2 ASSENTAMENTO ROSÁRIO: A CONQUISTA DA AGRICULTURA FAMILIAR

A primeira ocupação da Fazenda Roseira, atual Assentamento Rosário, data do ano de 1985 e foi realizada por um grupo de agricultores que, em sua

maioria, eram do interior do município de Romelândia, da localidade de linha Rosário. Segundo os assentados e Saretta (2001) a ocupação desta área deu-se “por conta própria”, não havendo organização de “pessoas de fora”. Os próprios agricultores que tomaram a iniciativa da ocupação, baseada em notícias divulgada pelo rádio, que dizia que as áreas improdutivas seriam desapropriadas.

Foi tudo assim, já digo, uma coligação, um com o outro, todo mundo tinha necessidade, foi feito assim um grupo, tudo se unimos (Entrevista 2/Pesquisa de Campo).

E ainda outra assentada diz:

Nós escutava no rádio que a área que não era produtiva, que nem aqui era tudo mato, ia ser desapropriada pelo Incra, daí o pessoal foi escutando e colocando aquilo na cabeça (Entrevista 3/Pesquisa de Campo).

Isto mostra que a ocupação da Fazenda Roseira não teve uma organização político-ideológica externa direta, foram os próprios colonos que se organizaram e por informações obtidas pelos meios de comunicação, por considerarem a área improdutiva e por sua própria necessidade ocuparam a área. Isso não descarta a influência de alguns setores, como membros da igreja católica, atuando na conscientização e no incentivo aos assentados. Até porque, não se pode esquecer a importância da igreja nessa região. Segundo um assentado, líder do assentamento, a CPT teve um papel importante de apoio e esclarecimento junto a este grupo de sem terras. Participando dos cursos da CPT, eles tiveram idéias mais claras a respeito da história da terra no Brasil e em Santa Catarina. E entenderam que sua atitude de ocupar aquela área não era condenável aos “olhos de Deus e da igreja”.

Apesar dessa suposta independência dos assentados, acredita-se que tenha havido alguma influência das Operações Simultâneas de Ocupações Integradas, que foi um grande acontecimento nessa região e ocorreu na época da ocupação da Fazenda Roseira. Mesmo eles não fazendo parte dessas famílias das Ocupações, podem ter sofrido influência ou mesmo ter sido a mola propulsora, ao fazer com que a idéia de ocupação se tornasse algo próximo do cotidiano dos trabalhadores, dando mais coragem a partir do exemplo dos que participaram desse evento.

O primeiro despejo desta área ocorreu somente com oficiais de justiça, mas outros foram com mandado de reintegração de posse e a presença de policiais.

De policiamento com caminhão e ônibus assim foi quatro ou cinco vezes, não me lembro bem, mas de oficial (de justiça) foi mais de um ano, dois, só entrando e saindo. Eles vinham e carregavam tudo no caminhão e despejavam tudo em Romelândia ou em Santa Terezinha²⁷ (Entrevista 3/Pesquisa de Campo).

Após os constantes despejos e sem visualizar um desfecho positivo, os agricultores buscaram apoio junto ao Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Romelândia e ao MST. A partir daí, o INCRA cadastrou as famílias, dando o direito das mesmas ocuparem a área, no dia 08 de agosto de 1986.

A Fazenda Roseira nunca foi explorada diretamente pelos proprietários, segundo dados do próprio Incra (SARETTA, 2001, p.12), tendo como ocupante Waldemar Langaro que era o capataz do local, e praticava incipiente atividade pecuária, com alguns arrendatários isolados que plantavam no imóvel através de contratos verbais de safra.

Então podemos entender que a participação do MST junto aos assentados e mesmo o atual líder do assentamento que tem uma ligação maior com o movimento, se deram apenas na última ocupação. Esse pode ser apontado como um dos motivos da baixa influência do movimento junto aos assentados, já que eles não tinham um envolvimento anterior com o MST e que ele não estava presente desde as primeiras ocupações. Percebe-se esta falta de aderência ao movimento, pois não há uma identificação dos assentados com o MST, eles não se vêem como fazendo parte dele. O MST, para muito deles, é o grupo que vem de vez em quando fazer alguma visita ou reunião. E para muitos, é tão irrelevante que não possuem nem opinião formada sobre ele, o que não acontece com os assentados do Conquista da Fronteira, por exemplo, onde a maioria se vê como parte do MST e se sentem próximos do mesmo.

²⁷ Santa Terezinha do Progresso é o município vizinho que fica a seis quilômetros do assentamento Rosário.

O assentamento Rosário tem uma história baseada na busca pela divisão dos lotes e para que cada família pudesse desenvolver e decidir a sua produção da maneira que considerasse melhor. Já que quando foi criado o assentamento, tanto o INCRA como o movimento fazia questão que ele fosse coletivo, por vários motivos, sendo um deles o fato de parte significativa da área do assentamento ser imprópria para a agricultura, com pedaços de pedregulho, morro, entre outros. Outro motivo é a preferência que o MST tem pelo trabalho coletivo. Assim, o Assentamento Rosário foi criado como coletivo, destinando-se apenas a cada família um pedaço para a construção da casa. Entretanto, na prática, o coletivo nunca “funcionou”, as famílias foram dividindo arbitrariamente os lotes e cada qual cultivou individualmente o seu pedaço de terra. Apenas ficou uma área de terra perto do rio, a vargem, em que oito famílias produziam em coletivo. Por um lado, as pessoas participantes, diziam estar satisfeitas com o resultado financeiro obtido, com o trabalho e a convivência entre os demais. Por outro lado, alguns moradores que se retiraram do trabalho na vargem afirmam que saíram porque não gostavam, alegando como motivo o fato de alguns trabalharem mais que os outros. Percebemos que a busca pela autonomia familiar foi tentada de várias formas, seja pela distribuição arbitrária dos lotes, seja pela implantação da forma mista de produção, com ela sendo desenvolvida em coletiva e individual.

A atividade de trabalhar em coletivo nem sempre é aceita ou colocada em prática pela maioria dos assentados. Isso porque o MST não abrange a totalidade destes, em função de sua pequena estrutura e de posições ideológicas que nem sempre condizem com a heterogeneidade da população assentada (KLEBA, 1994). Um dos maiores problemas apontados por Lazzaretti para a organização coletiva é a

...ideologia artesanal do camponês, qual seja, o jeito de trabalhar sozinho, de tomar decisões sozinho, de não precisar prestar contas de seu trabalho com ninguém, de definir seu próprio horário. Quer dizer, uma coisa é aquilo que é trazido pelo MST até os trabalhadores rurais, outra é a ideologia camponesa inserida num contexto cultural e histórico determinado (LAZZARETTI, 2003, p.30-31).

Poder decidir sobre os seus horários, os dias de trabalho e o esforço empregado na produção são os principais benefícios que o trabalho em família, na

sua própria terra, traz para estas famílias assentadas. Existe toda uma tradição desse tipo de trabalho nelas impregnada. Há um costume de tomar as suas decisões a partir das necessidades da família e com a família. Este conjunto contribui para que durante estes quase vinte anos os assentados reivindicasse várias vezes junto ao INCRA a divisão do assentamento em lotes para cada família.

Trabalhar com a organização da produção familiar faz parte da realização de um sonho destas famílias mantido durante vários anos em que trabalharam de arrendatários, tendo que mudar a cada safra. Ter a sua “propriedade” tem um significado e um valor que vai além do material e do financeiro atrelado a terra. Significa além da realização do sonho, ter um endereço, um lugar para onde voltar, criar uma identidade ligada àquele local, fatos que para estes assentados é permeados por significados. Como salienta Chayanov, a agricultura familiar é um sistema econômico diferente do capitalista, é uma economia baseada no trabalho assalariado, tendo por finalidade a maximização dos lucros. A agricultura familiar “tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade” (CHAYANOV, 1981, p.134). E ainda os “agricultores familiares são portadores de uma concepção diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal” (CHAYANOV citado por WANDERLEY, 2000, p.29).

Neste sistema econômico, por possuir outra lógica, as categorias teóricas como salário, renda, juros não fazem parte da análise para estes camponeses. Já que é a família que emprega sua mão-de-obra na terra e recebe no final de um ano os resultados deste trabalho: certa quantidade de produtos que é a única renda possível. Então, geralmente, não há a exploração de mão-de-obra de outras pessoas, é a própria família que trabalha no processo produtivo. E a

...quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho da composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar e pelo grau de esforço do trabalho, o grau de autoexploração através do quais os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano (CHAYANOV, 1981, p.138).

O grau desta autoexploração é na medida em que estabelece um equilíbrio entre a demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. Quando surge a necessidade de maior demanda na unidade familiar, pode se aumentar o trabalho, permitindo à unidade econômica aumentar sua produção e satisfazer a demanda familiar (CHAYANOV, 1981, p.139).

Para Chayanov, citado por Wanderley, a agricultura familiar

...é regida por certos princípios gerais de funcionamento interno que o tornam diferente da unidade de produção capitalista. Estes princípios derivam do fato de que, ao contrário da empresa capitalista, a empresa familiar não se organiza sobre a base da extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia. A fonte de trabalho que aciona o capital envolvido no seu processo de produção é o próprio proprietário dos meios de produção (WANDERLEY, 1998, p.30).

Para Chayanov, a família camponesa nunca é igual ao longo de sua existência, já que geralmente o seu começo é apenas com o casal que trabalha, depois vêm os filhos que apenas consomem; progressivamente estes vão entrando no processo produtivo, até o momento em que saem para a constituição de uma nova família. No final, resta novamente só o casal, mas com a sua força produtiva reduzida (WANDERLEY, 1998, p.32).

Isso é bem perceptível no Assentamento Rosário, entretanto geralmente a fase dos filhos participarem da atividade produtiva “não existe” por causa do êxodo rural, expressivo nesta região. Os jovens geralmente vão para cidades maiores como São Paulo, Rio de Janeiro ou Porto Alegre para trabalhar no meio urbano, ficando na propriedade apenas o casal (muitas vezes cuidando dos netos). Esta situação é preocupante, não só no assentamento, mas na região como um todo, pois acaba por comprometer a reprodução social no meio rural. E quanto ao que pode ser observado durante a pesquisa de campo, não há políticas públicas locais voltadas para conter este problema que atinge os jovens.

Para Chayanov a agricultura familiar gira em torno de três questões essenciais, que se articulam entre si. A primeira seria que ela

...não constitui um setor isolado, autônomo, mas se integra de forma dinâmica ao processo global de acumulação do capital”, que ela “deverá absorver cada vez mais o progresso técnico e modernizar sua forma de produzir” e por terceiro as “transformações do setor agrícola não se inserem no objetivo de construção de uma sociedade socialista (CHAYANOV, 1981, p.33).

Este autor ao dizer que a agricultura familiar não forma um setor autônomo e que ela deve absorver o progresso técnico e a modernização reforça o que muitos autores tentam mostrar (ABRAMOVAY, 1997; WANDERLEY, 2000) que ser agricultor familiar não é sinônimo de pequena produção e nem de atraso tecnológico, mas refere-se a uma lógica produtiva diferente da agricultura para exportação.

Gasson e Errington, citados por Abramovay, elencaram seis elementos básicos que caracterizam os agricultores familiares: “a) a gestão é feita pelos proprietários; b) os responsáveis pelo estabelecimento estão ligados por laços de parentesco; c) o trabalho é fundamentalmente desenvolvido por membros da família; d) o capital envolvido pertence à família; e) o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracionais no interior da família; f) os membros da família vivem na unidade familiar” (GASSON e ERRINGTON *apud* ABRAMOVAY, 1997, p.74). Abramovay ressalta que estes elementos não se referem ao tamanho da produção e que não é necessária a presença de todos estes critérios para a unidade familiar ser vista como de agricultura familiar. Em vista disto, os agricultores familiares tenderiam a adaptar-se facilmente na condição de assentados. Hipoteticamente, a situação de assentado é uma oportunidade para tentar alcançar as expectativas, que carrega pela vida, ou então, para tentar realizar as projeções de seus pais que não tiveram terra, e assim, desenvolver estratégias de reprodução que valorizem os recursos do estabelecimento familiar e assegurem a sobrevivência da família.

A vontade de possuir a escritura da terra, de se considerar proprietário e de ter o “seu cantinho” muitas vezes é construída durante toda a vida destas famílias ou do responsável por ela. Geralmente o pai era proprietário e não conseguiu que a propriedade se reproduzisse para alocar os filhos ou então trabalhava de arrendatário e isso passa para o filho, que trabalha a vida toda para agricultores mais capitalizados, o que vai construindo o “desejo” de ser proprietário, de ter a sua área de terra.

Este desejo de possuir terra tem um significado diferente para estes assentados do que para os latifundiários, que querem a terra como meio de acumular riquezas, os assentados identificam a posse da terra como uma oportunidade de criar um meio de vida particular que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto, com a reprodução da vida (GEHLEN, 1988, p.51). É a partir da sua terra que ele se afirma socialmente e estabelece suas relações sociais e tem a oportunidade de reproduzir essa terra para os filhos.

Para o colono, “a terra é um lugar de trabalho, necessária para a produção e reprodução familiar e da vida (em sentido biológico, social, religioso e político). Sendo a parte central do patrimônio familiar, a terra é condição de afirmação da identidade e da realização da cidadania” (GEHLEN, 1988, p.54). Então, para eles, a terra é muito mais que o lugar onde tiram o sustento financeiro familiar, mas é o local de sociabilidade, de significados múltiplos, o lugar para viver, criar seus filhos, de estabelecer uma ligação histórica e “emotiva” com a terra e ainda o conjunto desses condicionantes expressam o *habitus* desse grupo.

Na história brasileira, a agricultura familiar teve um lugar politicamente secundário e subalterno. Os agricultores familiares assim, sempre precisaram lidar com a instabilidade de situações de vida, seja pelo esgotamento das terras, pelas condições das intempéries, seja pelas situações de desapropriação ou re-alocação. Circunstâncias que muitas vezes configuraram uma agricultura itinerante, migrações em cada safra, mas que a escassez de solo obrigou fixação. Desta forma, houve/há mais dificuldades para construção de um “patrimônio familiar”, típico camponês, que se passa através de gerações. Apropriando-se das idéias de Antônio Cândido (2001) sobre os caipiras, o agricultor familiar brasileiro teve que viver sob o signo da precariedade estrutural, e estabeleceu-se com padrões mínimos vitais e sociais. O patrimônio, em vista disso, se constitui muito mais em saber tradicional, transmissível à família, do que em propriedade da terra. Mas, também, é um dos motivos pelo qual a propriedade de terra faz parte do imaginário dos agricultores, portanto, o assentamento impregna-se de importância para eles. Porque, por mais que a terra não se constitua

em patrimônio, não deixa de estar presente no imaginário deles a vontade de possuir. A instabilidade, a alternância de locais está muito mais ligada à necessidade para a sobrevivência do que um desejo de tal.

Ainda outros valores estão envolvidos, ao analisar o colonato gaúcho Roche e Lando & Barros dizem que ser colono é

...não precisar comprar o que vai comer e dessa forma se sentir “colono” mesmo nas relações de trabalho insatisfatórias que muitos vivenciam. Os “de origem” evidenciam estar nessa condição desde o nascimento, já que os imigrantes são devidos à feição agrícola inicial do Rio Grande do Sul, sobretudo quanto às culturas de “subsistência” e outros poucos produtos comerciais. A instalação de núcleos coloniais permitiu a introdução do trabalho livre no país e a consolidação da propriedade camponesa (ROCHE e LANDO & BARROS *apud* ZIMMERMANN, 1994).

Os assentados do Rosário justificam o trabalho no sistema familiar por poderem eles mesmos decidirem sobre os rumos do trabalho, da produção na propriedade, o que não é possível quando se trabalha em grupo, onde é necessário chegar num consenso sobre estas questões. Também com este sistema de produção é permitido ao colono decidir o quanto trabalhar e usufruir diretamente do benefício do seu trabalho. Uma das reclamações dos assentados para não trabalhar em coletivo é que alguns trabalham mais que os outros e recebem a mesma quantia. Veja o trecho de uma entrevista sobre o que um assentado entende pelo trabalho no sistema coletivo, ressaltando que ele desenvolve a produção familiar, mas já trabalhou no sistema coletivo.

Porque uns trabalham, outros folgam mais, então a gente vai lá uns ficam meio devarde, se baseando e a gente já não gosta muito disso, daí na hora de reparti, reparte o certo pra cada um, tudo igual. É se um trabalha cinco horas, outro trabalha quatro e no fim vai dividir certo, o cara que trabalha bem, perde (Entrevista 5/Pesquisa de Campo).

Os agricultores familiares, em geral, têm o objetivo de integrar-se ao mercado e ter acesso a atividades estáveis e rentáveis dessa atividade mercantil, todavia as dificuldades podem restringir as possibilidades e oportunidades dos mesmos. A venda de força de trabalho de algumas famílias, muitas vezes, indica a falta de condições em obter do seu lote o necessário à reprodução familiar, provocado pelas

dificuldades que se apresentam a agricultura familiar para se integrar às atividades mercantis. Isso pode, por um lado e no limite, criar uma relação de dependência com o trabalho externo, descaracterizando a produção própria, interna, familiar. Todavia, a venda da força de trabalho, por outro lado, pode apontar a pluriatividade como estratégia de reprodutividade, em que as famílias buscam atividades não-agrícolas como ocupação, seja como uma renda complementar ou principal, indicando a combinação de uma ou mais formas de adquirir renda ou de inserir-se profissionalmente. O que também significa pensar que há uma reunião de ocupações rurais e urbanas, dentro das famílias, e considerar que as relações de trabalho vêm se complexificando, gerando e modificando ocupações (BAZOTTI, CINTRA e NAZARENNO, 2007).²⁸

A chegada na terra representa a oportunidade de ter a sua propriedade, idealizada por tantos anos, enquanto trabalhava de arrendatário, peão ou empreiteiro. Esse é mais um motivo para o desejo de trabalharem individualmente e não no coletivo.

Pra ocupar... O sonho é que nós ia ter um pedacinho de terra, uma casa, mais tarde pra mora, coisa assim. Na roça onde nós morava, nós não morava assim pra mora, pra digo pra planta, pra nós né. Nós tava sempre de peão, é... daí nós trabalhava sempre de peão, por dia, por empreitada, nunca tinha pra trabalha, pra planta pra nós (Entrevista 10/Pesquisa de Campo).

Além de ter a sua pequena propriedade, há outro fator importante para estes colonos propiciada pela terra, que é a possibilidade de deixar para os filhos a propriedade permitindo que os mesmos perpetuem as tradições, a memória da família. Além disso, os filhos não vão precisar passar pelo mesmo “sofrimento” dos pais, de ficar migrando de safra em safra, procurando uma nova área de terra para plantar e morar. Entretanto sabemos que muitas vezes esta área não é suficiente para abrigar todos os filhos, como já foi visto, mas já se tem um começo.

²⁸ Sobre a discussão de pluriatividade ver SCHNEIDER (2003).

O sentimento de ser explorado pelo patrão, enquanto trabalhavam como arrendatários, é outro incentivo para lutarem pela posse da terra. Contrariados de ter que dar uma porcentagem para o dono da terra, os atuais assentados não achavam “justo” já que eram eles que desenvolviam todo o processo produtivo. Assim, tendo a posse da terra ficariam com o percentual da renda para eles. Esta percepção dos assentados vai ao encontro daquela cunhada por Karl Marx sobre o conceito de mais-valia. Segundo esse autor o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. O lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias, o que ocorre geralmente por seu valor, mas sim em sua produção. Os trabalhadores não recebem o valor correspondente a seu trabalho, mas só o necessário para sua sobrevivência. Assim, sistematizou o conceito da mais-valia, diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessária para sua produção. Veja os depoimentos dos assentados que afirmam essa idéia:

...o que poderia sobrar pra gente, tem que dar para o patrão né, entregar a renda, a meia, a terça parte, dar 50%, 30, 33% (Entrevista 1/Pesquisa de Campo).

Daí nós trabalhava sempre de peão, por dia, por empreitada, nunca tinha pra trabalha, pra planta pra nós (Entrevista 10/Pesquisa de Campo).

Mudou (com a entrada no assentamento), pois antes a gente tinha que essa parte que a gente colhe é pra gente, uma parte a gente tinha que dá, porque a gente tinha que pagar a renda sempre pro arrearante²⁹ da terra e daí aquela parte sobra pra gente, já foi mais um... (Entrevista 11/Pesquisa de Campo).

Com a chegada na terra e o fim do pagamento pelo arrendamento dela fez com que cada família organizasse a sua produção. Entretanto, observa-se que a maioria das famílias tem a renda advinda basicamente das mesmas origens: semente de milho crioulo, leite e aposentadoria/salário, mas com menos representação. O cultivo de semente de milho crioulo é tradicional no assentamento, sendo que 14 famílias estão envolvidas nessa produção. No ano de 2007 o valor monetário bruto

²⁹ Arrearante é uma expressão local que se refere ao capataz da fazenda, aquele que cuida da fazenda.

advindo das sementes variou de R\$ 2,000.00 à R\$ 10,000.00 entre as famílias. O leite é outra importante fonte de renda para 20 das 21 famílias do assentamento e a sua importância aumenta quando lembramos que, geralmente, é a única fonte de renda mensal que permite pagar as contas de luz, remédio e alimentação. O valor que cada família recebe é em média de R\$ 300,00. E ainda há cinco famílias tem aposentados rurais, que recebem o valor de um salário mínimo e ainda outra família tem um membro que trabalha na Cooperoeste.³⁰

Com a detenção dessas rendas e a posse da terra os assentados sentem-se, de certa forma, realizados, percebendo melhorias em suas vidas depois da chegada ao assentamento.

3.3 ASSENTAMENTO CONQUISTA DA FRONTEIRA: O DESAFIO DO COLETIVO

A maioria dos assentados do Conquista da Fronteira são participantes das “Operações Integradas de Ocupações Simultâneas”, que realizaram ocupações em várias áreas do oeste catarinense no dia 25 de maio de 1985, e estavam acampados no município de Quilombo ou na Fazenda Parolim em Itaiópolis.

Em junho de 1988, alguns desses acampados foram para a Fazenda Tracutinga, atual assentamento Conquista da Fronteira, para “garantir a área”, já que ela seria desapropriada pelo INCRA. Seria desapropriada porque seus antigos proprietários possuíam uma dívida com o Banerj, que não quitaram e acabaram perdendo o imóvel. Este foi destinado pelo Incra para fins de reforma agrária.

Nas negociações com o INCRA, a administração municipal de Dionísio Cerqueira exigiu que uma parte das famílias assentadas fosse residente do município. Assim, no momento de implantação, o assentamento estava dividido em dois grupos: 35 famílias do movimento que vinham de acampamentos do MST e 25 famílias do município. Entre as famílias dos dois grupos desenvolvia-se o trabalho

³⁰ O valor do salário deste assentado não foi nos repassado.

coletivo, já que este era um dos princípios do assentamento. Entretanto “a maioria das 25 famílias (oriundas do município) foi saindo do assentamento por não se adaptar ou não estar preparada culturalmente para o trabalho coletivo. Essas famílias foram gradativamente sendo substituídas por outras famílias ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras” (FONTANA, 1999, p.77). Esta saída das famílias do município pode ser atribuída ao fato de que os membros do movimento, no começo, estavam mais preparados e conscientes para trabalhar desta forma. E também pelas dificuldades enfrentadas no coletivo, que são reconhecidas pelos que permanecem no assentamento, como dificuldades de relacionamento, divergências diárias que ocorrem pelo fato de as pessoas pensarem diferente, de terem gostos diferentes, vontades diversas e no coletivo elas têm que entrarem em convergência para poder dar continuidade ao trabalho. Mais à frente estas dificuldades serão discutidas. Mesmo as que eram do movimento encontraram estes obstáculos. Sem contar que, mesmo os que tenham passado pelo acampamento, que seria uma preparação para o coletivo, são oriundos de uma sociedade com valores capitalistas e individualistas e se adaptar a esta nova mentalidade, a do coletivo, não é tarefa das mais fáceis. Essa divisão continuou até começo dos anos 90, quando todos se uniram e formaram a cooperativa, pois até então havia estes dois grandes grupos que trabalhavam em coletivo.

Estes assentados do movimento tiveram que mudar várias vezes de área até serem assentados, veja o depoimento de um assentado que estava acampado em Abelardo Luz:

Daí na época também foi negociado a saída da área (em Abelardo Luz), foi conseguido uma outra área provisória em Abelardo mesmo, ficamos em torno de trinta dias, ai fomos pra outra área provisória em Faxinal dos Guedes, que foi dividido em grupo, quatro grupos no caso, depois fomos pra terra, numa área em Itaiópolis, mas daí fomos em mais famílias que a área suportava, também nós tinha a idéia de trabalhar coletivo e a área lá não oferecia condições, tinha muita gente que não queria, então de lá fomos vendo as famílias que queriam trabalhar coletivo, ai viemos pra Dionísio. Entre a ocupação e a mudança pra cá foram três anos (Entrevista 22/Pesquisa de Campo).

Pode-se dizer que este assentamento foi planejado tanto pelo INCRA como pelo MST, pois, como se observa pelo depoimento, as pessoas que foram morar nele tinham conhecimento de que o sistema organizacional seria coletivo e deveriam estar dispostas a trabalhar nestes moldes.

Para os que hoje estão assentados, um fator que os anima a não abandonar o assentamento é que muitas dessas famílias que foram embora, depois pediram para retornar. Segundo uma assentada, para as famílias estruturadas, que já têm filhos, não é permitido o retorno, enquanto que para os jovens é dada uma segunda chance, já que eles teriam um espírito aventureiro e vontade de experimentar o diferente e o estranho, enquanto os adultos já conhecem o “mundo lá fora”. Na ida ao assentamento em junho de 2007, nos informaram que um jovem filho de assentado que saiu do assentamento e foi trabalhar pediu para voltar. Em assembléia permitiram que ele voltasse com sua esposa e decidiu inclusive que receberia uma casa nova para morar. Já que o assentamento recebeu 52 casas do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH, mas nem todas as famílias quiseram adquirir casa nova, sobraram nove casas e, por isso, agora quando um jovem casa recebe uma moradia nova.

Através das entrevistas, da convivência e das conversas não se percebe um desejo explícito por ter a escritura individual da terra ou então um lote individual. Pois para eles querer a escritura individual está ligado à idéia de venda da terra e argumentam que a querem para trabalhar e não para negociar.

A gente não sente falta da escritura, uma que a gente nunca teve terra mesmo e assim essa terra aqui a gente tem certeza de que enquanto a gente vive aqui essa terra é nossa então. E a gente tem essa consciência que a gente não quer terra pra negocia, nós queremos terra pra planta, pra produzi (Entrevista 16/Pesquisa de Campo).

Outro fator muito importante para a manutenção do sistema coletivo é o processo de internalização e de inculcação desses valores feito pelas lideranças do MST e por eles próprios, quando alguém “fraqueja” nos ideais outros assentados reforçam a importância do coletivo e suas vantagens. Essa constante afirmação dos

valores e vantagens do coletivo é sentida no dia-a-dia dos assentados. Um elemento que colabora para essa internalização são os cursos oferecidos pelo MST aos assentados. Nas entrevistas todos disseram já terem realizado estes cursos. Uma jovem em conversa informal, falou que fez um curso de um mês na Escola Florestan Fernandes em São Paulo. E que foi muito importante para ela “entender” o movimento, a importância do trabalho coletivo e da luta pela terra, pois quando nasceu seus pais já eram assentados. Atualmente existem 11 assentados fazendo cursos em escolas do movimento ou em colégios que reservam vagas para jovens oriundos de assentamentos. Três jovens estão cursando técnico em agroecologia, um curso técnico em pastagens, um curso de contabilidade, um curso de direito, técnico em saúde, dois cursam técnico em administração de cooperativas e dois assentados cursam técnico em agropecuária.

E ainda o trabalho desenvolvido em cooperativa, com normas estabelecidas, horários a serem seguidos, reuniões ajudam no fortalecimento das idéias em favor do coletivo. Geralmente no final do ano é feita uma reunião geral que avalia o ano que passou e traça metas para o seguinte. Nessa mesma reunião são escolhidos os postos que cada um vai ocupar. Segundo uma assentada, sempre consegue conciliar as demandas de trabalho do assentamento com as vontades individuais, ou seja, a grande maioria acaba trabalhando no que gosta.

3.2.1 Cooperunião: Organização e Papel na Vida dos Assentados

O assentamento Conquista da Fronteira tem sua vida produtiva e social organizada em torno e pela Cooperativa de Produção Agropecuária União do Oeste – Cooperunião. Antes de nos determos especificamente sobre ela, queremos discutir, brevemente, sobre algumas questões que por vezes parecem contraditórias quando falamos de cooperativas de produção em assentamentos.

Um trabalho importante para esta discussão é o de Fleury (1983), onde ela se detém a estudar quatro cooperativas de laticínios no estado de São Paulo, fazendo

um esforço para mostrar no que elas se aproximam e no que se diferenciam das empresas capitalistas.

Para a autora “a cooperativa é uma sociedade de pessoas e não de capital, organizada segundo certos princípios, que podem ser sintetizados em: propriedade, gestão e repartição cooperativa; ela objetiva suprir seus membros de bens e serviços. Difere, portanto da empresa privada, que em uma sociedade capitalista visa ao lucro e procura se organizar segundo um esquema que permite a realização desse objetivo” (FLEURY, 1983, p.78).

Em seu trabalho de campo a autora observa o quanto à participação dos associados e o percentual deles que se mantém em contato com a cooperativa é reduzido. Uma das causas, apontada pela autora, para isto é o próprio trabalho na agricultura, “que os leva a viver geralmente em locais distantes, isolados e de difícil comunicação. No caso, por exemplo, de grande parte dos produtores leiteiros, todo o contato com a cooperativa se dá através do carreteiro, que faz o transporte diário do leite e que traz o pagamento do mês, as mercadorias que o produtor necessita” (FLEURY, 1983, p.80). Sendo que o percentual de sócios que comparecem em assembléias é de 15 a 30%.

Quanto a este ponto podemos dizer que a Cooperunião se diferencia destas pesquisadas, já que em suas reuniões há a presença da grande maioria dos assentados, só falta quem não está no assentamento ou está doente, e é a família inteira que participa (homem, mulher, jovens e crianças). Ressaltamos que os assentados, por morarem na agrovila, não possuem dificuldade de deslocamento até o centro comunitário em que é realizada a reunião e nem de comunicação sobre data e horário da mesma.

A autora conclui que as cooperativas possuem uma “natureza “híbrida”, contraditória, mas que não só sobrevivem como se reproduzem no seio do capitalismo, guardando nesse processo suas especificidades” (FLEURY, 1983, p.143) e aponta quatro determinantes para este quadro.

A primeira determinação se dá pela relação da cooperativa com o mercado. Ela precisa assumir certos padrões de conduta, que lhe assegurem certa competitividade nesse meio, fazendo com que ela assuma aparência semelhante à empresa capitalista. A segunda determinação é dada “pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo, que, calcada na crescente monopolização do setor industrial sem a contrapartida agrícola, abriu espaço para a reprodução de produtos familiares, não-capitalistas” (FLEURY, 1983, p.143).

A terceira determinação que se projeta é a de que o conjunto de produtores que se associa a uma cooperativa não é um conjunto homogêneo, mas estratificado internamente. A quarta determinação que confere um caráter específico à cooperativa é sua relação com o Estado. Este propiciou “condições especiais para o desenvolvimento do cooperativismo, objetivando agilizar e modernizar a agricultura, através de integração de produtores ao mercado” (FLEURY, 1983, p.146). E ainda, o Estado adquiriu a proposta cooperativista não só por razões de ordem econômica, mas também por razões de cunho ideológico. Assim

Em termos ideológicos, o cooperativismo, apesar de seu conteúdo igualitário, é uma proposta, que tal como tem sido implementada no Brasil, apresenta poucos riscos. Em outras palavras, o conteúdo reformista do projeto cooperativista,..., se esgota em sua proposta de modernização agrícola, restringindo as cooperativistas a atuar nas esferas de comercialização, crédito e transformação de produtos, não pretendendo uma reorganização da produção em moldes socialistas. Nestas circunstâncias, o Estado se sentiu sempre seguro ao incentivar este movimento, pois dificilmente ele provocaria mudanças de caráter estrutural; e por outro lado, sua aparência reformista é utilizada muitas vezes para encobrir projetos cujos objetivos reais distam léguas de propostas cooperativistas. Estas quatro determinações, provocadas pela interação com o mercado e com o Estado, pela especificidade de seu objetivo e de seu modelo organizacional, assim como pelas relações com as diferentes categorias de produtores a ela associados, se projetam sobre a cooperativa, tornando-a uma totalidade específica e contraditória” (FLEURY, 1983, p.146).

Tendo esboçado algumas questões que permeiam as cooperativas³¹ passamos agora a analisar a Cooperunião. Ela foi implantada no ano de 1990 no

³¹ Para saber mais sobre outras formas de trabalho coletivo ver ESTERCI (1984) que retrata vários exemplos de trabalho coletivos e cooperação implantados pela igreja.

assentamento Conquista da Fronteira, ou seja, a partir do desenvolvimento do trabalho coletivo entre os dois grupos de assentados é que ela se constituiu. A Cooperunião é dividida em cotas, para adquirir uma cota, a família, ao chegar, paga um salário mínimo e seis sacos de milho pelo preço mínimo estabelecido pelo governo federal, este é o valor contabilizado nas cotas, que em junho de 2007 representava em torno de R\$ 80,00 e é corrigido ano a ano. E ainda 510 horas de trabalho para o homem e 250 para as mulheres. O valor do salário mínimo e das horas trabalhadas é cobrado porque ao chegar no assentamento o indivíduo vai poder usufruir de toda a estrutura, da safra plantada, se for o caso, da horta, etc. E ainda possuem o mesmo poder de voto dos outros assentados que estão a mais tempo. Em junho de 2007 o montante correspondente às cotas era de R\$ 51.894,00, divididos entre 115 sócios de 52 famílias. Os sócios mais recentes a cota corresponde a R\$ 81,00 e os que estão desde o começo gira em torno de R\$ 900,00. Para ser sócio é necessário ter 18 anos e para os filhos de assentados que estão há mais de cinco anos no assentamento não é cobrado, pois entendem que este jovem já trabalhou o suficiente para adquirir sua cota parte.

O patrimônio da cooperativa é indivisível, ou seja, quando um sócio ou uma família sócia se retira do assentamento não tem direitos sobre o patrimônio constituído. Esta atitude nos foi justificada por um assentado, que trabalha na parte financeira da cooperativa da seguinte forma

quando a família sai, ela não tem direitos sobre o patrimônio, mas também não tem responsabilidades sobre as dívidas da cooperativa, já quem entra herda o patrimônio, mas também as dívidas que ele não fez (Entrevista 23/ Trabalho de Campo).

Isso pode ser contestado já que o valor do patrimônio e das dívidas possivelmente é diferente durante a trajetória da cooperativa. Assim, os sócios têm o direito ao valor correspondente a sua cota parte, ao que comprou para “dentro de casa” (eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis), e é feito um “acerto” entre ele e a cooperativa. Mas este “acerto” é muito subjetivo, sendo que “cada caso é um caso, analisado isoladamente, levando em conta o trabalho desempenhado dentro da

cooperativa e do movimento e o tempo em que a família ou o sócio residiu no assentamento”. Por não ter regras claras sobre a saída do assentamento é possível que as famílias que saem e recebem menos que outras, se sintam prejudicadas.

Nestes 19 anos há sempre casos de famílias que saem, de outras que entram, porém pode-se dizer que o assentamento já constituiu um “núcleo duro”. Das famílias que residiam no assentamento em junho de 2007, mais de 65% estão desde o início do assentamento e 19,2% estão de 10 a 15 anos no assentamento. Assim, das 52 famílias, 44 estão a mais de dez anos no Conquista da Fronteira (tabela 3). Estas famílias dão uma segurança e sustentação a cooperativa, pois elas já internalizaram os valores do coletivo, sua lógica, seus benefícios e prejuízos. E entendem que os benefícios são maiores que os prejuízos.

TABELA 3 -DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTADOS DO CONQUISTA DA FRONTEIRA, SEGUNDO O TEMPO QUE MORAM NO ASSENTAMENTO EM DIONÍSIO CERQUEIRA - SANTA CATARINA - 2007

TEMPO QUE MORAM NO ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS (Abs.)	%
Menos de 5 anos	5	9,6
5 a 9 anos	3	5,8
10 a 15 anos	10	19,2
19 anos	34	65,4
TOTAL	52	100,0

FONTE: Pesquisa de Campo

A saída das famílias acontece por duas razões: por vontade própria ou por imposição do assentamento. Em junho de 2007, um jovem assentado relatou o caso de três famílias que saíram. Uma por decisão própria, estava a menos de um ano no assentamento e não se adaptou, inclusive por motivos religiosos, eram protestantes e o assentamento é predominantemente católico. Outra estava a mais tempo, em torno de cinco anos, também eram protestantes e por causa da religião faltavam ao trabalho para freqüentar o culto, tinham que dar 10% de tudo que recebiam para a Igreja e o assentamento não concorda com isso *“porque quando estávamos no acampamento nenhuma dessas igrejas vieram nos apoiar e agora querem ficar pegando nosso dinheiro”* (Pesquisa de Campo/Entrevista 24). O caso dessa família

foi levado para a discussão em núcleo e depois votado em assembléia e decidido pela saída deles do assentamento.

Outro caso é o de um jovem que estudou em um colégio agrícola em outro município e casou com uma moça. Quando terminou seus estudos voltou para morar no assentamento e trouxe sua esposa para morar com ele. Entretanto, depois de um tempo comprovou-se que ela estava tendo um relacionamento extraconjugal com outro assentado. Por ela não admitir o fato e ele querer continuar casado foi colocado em votação se eles deveriam ficar ou sair do assentamento, todos os assentados, menos a família dele, votaram pela saída. O outro assentado envolvido no caso saiu do assentamento antes de qualquer deliberação, por saber das leis internas e que seria “julgado”. O adultério não é tolerado dentro do assentamento. Anos atrás, também houve um caso de adultério entre duas pessoas casadas, a mulher traída quis o divórcio, como ela tinha filhos, discutiu-se e decidiu-se dentro do próprio assentamento o valor da pensão alimentícia a ser pago pelo homem às crianças e a periodicidade das visitas aos filhos. Estes casos relatados explicitam que no Assentamento Conquista da Fronteira existem leis criadas por eles próprios, que superam aquelas estipuladas pelo Estado. E ainda, questões que são tidas como de competência íntima ou da família são tratadas publicamente. Pode-se dizer que existem suas próprias regras e instâncias de julgamento e penalização.

Dentro da cooperativa, os assentados têm que trabalhar um mínimo de horas, o que é estipulado por sexo e idade. Assim, homens trabalham oito e as mulheres quatro horas diárias. As mulheres trabalham menos horas na cooperativa por entender que elas realizam os serviços domésticos como limpar a casa, lavar roupa, fazer comida e cuidar dos filhos. Horas trabalhadas a mais são pagas pela cooperativa. Os adolescentes começam a trabalhar a partir dos doze anos de idade e recebem 50% do valor de um adulto, com treze e catorze anos recebem 60%, com quinze e dezesseis recebem 80% e a partir dos dezessete anos recebem o valor igual a um adulto. Quando os jovens estão estudando, e residem fora do assentamento, recebem como se tivessem trabalhando na cooperativa. Os assentados recebem por

mês o valor equivalente às horas trabalhadas, em junho de 2007 este valor da hora girava em torno de R\$ 0,93. E a cada seis meses é feito uma divisão dos lucros da cooperativa, muitas vezes esse lucro, ou uma parte dele, é investido em infra-estrutura para a própria cooperativa. Com os recursos financeiros distribuídos a cada seis meses o valor da hora sobe para R\$ 1,63.

A formação de cooperativas entre os assentados pode ser percebida como uma maneira de “sobrevivência” dentro do capitalismo, sem adotar totalmente a sua lógica. É uma maneira de ser solidário sem abrir mão da satisfação individual, da busca pelos objetivos propostos, entre eles, os financeiros. O cooperativismo se dá de várias formas, tanto no meio urbano quanto no rural, entretanto as cooperativas formadas dentro dos assentamentos apresentam alguns diferenciais. Quanto a Cooperunião, pode-se dizer que existe mais que objetivos econômicos envolvidos, há uma visão de mundo construída em torno dela, ela envolve diretamente a vida dos assentados. As outras cooperativas, de uma forma geral, atuam apenas no setor econômico, trabalhando na produção, na compra ou na venda e atendendo ao seu público específico. Neste assentamento a cooperativa toma proporções muito maiores que as cooperativas formais, sendo que, a organização e o cotidiano dos assentados giram em torno dela. Entretanto, segundo os próprios assentados, o retorno financeiro está sendo um dos principais desafios do assentamento, já que a renda mensal não é satisfatória. Para isso foi ampliado à capacidade do frigorífico, o número dos aviários e pretende-se aumentar o número de vacas leiteiras. E ainda *“enxugar os setores produtivos,³² para fazer com que todos sobrevivam com seus próprios recursos, sem dar prejuízo”*. No dia 24 de junho de 2007, quando o assentamento completou 19 anos, fez-se uma festa com inauguração dessas benfeitorias e da nova fábrica de ração. Outro problema que o assentamento está enfrentando é a escassez de mão-de-obra, então como o assentamento tem capacidade para 60

³² Os setores produtivos são a lavoura, vaca de leite, aves, suínos, erva-mate, apicultura, entre outros.

famílias, mas hoje tem apenas 52, há interesse de que todas estas vagas sejam preenchidas.

Os produtos alimentícios consumidos que precisam ser comprados no mercado, até 2006, os assentados solicitavam a cooperativa e ela adquiria, e ao final de seis meses os assentados pagavam. Entretanto, em 2007 foi implantado um mini mercado dentro do assentamento, onde os próprios assentados escolhem os itens que desejam, pagando o preço de custo. O mercado é abastecido por atacados alimentícios da região. Assim os assentados têm liberdade de escolher e pagam um preço menor do que nos mercados locais. Porém, segundo um assentado, as famílias estão gastando um valor mais elevado, porque antes tinham que esperar alguém ir para a cidade e comprar, agora tem a hora que querem e precisam. Mas eles se mostram satisfeitos com esta nova possibilidade, pois agora além de não ter que esperar pelos itens, eles mesmos podem escolher o que querem para casa. Ressaltamos que o mercado não possui uma grande diversificação de produtos e marcas, apenas o básico que as famílias usam.

Todavia, a maior parte da alimentação é produzida no próprio assentamento. E os assentados atribuem grande importância para a diversidade e a quantidade dos alimentos produzidos e consumidos por eles, esses alimentos variam desde vários tipos de carnes, frutas, verduras, legumes, cereais, mel entre outros. Segundo um assentado, no ano de 2005 foram vinte e oito tipos de alimentos produzidos no assentamento.

A outra vantagem (do sistema coletivo) que eu vejo assim é a grande diversidade de alimentação que a gente consegue produzir, porque eu falei esses dias ano passado foram 28 tipos de alimentos, eu duvido que um agricultor individual consiga produzir isso (Entrevista 16/Pesquisa de Campo).

A produção de alimentos foi reorganizada dentro do assentamento para ser cultivado somente o que é necessário para a alimentação, sem produção de excedentes, porque requer um grande dispêndio de mão-de-obra e o excedente não gera lucro. Os alimentos são produzidos todos sem agrotóxicos, o que aumenta o trabalho manual dos assentados.

A cooperativa também se tornou uma forma de resolver um problema enfrentado pelos assentamentos coletivos, que é o da escrituração individual da terra. O Incra concede uma carta de anuência ao assentado, que só pode ser endereçada à pessoa física e não jurídica. Como no sistema coletivo trabalham-se todos juntos e difunde-se a idéia de não obtenção do título individual cria-se uma dificuldade quanto a isso. No Conquista da Fronteira esse problema foi resolvido com os assentados assinando um contrato particular de comodato, em que cede à cooperativa o direito de uso da propriedade por períodos de dez anos. Quando este contrato está vencendo é feito outro. Assim a cooperativa tem o direito de decidir sobre a terra.

Percebemos, através das entrevistas, da convivência e das conversas que os assentados vêem no sistema coletivo, vários atributos que o sistema familiar não oferece. Um desses predicados é que eles acreditam que o agricultor familiar não possui a estrutura e patrimônio que eles detêm e que no sistema coletivo é muito mais fácil de conseguir recursos para investimento, empréstimos, se sentem com mais força para fazer pressão em busca do que desejam, se sentem com mais força política em grupo do que uma família isolada, eles conseguem mais facilmente atingir seus objetivos. O depoimento a seguir é de um assentado expondo sua visão sobre o trabalho coletivo:

As vantagens assim pra começa é que nós fizemo muito mais que os agricultor individual, trabalhando bem menos porque a gente consegue organiza a produção. Por exemplo, tenho parentes meu que o capital que eles tem hoje eles tinham 30 anos atrás e, por exemplo, eles chegam em casa eles tem serviço pra faze, eles tem que faze pasto, tira leite, trata porco, trata vaca, tudo essas coisas e nós aqui conseguimos organiza o trabalho que nós não temo essas trabalhera toda, então essa é a grande vantagem. E também o crescimento do patrimônio e tal. E depois tu veja, minha filha, aqui a gente tem casa boa pra mora, a gente tem luz, água encanada, tem o estudo dos filhos garantido, mora aqui, o ônibus passa perto da porta da casa, então através do coletivo que nós conseguimos organiza isso tudo. Se nós fosse individual eu não sei se nós teria uma linha de ônibus, a gente assim consegue garanti, negocia com o prefeito então tudo a gente consegue mais fácil através do coletivo. Os problemas que existe, de inimidade, qualquer problema tem que ser resolvido (Entrevista 16/Pesquisa de Campo).

Segundo outra assentada as vantagens do sistema coletivo seriam:

Olha são muitas vantagens, tipo assim, o trabalho coletivo é um trabalho pra satisfazer mais, que rende mais, ele te dá outras condições, outras dimensões de vida, outras possibilidades tipo assim se você tá num lote individual você tem que pensa o todo, tem que pensa em tira leite, em produzir, e assim é uma vida mais tranqüila porque cada um tem seu trabalho. Na verdade tem muitas vantagens o reivindicar junto, conquista junto, não tem uma questão mais individual. Até a própria preocupação ela facilita tu te uma vida mais tranqüila porque tu pensa no coletivo, as saídas são mais fáceis (Entrevista 20// Pesquisa de Campo).

A educação é outro fator apontado como uma qualidade do sistema coletivo, como já visto, devido ao fato que a maioria dos assentados não teve acesso à escola, ou então só até a quarta série, eles valorizam muito a educação formal. Como a cooperativa garante as condições mínimas para seus filhos estudarem até o ensino médio e trouxe educação para os adultos sem nenhum custo financeiro é outro predicado atribuído à organização coletiva.

...a questão da educação, a educação hoje até o 2º grau nenhum pai se preocupa como estudo particular que é a cooperativa que paga tudo, então assim... compromisso com a juventude ao menos até o 2º grau, ter o estudo que nós não tivemos isso (Entrevista 15/Pesquisa de Campo).

Segundo uma assentada, do Conquista da Fronteira, as vantagens proporcionadas pelo coletivo são

...a soma de forças para conseguir os objetivos do grupo, pois entende que sozinhos não teriam a estrutura física que hoje possuem. No coletivo a qualidade de vida e de trabalho é melhor, comparada com o individual. No sistema familiar existem muitos serviços domésticos a serem desenvolvidos e no coletivo o indivíduo tem só uma função, é responsável por uma parte e usufrui do coletivo" (Entrevista 20/Trabalho de Campo).

Eles vêm no sistema coletivo diversos atributos que o sistema familiar não oferece. Um desses seria o de que o agricultor familiar não possui a mesma estrutura física e o patrimônio do assentamento e que este sistema oferece facilidades na obtenção de recursos para investimento e empréstimos.

A educação formal é vista como outro fator que é facilitado neste sistema, já que a cooperativa garante as condições mínimas para os filhos estudarem até o ensino médio, sendo que no assentamento há educação para as crianças até quarta

série do ensino fundamental e supletivo para os jovens e adultos. Ressaltando a importância atribuída à educação, destacamos que os cursos ofertados não são consequência direta do sistema coletivo, neste caso, em que o coletivo deu certo e está consolidado se apresenta esta situação. Entretanto, se o coletivo não tivesse avançado ou se tivesse condições precárias de organização, a educação poderia ficar em segundo plano. No ano de 2006 a prefeita municipal tentou fechar a escola do assentamento. Os assentados dispensaram um grande esforço e reivindicação para mantê-la funcionando, inclusive as crianças foram ocupar a prefeitura para fazer pressão e reivindicar a continuidade das atividades da escola. Segundo uma assentada, seria uma grande perda o fechamento da escola porque prejudicaria a continuidade da ideologia e do trabalho no assentamento se as crianças estudassem em escolas tradicionais desde o começo do ensino fundamental.

Para os assentados no sistema coletivo se trabalha menos do que no sistema familiar porque não tem serviços como cortar lenha, tratar os animais entre outros, pois isso é dividido entre os setores de serviço e quem desenvolve estes trabalhos faz só isso. Esta opinião foi constatada também na pesquisa de Lazzaretti (2003) onde os assentados dizem que o excesso de trabalho tem diminuído com o sistema coletivo. “Nos finais de semana (sábado e domingo), todos permanecem em suas casas cuidando de seus afazeres tradicionais, ao contrário das outras famílias, que por não terem uma planificação, disponibilidade de mão-de-obra e uma organização, têm de trabalhar os sete dias da semana” (LAZZARETTI, 2003, p.127). Enquanto que na agricultura familiar além do trabalho na roça tem todos os serviços domésticos. Os assentados se vêem em uma situação financeira superior a muitos pequenos agricultores e ainda possuem garantias oferecidas pela cooperativa, como acesso à saúde e a diversidade na alimentação.

As desvantagens deste mesmo sistema organizacional são que as “coisas” não acontecem quando o indivíduo quer. Por exemplo, um assentado deseja fazer uma calçada para sua casa, como é responsabilidade do coletivo, é planejado e a prioridade individual pode não ser a prioridade do coletivo, e isto ficar para um

segundo momento. E outra desvantagem é que há pessoas que não se esforçam como poderiam, não se dedicam e usufruem do todo.

Eu acho beleza (o coletivo), uma coisa que pra começa nós não tinha resistido aqui, nós tinha ido embora todo mundo (trabalhar individualmente). Nós não tinha conseguido sobrevive aqui porque a terra tem muito ácido, então o coletivo foi uma forma de garantir nós aqui na terra. O coletivo é um trabalho difícil, se você me pergunta se é bom, se é ruim eu vo te dize que você tem que cede toda hora, todo dia você tem que ta cedendo, abrindo mão dos teus costumes, dos teus vícios e é só assim que funciona. Agora, se você vai ver as vantagens do coletivo isso supera de 200 a zero dá pra dize. Se nós fosse trabalha no individual quando que nós ia ter um frigorífico, quando nós ia ter um secador, nós ia ter um caminhão, nós ia ter toda essa estrutura que nós temo aqui, isso jamais (Entrevista 16/Pesquisa de Campo).

Pela pesquisa de campo e por esses trechos das entrevistas, percebemos que eles se vêem em uma situação superior ao dos pequenos agricultores, seja por questões financeiras, seja por possuírem garantias que a cooperativa oferece como diversidade da alimentação produzida no assentamento, acesso à educação e saúde. Quanto à saúde, o assentado tem seu acesso garantido pela cooperativa, ela cobre todas as despesas, se o assentado não tiver condições, e depois ele paga como pode para a mesma. Para atendimentos simples, existe um pequeno posto de saúde, sob a responsabilidade de uma assentada, a mesma fez cursos promovidos pelo movimento para ter esta responsabilidade. Grande parte dos medicamentos a disposição no posto são naturais, feitos com ervas do próprio assentamento.

Entretanto, em certos momentos chega a transparecer, por parte dos assentados, preconceito ou desprezo em relação aos pequenos produtores da região.

Não... tanto economicamente como socialmente eles (os agricultores familiares da região ou de assentamentos individuais) estão mais **atrasados** que nós, não dá pra dize que não deu certo, deu certo, mas ele torna mais difícil a convivência (Entrevista 15/ Pesquisa de Campo).

E também o assentamento, seja quais forem suas condições, mas principalmente o coletivo, representa uma grande melhora na situação financeira e no conforto material dos assentados. Isto porque, na maioria das vezes, quando estas famílias são assentadas, estão descapitalizadas, não possuindo quase nada, e então o

coletivo se mostra como uma forma de enfrentar esta e outras dificuldades. Reunir o pouco que cada um tem, nem que seja apenas a força de trabalho e a boa vontade, é um começo para iniciar uma nova fase na vida do assentamento. E ainda os assentados têm direito à financiamentos, que individualmente não é muito, mas reunindo todos é um impulso para começar a produção. Veja a resposta de uma assentada quando indagada sobre o que mudou em sua vida depois do assentamento:

Não dá nem pra compara, mudou que nem da noite pro dia, mudou muito minha vida, coisa que eu nunca sonhei em ter na minha vida, as coisas pra dentro de casa, uma casa boa pra mora, nunca tive luz dentro de casa, água encanada... Mudou muito a minha vida, desde meus filhos, quem sofreu foi só o mais velho que sofreu, que passou fome, frio, mas os outros não sabem o que é uma necessidade de comida, as vezes tem 5 ou 6 tipos de comida e ainda acham que não tá bom. Quando tinha só feijão sem sal a gente ainda agradecia de ter aquele feijão, as vezes repartia uma colher de sal em dois ou três pra pelo menos dá um pouquinho do gosto do sal (Entrevista 21/ Pesquisa de Campo).

A cooperativa e o trabalho coletivo são formas que aproximam ainda mais os assentados do MST, já que o mesmo deixa claro sua preferência pela organização do assentamento dessa forma. Em uma de suas “cartilhas” expõem as razões políticas, sociais e econômicas para adotar este modelo. As razões econômicas se caracterizam pelo aumento do capital, obtenção de crédito, aumento da produtividade, racionalização da produção de acordo com os recursos naturais e desenvolvimento da agroindústria. As razões sociais para a cooperativa são de que além da aproximação das moradias, facilita o acesso à infra-estrutura básica, como estradas, água e energia elétrica e ainda a cooperação agrícola facilita a educação das crianças e dos adultos, agilizando as conquistas e a construção desse importante equipamento social. As razões políticas para o trabalho em cooperativa é que o assentado é levado a participar de lutas específicas, vinculadas às suas necessidades imediatas e das lutas gerais como um todo. Nesse sistema os assentados vão se ver como força que, junto com outras categorias, podem contribuir para a construção de uma nova sociedade (MORISSAWA, 2001, p.231-232).

Desde o início do MST há a presença de cooperação entre os assentados e acampados. A formação de cooperativas adquiriu caráter decisivo para as estratégias

do movimento a partir de 1989, com a criação de um sistema cooperativista a nível nacional, conhecido como Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), que tem como objetivo integrar as diversas formas de cooperação em assentamentos. Para o MST a coletivização da terra e do trabalho resultaria em melhor aproveitamento da mão-de-obra, através da divisão do trabalho e da especialização e, em decorrência, em maior eficiência econômica. E mais, o MST entende o cooperativismo como um dos caminhos para a emancipação humana (KLEBA, 1994).

É importante ressaltar que a cooperativa não é o único modelo de cooperação desenvolvido nos assentamentos do MST. As outras formas mais encontradas segundo SOUZA (2001), baseando em cartilhas do próprio MST, são:

- a) troca de dias entre assentados – principalmente nos momentos de muito trabalho na lavoura como colheita, plantio, destoca, atividades estas que exigem rapidez e agilidade na sua realização.
- b) mutirão ou puxirão – reúne diversos vizinhos para trabalhos coletivos como: capina, plantio, colheita, etc.
- c) associação para aquisição de vacas leiteiras – as vacas são apenas compradas coletivamente, sua criação e comercialização do leite são de forma individual.
- d) condomínios – todo o processo, desde a aquisição dos implementos até a comercialização do produto, é realizado de forma coletiva. Normalmente existe uma área coletiva para o plantio do pasto, formação dos piquetes, construção de armazéns e estrebaria ou pocilga.
- e) associação de máquinas e implementos agrícolas – aquisição de maquinário e uso coletivo dos mesmos.
- f) associação ou grupos coletivos – mantém-se os lotes individuais, mas uma parte é usada para lavouras coletivas (SOUZA, 2001, p. 61-62).

Um motivo para o MST apoiar a criação e manutenção das cooperativas dentro dos assentamentos é a questão dos “liberados”. Quando se tem essa forma de organização da produção é mais “fácil” manter um assentado a disposição do movimento, já que ele continua recebendo, pela cooperativa, como se estivesse trabalhando no assentamento. E quando a produção é em sistema familiar se torna mais difícil, porque não tem como pagá-lo. O assentamento Conquista da Fronteira tem dois liberados para o MST, dois para a CREHNOR e um para a Cooperativa Regional de Comercialização do Extremo Oeste Ltda. – Cooperoeste. Os assentados liberados, que estão no assentamento e recebem salário, o repassam integralmente para a cooperativa, recebendo igual aos outros assentados que trabalham dentro do assentamento. No caso de trabalharem em lugares públicos, no meio urbano eles recebem um salário mínimo a mais para comprar roupas, calçados e outras despesas. É o caso de vereador, do presidente da Crehnor e o vice-presidente da Cooperoeste, enquanto que a professora repassa integralmente seu salário à cooperativa.

Assim podemos entender que o cooperativismo pode ser entendido como uma forma de organização e produção alternativa que possibilite a sobrevivência dos pequenos produtores dentro do sistema capitalista, do qual muitas vezes são excluídos de participar ativamente. O cooperativismo é uma

...forma autônoma de organização social, concebido como uma associação de pessoas que se organizam para a satisfação das necessidades de cada um à medida que os objetivos e as necessidades de todos são alcançados, é apresentado como via alternativa, eficiente e democrática, de uma construção social graças a qual o indivíduo e o comunitário se fundem no horizonte da equidade e da justiça social (SCHALLENBERGER, 2003, p.10).

É uma maneira de trabalhar em conjunto, unindo o capital de todos, mas preservando a propriedade. E também através do cooperativismo que os agricultores menos capitalizados, juntando o que possuem, conseguem obter um patrimônio maior que o individual e o lucro posterior tende a ser mais representativo. Esse é um dos motivos pelos quais os assentados do Conquista da Fronteira não se importam de não ter a escritura individual da terra, ou então autorgam à cooperativa o direito

de usufruir dela, pois assim continuam a ter a terra para o trabalho e eles acreditam que ela rende mais do que se estivesse sendo explorada familiarmente. E ainda a estrutura de produção que se formou permite que se um setor não esteja dando lucro ou que em um período não seja lucrativo, há vários outros que possibilitam a sustentação das famílias. Um exemplo é as secas que assolam a região do oeste catarinense fazendo com que muitos produtores tenham prejuízo com a safra de grãos. No assentamento eles possuem outras fontes de renda nestes períodos como as vacas leiteiras e os frangos.

A cooperativa expressa “a mobilização da sociedade em torno da organização de associações que representaram a defesa, a promoção, ou mesmo a superação, dos interesses e das aspirações de grupos e/ou de classes” (SCHALLENBERGER, 2003, p.11). Através da cooperativa, os assentados precisam ver o interesse e as aspirações coletivas antes das individuais, nas relações, o coletivo é superior ao individual. Mas isso não é um processo fácil, precisa de tempo para adaptação. Entretanto, mesmo com o interesse coletivo acima do interesse individual, os integrantes também buscam a satisfação de suas ambições particulares neste processo. Ele pode ser conceituado

como doutrina econômica que sustenta a associação livre e autônoma das pessoas, que se organizam em volta de um interesse comum, para promover solidariamente a realização de suas aspirações e a satisfação das necessidades de cada um, à medida que os objetivos e as necessidades de todos vão sendo alcançados. É um sistema de organização socioeconômica fundamentada nos princípios de adesão livre e voluntária, da gestão democrática e solidária, da participação responsável, da limitação de quotas-partes do capital de cada associado, da distribuição eqüitativa dos resultados, da honestidade e da confiabilidade, da transparência e da ajuda mútua (SCHALLENBERGER, 2003, p.11).

É importante ressaltar que a competição e cooperação não se excluem neste modo de produção, já que as cooperativas se inserem no mercado com o intuito de obter lucro na forma de empresa. Os integrantes delas não necessariamente são indivíduos solidários ou cristãos, mas vêm na cooperação uma forma de se manterem “vivos” no capitalismo. É uma maneira de se inserir no mercado competitivo sendo

mais fortes, com produção em maior escala e melhor estruturados do que se fosse de forma individual.

As cooperativas são equiparadas como empresas solidárias onde se nega a separação entre o trabalho e a posse dos meios de produção, considerando que o trabalho e o capital estão fundidos, já que o trabalhador é o proprietário que trabalha na atividade, não necessitando comprar força de trabalho. Então, a posse do trabalhador dos meios de produção, o não assalariamento, a tomada democrática de decisões sobre o andamento do empreendimento e o destino dos resultados são algumas das características da cooperativa ou da empresa solidária.

Uma das características importantes a ser atribuída ou então que o cooperativismo se propõe é a capacidade de “mudar comportamentos, atuar com outra racionalidade, e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras” (MAIA, 2003, p.23). Essa mudança pode ser percebida entre os assentados integrantes do assentamento Conquista da Fronteira, os mesmos se preocupam em ter relações sociais harmoniosas, de se tratar bem entre vizinhos, preservar a cooperativa e em ter um bom relacionamento com os outros assentados. E ainda quando chega uma nova família para morar no assentamento há a disponibilidade dos assentados em ajudar a oferecer uma estrutura básica para o novo morador do assentamento, como casa que o assentamento já disponibiliza e quem tem móveis que não está usando doa para os novos moradores, podemos falar de uma relação de solidariedade e também de identidade, o assentado se reconhece naquele que chega, ele também já passou pelo acampamento e chegou à terra sem ter quase nada para começar esta fase da vida.

A seguir temos o depoimento da professora do assentamento e da sua impressão ao chegar ao assentamento:

Chegando aqui, porque você tem uma visão totalmente distorcida né, o que que é os assentados, o que que é a reforma agrária. Então chegando aqui você já esse primeiro contato o povo te recebe bem, é um jeito diferente que em outra comunidade. Por eles, pra nós na verdade ter passado por esse processo passa a entender mais o ser humano,

entra em contato com as pessoas. Esse recebe bem é uma prática do movimento. Então nesse primeiro contato eu pensei é esse o lugar que eu quero fica, é a reforma agrária que eu quero conhece, quero ajuda essa prática diferente (Entrevista 18/ Pesquisa de Campo).

Temos que ter cautela ao analisar este depoimento, pois se trata de alguém que veio para o assentamento e casou com um assentado, ou seja, hoje ela também é uma assentada, mas mostra um pouco dessa receptividade que o assentamento quer repassar para a sociedade.

Formalmente “a cooperação pressupõem uma coordenação de interesses e objetivos comuns ou convergentes de pessoas que são protagonistas da ação em relações associativas, preservando a independência e autonomia de cada indivíduo” (MAIA, 2003, p.36), mas na cooperativa do assentamento isso acontece de maneira diferente, já que os braços dela entram em praticamente todos os ramos da vida do assentado. A maioria das ações do indivíduo está relacionada ou é organizada pela cooperativa, desde o horário que começa a trabalhar, qual a tarefa a desempenhar durante o dia, dinheiro para ir ao médico, quando será realizada a reforma da sua casa, entre outros pontos. Em meio a tudo isso, podemos nos perguntar como fica a vida privada dessas famílias, a relação entre os membros do núcleo familiar. Ao levarmos esse questionamento para os assentados, eles dizem não sentem esta invasão por parte da vida em cooperativa.

Hoje a gente não tem a cozinha comunitária que no início era um dos nossos sonhos, era uma reivindicação ter cozinha comunitária e aí com o passar do tempo a gente percebeu que isso ia tira a privacidade, tu ia convive direto fora da tua casa, café, almoço, janta, festas, discussões e o próprio trabalho tu não teria mais esse contato com a família então a gente decidiu e até hoje não tem essa cozinha comunitária. Mas acho que (não falta) privacidade, vai de tu acostuma. Eu, pelo menos, acho que não (Entrevista 18/Pesquisa de Campo).

Conforme o depoimento, a assentada diz não sentir falta de privacidade, mas tomam certas medidas cautelares, por isso não construíram a cozinha comunitária. Segundo outro assentado cada momento tem seu espaço e por isso é respeitado a privacidade das famílias “*não acredito (na falta de privacidade), vamo dize tem seu momento de trabalho, de lazer, tem seu momento de fica com a família*”.

Um dos pilares para a cooperativa se sustentar dentro do assentamento é conseguir traduzir os seus valores em ações e atitudes. Há a necessidade de pessoas conscientes do seu interesse e da forma organizativa para atingi-lo. Ou seja, ter a compreensão do que é cooperativa no marco jurídico/conceitual e doutrinário, e exercer seu potencial. Muitas cooperativas alcançam objetivos econômicos, mas não se diferenciam das empresas convencionais por não conseguir transpor para a prática a doutrina do cooperativismo. Entretanto, a Cooperunião não tem esse problema já que seus associados são conscientes de que a cooperativa é muito mais que uma forma de inserção no mercado, mas uma maneira diferente de ver o mundo e de se relacionar com as pessoas. E o MST tem uma grande contribuição nisso, através de cursos, de conversas, do acampamento em que a maioria passou antes de vir para o assentamento, a participação dos assentados nas escolas do movimento entre outras ações.

O cooperativismo pressupõe promover o ser humano completo, ativo, participante, consciente e capaz do exercício dos direitos e deveres, seus princípios vão ao encontro das aspirações humanas. Na prática, as cooperativas apontam para a remuneração eqüitativa dos trabalhadores, donos dos meios de produção e para a participação democrática na tomada de decisões sobre a cooperativa, propiciando novas formas de relacionamento de trabalho e remuneração mais eqüitativos (MAIA, 2003). O desenvolvimento das relações em cooperativa requer um aprendizado, que vai se complexificando e novas questões são incorporadas à pauta de debate, de reivindicação, de trabalho e criação de regras para ordenar o assentamento.

Outra é a cultura que a gente tem, um costume diferente, na verdade a gente busca ter regra, ter normas pra tudo, pra toda a vida coletiva, é pra religião, é pra partido, casamento, aniversário tudo isso tudo tem que ter norma, regra e em 17 anos de assentamento a gente pensava: bom primeiro ano tem regra pra isso, pra aquilo, bom no outro ano pode facilita, em vez não, quanto mais evolui mais regra tem que ter, mais assim... mais discussão, então assim problema sempre tem mas a gente tenta resolve no coletivo (Entrevista 18/Pesquisa de Campo).

Segundo os assentados com o tempo de trabalho em cooperativa ocorre uma adequação da sua forma de pensar e de ver as relações sociais, o processo

produtivo que os adequa a esta nova forma que se está inserido. Os assentados admitem que trabalhar e viver em cooperativa é um processo longo e difícil, não negam que tiveram dificuldades para se ajustar ao sistema coletivo, até porque a maioria trabalhava na agricultura familiar e não tinham experiências com este tipo de produção. A seguir um depoimento sobre o começo do trabalho coletivo.

Chegando aqui em vez de pensa só pra tua família tu tem que pensa pra 60 famílias enfim, então não é fácil assim de tu se acostuma, tanto é que muitas famílias saíram daqui, foram em busca do sonho individual (Entrevista 17/Pesquisa de Campo).

Eles ressaltam que seus filhos, por crescerem neste sistema, encontrarão menos dificuldades. Entretanto, isto não é consenso entre os assentados, uma assentada disse que vê mais problemas com a chegada dos jovens que estão estudando fora e quando começarem a trabalhar na cooperativa vão receber o mesmo que quem não estudou. A questão do esforço pessoal é um problema a ser pensado, já que alguns estão estudando mais que os outros, como ressaltou esta assentada que possui ensino superior.

Mas no caso uma professora, um vereador tem que busca mais formação, mais sacrifício, eu acho que assim minha renda com a de uma pessoa que não se forma, então nós temo dificuldade de tá discutindo essa questão porque nós não queremos ter essa desigualdade, a gente nunca pensa mas o esforço pessoal de cada um, tem essa dificuldade, quem se formo, quem se sacrifico um pouco mais então o valor das horas de trabalho é igual pra todo mundo, qué dize, nós estamos contente mas o maior problema é com os adolescentes, com os jovens que buscam a formação é mais difícil deles entenderem até porque ele é mais aventureiro, jovem é assim mais aventureiro, se não dá certo aqui vo lá enfim, essa dificuldade a gente já começo a encontrar e com certeza a gente vai ter mais dificuldade nesse sentido (Entrevista 17/Pesquisa de Campo).

A produção em cooperativa tem como um de seus princípios que ela desenvolva-se de forma coletiva, sem que parcelas sejam produzidas individualmente ou familiarmente, o que seria o semicoletivo.³³ Este sistema de produção é considerado por muitos e pelos assentados como um meio de arruinar o coletivismo

³³ No sistema semi coletivo geralmente é comprado os equipamentos em conjunto e a terra é trabalhada de forma individual ou então há uma área de terra em que as famílias trabalham de forma coletiva e o restante cada qual trabalha somente com sua família.

e chegar ao individualismo, que é considerado por estes como um vício, tendo que todo vício deve ser evitado ou mesmo um retrocesso, já que se consideram estar numa fase mais evoluída.

Para mim, o sistema coletivo é o melhor que tem, acho o sistema de mutirão interessante, mas ainda o coletivo é o melhor. No sistema semicoletivo a tendência é individualizar logo (Entrevista 19/Pesquisa de Campo).

No período do trabalho de campo, em dezembro de 2005, havia uma questão que estava em debate no assentamento. Era a decisão sobre o fim das vacas de leite individual. Elas eram as únicas formas de produção individual ainda mantida no assentamento, a nova proposta era de que cada família permanecesse com apenas uma vaca para produzir leite e derivados para a alimentação da família e também continuar com o processo de tirar leite que é “uma maneira de preservar a cultura camponesa da qual eles fazem parte”, segundo uma assentada, manter esta característica que identifica o seu *habitus* de grupo. A questão das vacas de leite chamou-nos atenção e gerou muita discussão entre os assentados, pois ela mexe na propriedade individual, na diferenciação que gerava entre as famílias. Na reunião de núcleo³⁴ uma assentada mostrou preocupação na sustentação financeira da família, argumentando que o leite era uma maneira de ter renda mensal, e esta renda diminuiria bastante com a suspensão da venda de leite, mesmo que a proposta dizia que a cooperativa iria aumentar o repasse mensal às famílias. O marido dela ainda alegou que este era um momento difícil para tomar essa decisão já que todos estavam construindo casas novas e as economias tinham sido aplicadas nisso. Segundo informações de outros assentados este casal conseguia uma renda significativa comparada com os outros na venda de leite e por isso o descontentamento, e ainda seus filhos eram pequenos e não recebiam remuneração da cooperativa. Isso mostra que nem todos os rumos tomados pela cooperativa

³⁴ O assentamento é formado por seis núcleos formados pelas famílias assentadas, e é onde as decisões são tomadas antes da assembléia geral.

agradam a unanimidade, mas a baliza para tomar a decisão é a maioria e, quando esta aprova, os demais tem que se adequar às novas regras. E outra questão também que esta situação suscita é a de que as famílias que possuem apenas filhos menores de 12 anos podem se sentir prejudicados, por receberem menos que outras famílias em que os filhos trabalham.

Esta situação vivida na reunião de núcleo mostra também que existe em alguns assentados a vontade de se diferenciar materialmente dos demais, por mais que trabalhem na cooperativa, que a apóiam, ainda existe a vontade de diferenciação.³⁵

Entretanto, a maioria dos assentados consente com as tomadas de decisão da cooperativa sem contestação. Para estes ela é como um ente superior, por mais que façam parte, há uma total entrega e respeito por tudo que a rodeia. Um deles disse que as vacas tinham sido até agora um “mal necessário”, já que ajudou as famílias a se manterem e até a se capitalizar, mas agora as vacas estavam sendo um empecilho para a produção coletiva e aumentava as dificuldades da cooperativa já que, é esta que planta o pasto, cuida das vacas, banha e trata. Outro assentado ressaltou que as vacas são um compromisso a mais para as famílias, sem elas as pessoas poderiam trabalhar mais na cooperativa e quando precisam ou querem participar de algum movimento ou manifestação seria mais fácil, conseqüentemente estariam colaborando mais com o movimento, já que segundo este, o assentamento estaria contribuindo pouco com o MST e era necessário aumentar o apoio.

Isso mostra também o compromisso que os assentados têm com o movimento, se sentem responsáveis em “colaborar com quem tanto os ajudou”. Neste ponto observa-se uma diferença entre os assentados do Conquista da Fronteira e os do Rosário, os primeiros se vêem como parte do movimento, são muito mais ligados

³⁵ Em conversa com uma jovem assentada, que estava concluindo o ensino médio, ela falou das dificuldades de viver em cooperativa, em ser do MST e ter que freqüentar o colégio e se deparar com uma realidade bastante diferente daquela que ela vive.

do que os segundos, do Rosário, que vêem o MST como uma entidade exterior a eles, não se vêem como parte do mesmo.

Por terem um sistema organizacional diferente do que a sociedade em geral está acostumada, a maioria das pessoas que visitam o assentamento fica extremamente impressionada com tudo que vêem. Em virtude disso no primeiro dia que chegamos ao assentamento havia uma visita de agricultores familiares de alguns municípios da região, grande parte deles assentados. No começo da palestra de apresentação, o assentado que a ministrava disse que “muitas pessoas que vêm conhecer o assentamento nos pedem se somos socialistas, mas isso não importa”. Porém, transparecia o desejo de serem vistos como socialistas, este imaginário que rodeia a questão de ser socialista, de ser diferente, mas entendemos que a cooperativa é um meio de sobreviver e se adaptar ao capitalismo, ela não faz frente ao capitalismo e nem é um meio de chegar ao socialismo, entretanto autores clássicos³⁶ mostravam opiniões divergentes sobre as cooperativas. Nos teóricos do socialismo as considerações sobre cooperativismo são distintas. Alguns as vêem como um conjunto mais ou menos denso de ilhas no mundo capitalista, incapazes de contrariar a

³⁶ Marx expressa certo otimismo na “Mensagem Inaugural ao Primeiro Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores” em 1864, ao tratar a restrição legal de 10 horas de trabalho como a vitória de um princípio, e ainda maior quando se refere ao movimento cooperativo, especialmente às cooperativas de manufatura. Ele afirma o valor das cooperativas enquanto organização criadas autonomamente, sem proteção do governo. Rosa Luxemburgo tem uma posição mais crítica em relação às cooperativas, considera que elas são instituições de natureza híbrida no centro da economia capitalista e não podem meio para a realização do socialismo, pois constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Para ela a contradição dos trabalhadores em relação a si próprios, no papel de empresários capitalistas, é a causa do fracasso das cooperativas, a qualificação superficial e banal de disciplina não é mais do que o regime absoluto que é inerente ao capital e que os operários não podem obviamente empregar contra si próprios. Lênin considera que a cooperativa é encarada com desprezo por aqueles que não compreendem sua importância, os que a criticam não percebem sua potencial importância na transição mais facilitada para um novo estado das coisas. O autor considera também que o Estado deve estimulá-las, mais do que as empresas privadas. Para este autor, num estado capitalista, as cooperativas são instituições capitalistas coletivas. Para os socialistas, de uma maneira geral, a cooperativa tem um papel importante na preparação das pessoas para o trabalho em comunidade com o poder de decisão.

dinâmica global do sistema, embora funcionando como barreiras defensivas de alguns setores.

Os debates concordam acerca da remota possibilidade do cooperativismo substituir o capitalismo e das virtudes da cooperação na construção do socialismo. Portanto, a relação de concorrência com o socialismo como alternativa ao capitalismo, e a relação de complementaridade como meio de promover a socialização de certos setores da produção estariam descartados.

Pensar sobre cooperativas em geral despertam muitas indagações, pois elas se propõem a um trabalho com uma lógica de cooperação, entretanto estão inseridas em uma economia capitalista. Podemos entender que as cooperativas, como a Cooperunião, estão inseridas no sistema capitalista, mas preservam características que as diferenciam das empresas privadas. E entendê-las como uma instituição de natureza híbrida ajuda a compreender a complexidade em que elas estão inseridas e como conseguem sobreviver no sistema capitalista.

A organização produtiva na forma cooperativa e na de agricultura familiar se “encontram” em alguns pontos: A lógica de produção e econômica de ambas é diferente da lógica capitalista. Os proprietários do meio de produção que são a fonte de trabalho que “acionam o capital envolvido no processo produtivo”. Tanto na cooperativa como na agricultura familiar a produção não se organiza sobre a base de extração e apropriação do trabalho alheio, da mais-valia.

Um ponto que chama atenção é que o assentamento em que a produção é organizada com base familiar “o meu se sobrepõem ao nosso”, enquanto que o assentamento de produção coletiva o nosso se sobrepõe ao meu (a minha terra, a nossa terra).

3.4 OS JOVENS NO ASSENTAMENTO

Os jovens do assentamento Rosário e Conquista da Fronteira apresentam uma característica particular: eles formam uma geração que nasceu e cresceu como

assentados. Os jovens do assentamento Conquista da Fronteira vivem uma experiência singular, a de terem nascido e se socializado em um assentamento coletivo.

Comparando os jovens dos dois assentamentos podemos indicar que existem diferenças acentuadas entre si, quanto as suas visões, o grau de internalização das idéias do MST e até de oportunidades de estudo e trabalho.

O município de Romelândia é conhecido regionalmente pelo grande êxodo rural de jovens e os filhos dos assentados não fogem a essa realidade. Eles permanecem no assentamento, no máximo, até terminar o ensino médio e completar a maioridade. Como visto, o assentamento possui somente um jovem maior de 18 anos e solteiro. Muito deles foram para o meio urbano, principalmente São Paulo, para trabalhar como assalariados. Uma assentada possui sete filhos, desses, seis estão em São Paulo e em casa só está a caçula, de doze anos, mas que já tem interesse de ir junto com os outros irmãos:

...que nem a piazada que tá lá pra São Paulo, eles não precisavam ta lá. Naquela época ali, todos eles ajudaram a sofrer aqui né. Só que daí nós não tinha condições de tratar ele assim né dá roupa, calçado, essas coisas que é o mais que ele queria né. Estudo nós dava sempre, só que isso eles achavam esquerdo né porque nem nós aqui, agora não é tanto, mas de primeiro se tu não tinha uma roupa boa pra sair, tu não podia sair em lugar nenhum, desde a aula eles eram criticado, porque só tinham roupa velha, não sei o que, então eles pensaram em sair e um foi levando o outro pra lá, e daí bem no fim ficou só nós e só tem a guria em casa (Entrevista 11/Pesquisa de Campo)

Nesta última visita ao Rosário, em junho de 2007, uma assentada que possui seis filhos, dois que são maiores de idade já estão trabalhando em cidades vizinhas e a outra filha que está terminando o ensino médio deixa claro que também vai embora para trabalhar no meio urbano. Os jovens deste assentamento ficam sem condições de continuarem trabalhando ou morando junto com os pais e migram para as cidades maiores. Ou então, em outros casos, repetem a história dos pais e vão para as ocupações do movimento, porque estes não têm condições de comprar outra área para os filhos. Em entrevista um assentado do Rosário diz que “a gente é pobre não pode dá colchão pra eles, daí eles foram (para as ocupações)”. Percebemos nesta fala que ele não tinha condições de comprar terra para os filhos

trabalharem então encontraram como solução para esse problema a ocupação para uma posterior conquista de um lugar, agora para os filhos.

Outro ponto que contribui para a saída dos jovens é a sedução pela vida moderna, a não existência de dicotomia ou descontinuidade entre rural e urbano em alguns sentidos. Porque o vivente do meio rural dialoga cada vez mais com o meio urbano e desenvolve a vontade de ir para a cidade. O meio urbano se torna mais próximo do rural, as idas e vindas entre um perímetro e outro são muito freqüentes, o que acaba por torná-lo um tanto familiar. Sem contar que os meios de comunicação têm um grande peso neste processo, mostrando os atrativos urbanos. O meio rural por sua vez, não oferece grandes encantos para os jovens, não possui diversidade de lazer, não vislumbra perspectivas de ascensão social e financeira e também não esqueçamos que o trabalho no meio rural geralmente é braçal, exigindo grande dispêndio de esforço físico. Já o meio urbano oferece um leque de oportunidades, tanto de formas de lazer como de trabalho.

Neste quadro surge outro agravante, para os jovens do Rosário, que é a pobreza e os preconceitos que eles enfrentaram na escola. Pode se pensar que a escola é um dos únicos meios de socialização extra assentamento que eles participavam, já que a igreja e o salão (onde havia algum tipo de entretenimento) são dentro do assentamento.

Os jovens do Conquista da Fronteira compartilham de uma realidade bastante diferente desta exposta e vivida pelos do Rosário. A maioria dos filhos de assentados em Dionísio Cerqueira concluiu ou concluem o ensino médio. E um grande número deles fez ou está fazendo curso técnico em colégios agrícolas ou em escolas do movimento. Não sofrem de preconceito, pelo menos não tão explícito como os de Rosário. Já que o assentamento é respeitado pelo seu entorno. Mas isso não significa que eles não enfrentem dificuldades em se relacionar com outros jovens, principalmente para quem estuda em colégios tradicionais em Dionísio Cerqueira. Ou mesmo quando participam de cursos ou reuniões em lugares públicos. Um jovem que é técnico agrícola nos relatou o caso em que ele participou de um

curso sobre melhoramento genético em animais promovido pela Embrapa. Havia pessoas de vários municípios e níveis sociais que ao olharem para ele, com a camiseta do movimento, não lhe dispensavam nem confiança nem atenção. Só depois com o desenvolvimento de trabalhos em grupos que começaram a ouvi-lo e conversar com ele, pois mostrou que tinha conhecimento a respeito do assunto em questão.

Talvez uma das maiores dificuldades dos jovens seja conciliar o que vive no assentamento e o “mundo lá fora”. Viver em cooperativa e estudar em colégio estadual às vezes provocam um choque entre duas realidades diferentes. Dentro do assentamento são educados para o cooperativismo, para o “nosso”, a solidariedade e quando estão no colégio entram em contato com uma sociedade do “meu”, capitalista e individualista.

Os jovens de Dionísio Cerqueira são incentivados a estudar e voltar para trabalhar no assentamento ou pelo menos em algum outro assentamento do movimento. Há o exemplo de um jovem que fez curso de técnico agrícola e quando se formou recebeu proposta de trabalho que lhe daria um retorno financeiro significativo, muito superior ao que recebe no assentamento, mas fez questão de trabalhar no assentamento e para o assentamento. Há outros jovens fazendo curso de técnico em alimentos para trabalhar no frigorífico do assentamento, ou então o Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) na cidade de Veranópolis no Rio Grande do Sul, entre outros exemplos, ou seja, saem do assentamento, estudam, se preparam e voltam para trabalhar nele. É interessante observar esta atitude dos jovens do assentamento Conquista da Fronteira porque contradiz uma tendência observada em todo campo, que é a da saída dos jovens para o meio urbano, principalmente os mais escolarizados.

Assim, observamos que os jovens do Conquista da Fronteira não demonstram interesse em sair do assentamento, muitos deles saem para estudar, mas retornam ao assentamento para aplicar o que aprenderam. Há casos de mulheres que casaram e saíram, entretanto continuam a trabalhar para o MST ou em outro assentamento.

Outra característica marcante que distingue os jovens dos dois assentamentos é o grau de internalização das idéias e objetivos do MST. Por um lado, os jovens do assentamento Rosário, como seus pais, não tem uma ligação forte com o movimento, não demonstram interesse em participar dos eventos, encontros e manifestações promovidos por este³⁷. Por outro lado, os jovens do Conquista da Fronteira são envolvidos e engajados com as causas do movimento, participam dos encontros do mesmo, partilham dos mesmos ideais.³⁸

Um dos motivos para estas diferenças pode ser atribuído ao tipo de educação que tiveram estes jovens. Enquanto que os do Rosário estudam em escolas tradicionais, com outros jovens das comunidades vizinhas, e não há registro de casos de jovens que foram estudar em escolas do movimento. Os jovens do Conquista da Fronteira da pré-escola até a quarta série estudam na escola do assentamento com uma educação voltada para eles e que preservam os ensinamentos do MST, sendo que a professora é formada em pedagogia por uma escola do movimento. Ela diz o seguinte sobre a sua relação com o movimento e a sua formação:

Então o meu primeiro contato foi aqui, com o movimento aqui no estado, depois eu comecei a estudar, daí fiz o magistério em Braga no Rio Grande do Sul, depois pedagogia em Ijuí que foi a primeira turma de educadores da reforma agrária e foi assim. Então hoje eu tenho minha profissão e eu jamais penso em trocar esse meu trabalho pra ir de repente trabalhar numa escola tradicional, nunca pensei (Entrevista 18/Pesquisa de Campo).

Quando ela diz não ter interesse em trabalhar em uma escola tradicional está implícito o fato de possuírem uma educação diferenciada das outras escolas do município. Segundo ela, este era um interesse dos assentados desde o acampamento.

³⁷ Teve um caso de um jovem do Rosário que estava indo para um encontro estadual do MST em Florianópolis, ao conversar com ele sobre o mesmo ele não sabia o nome, nem o objetivo do encontro. Estava indo para o mesmo mais por lazer do que por motivos político-ideológicos.

³⁸ Durante o nosso trabalho de campo houve o encontro do MST no estado de Santa Catarina, alguns jovens do Conquista da Fronteira foram participar. Havia várias pessoas envolvidas na organização da ida deles, mulheres ajudando a organizar comida, utensílios domésticos e os jovens demonstravam estar empolgados com o encontro e inteirados dos assuntos e objetivos dos encontros.

Na verdade quando o pessoal chegou aqui umas das primeiras reivindicações foi a escola, né. Daí conseguiram a escola através do Incra, a construção da escola e aí como se tinha todo um sonho de uma proposta de educação diferente na verdade, que trabalhasse mais a realidade das crianças, que na verdade a educação já começou a ser pensada no acampamento né. As pessoas que vieram pra cá com o sonho de uma educação diferente, uma escola voltada a realidade enfim, e para se trabalhar com essa escola diferente precisava de educadores que simpatizasse com a proposta, com o movimento (Entrevista 18/Pesquisa de Campo).

E pode-se dizer que eles conseguiram alcançar este objetivo e preservá-lo até hoje, já que as crianças que freqüentam a escola do movimento têm contato com uma educação voltada para as questões que envolvem o trabalho na terra e a luta por ela.

No Conquista da Fronteira há um grupo de jovens³⁹ que agrupa todos os assentados maiores de 15 anos solteiros. Esse grupo tem reuniões periódicas e jantas. Um sábado por mês, durante o dia, desenvolvem trabalho voluntário dentro do assentamento, seja de ornamentação, limpeza ou alguma outra tarefa que o assentamento está precisando e a noite é feita uma janta com dança e jogos, nestas jantas não há o consumo de bebidas alcoólicas. Quando os jovens querem ir a bailes ou jogos fora do assentamento, a cooperativa paga ônibus para levá-los.

Segundo um jovem, eles estão participando de um campeonato municipal de futebol de campo. Ele diz sentir preconceito no campeonato e os jogos são “14 contra 11”, ou seja, o árbitro e os bandeirinhas geralmente “puxam” para o time adversário.

Quanto aos namoros é difícil ocorrer com pessoas de fora do assentamento, geralmente acabam por namorar entre os jovens do próprio assentamento. Inclusive em nossa visita, em junho de 2007, havia oito casais de namorados e desses só um era entre um assentado e uma jovem de fora. Segundo os próprios jovens os motivos para isso é o deslocamento da cidade ou de outro lugar para o assentamento e a maneira de viver dos assentados. Entre as mulheres solteiras do

³⁹ O Grupo de Jovens é uma associação onde participam assentados solteiros a partir dos 15 anos. Geralmente é ligado a igreja católica, mas o movimento tem por costume incentivar esse tipo de iniciativa como meio de valorizar os jovens e incitar neles a valorização do movimento, das idéias e ideais do MST e do assentamento. São feitas camisetas para os jovens geralmente com fotos de revolucionários e frases também revolucionárias e socialistas.

assentamento nunca houve caso de gravidez. Para um assentado, se ocorresse e a moça tivesse namorado ia ser encarado com normalidade, mas se não tivesse as pessoas da comunidade iriam “estranhar” e “falar” do ocorrido, como seria comum na maioria das comunidades do interior.

Toda sexta-feira é desenvolvido uma programação para todos os assentados, como forma de lazer, e que os jovens também participam. Na primeira sexta-feira do mês há espaço para pintura e trabalhos manuais, na segunda sexta-feira são realizados jogos, como baralho, dominó e bocha. Na terceira é feito moda de viola onde os assentados tocam violão e cantam e na quarta sexta-feira do mês tem uma janta coletiva com música e dança. Na primeira e na terceira quarta-feira de cada mês exibem-se filmes que é aberto a todos, mas são os jovens que mais participam.

3.5 O ESTIGMA DE SER ASSENTADO

O adjetivo “assentado” pode ser considerado um estigma na sociedade em que o assentamento está inserido. Em muitos casos a questão da implantação do assentamento é cercada por conflitos e disputas, que acaba por acarretar alguns desafetos e ainda há toda a construção e cobertura midiática em torno do MST e de seus integrantes que acentua esse, digamos, preconceito. Esse é um fator que pode incentivar os jovens a buscarem outros locais para morar e trabalhar.

Os assentados do Rosário são afetados por este estigma de ser “o pessoal do assentamento” ou “o pessoal da Roseira”⁴⁰ (era este o nome da fazenda ocupada). Para Goffman (1988) estigma é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo. Estigma é um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo. Seria um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem que o sujeito possui em relação a outrem. Devido que o estigma se constrói de maneira contrativa, ou seja, na

⁴⁰ Estes são termos usados pelos vizinhos do assentamento ou pelas pessoas que conhecem os assentados, mas não simpatizam muito com os mesmos.

relação entre eu e o outro. Esse contraste se dá entre os agricultores não assentados em relação aos assentados. Já que eles se sentem superiores aos assentados e o consideram como subversores da ordem. Em tese, no imaginário das pessoas, o assentado é aquele que subverteu a ordem estabelecida pela sociedade, pois adquiriu a terra por outros meios que não a compra, que é a regra estabelecida socialmente. Enquanto que os moradores, em geral, tiveram que trabalhar para conquistar a sua propriedade e isto vem desde os primeiros colonizadores da região, que trazem consigo a idéia da conquista através do trabalho, do “suar a camisa”, diferente dos assentados “que ganham tudo de ‘mão beijada”.

Este estigma é perceptível em visitas à comunidade de Rosário, quando os moradores usam tom de ironia ou de desprezo para se referir aos assentados. Eles sofrem os tradicionais preconceitos dos assentados em geral: vagabundos, bêbados, etc. Na primeira ida ao Assentamento Rosário fomos convidados para visitar o salão comunitário, onde há uma cancha de bocha e estavam reunidos em torno de vinte assentados, em sua maioria homens com idade em torno de trinta anos e algumas adolescentes, uns jogando e outros assistindo. Fomos perto de um assentado que, até então, era o único que conhecíamos, estávamos um pouco intimidados, pois éramos como “estranhos no ninho”, mas logo começamos a conversar com o pessoal que nos foram atenciosos.

Continuava o jogo de bochas e o pessoal parecia estar se divertindo. De repente chegaram dois policiais armados com colete a prova de bala, com o semblante fechado e cumprimentando todos que estavam ali apenas com um balançar da cabeça. O interessante é que para nós o policial, que já nos conhecia e sabia que não éramos do local, sorriu e nos perguntou o que tinha acontecido para estarmos “perdidos por lá”, respondemos apenas com um sorriso. Os policiais continuaram caminhando e chamaram um assentado que estava dentro da cancha de bocha. Ele saiu e se dirigiu aos policiais. Nesse momento um rapaz que estava dentro da cancha nos olhou e disse, ironizando a postura dos policiais, “viu como nós somos perigosos, pra vir aqui tem que ser com colete a prova de bala”. Outro assentado

nos disse que eles vêm até a sede da comunidade de Rosário e por já estarem perto vão ao assentamento. A atitude dos assentados ao ironizar ou justificar a vinda dos policiais é uma maneira de expor o preconceito que eles sofrem constantemente ao entrar em contato com o “mundo lá fora”. Os policiais foram embora, e tudo prosseguiu como antes. Um assentado ainda nos disse que é costume do pessoal do Rosário vir jogar bocha no assentamento, e que era de se admirar, eles não terem vindo naquele sábado. É interessante ressaltar que estes posicionamentos dos assentados é uma maneira de desconstruir a imagem pejorativa que eles possuem (os policiais só vieram ali porque estavam no Rosário, então ficava no caminho). E que o pessoal do Rosário também vai ao assentamento, ou seja, eles não são isolados do mundo. Essa situação mostra que o ser assentado do Rosário é um estigma nas redondezas, há todo um preconceito criado e que eles tentam se desvencilhar.

Os assentados do Conquista da Fronteira também enfrentaram esse preconceito quando chegaram na área, de sentir do dia-a-dia a resistência das pessoas para com os assentados.

Na verdade assim o que eu consegui de bom (com o assentamento) foi a terra, acho que a gente conseguiu assim ser um cidadão, antes tu era uma pessoa meio que deixada de lado, então mesmo aqui quando a gente chego em Dionísio teve muita dificuldade por a gente ser assim do movimento, tinha muita discriminação, na prefeitura se eles pedissem de onde você era e dizia que era do assentamento eles já baixavam a cabeça e ai mudo, hoje tu fala que é daqui o pessoal já tem outra visão. A gente conseguiu provar o contrário da imagem que tinham (Entrevista 22/Pesquisa de Campo).

Uma assentada que veio para o assentamento a oito anos diz que

Até que começemos a conhece o assentamento, até porque tinha uma época que o assentamento tinha uma imagem muito ruim aqui em Dionísio de baderneiros, de vagabundo, de ladrão, de isso e daquilo, mas a gente começo a participar e a entender e ver que não era assim, que não era verdade o que falavam, e daí que levo a gente a ir pensando num trabalho coletivo (Entrevista 13/Pesquisa de Campo).

Como mostram as entrevistas, eles venceram, em partes, este estigma e hoje são respeitados pelas pessoas do município e em órgãos públicos. Uma assentada disse que no começo quando iam ao comércio de Dionísio Cerqueira as lojas não demonstravam interesse em vender para eles e hoje às mesmas os

procuram para vender e oferecem crédito, o que demonstra que eles conquistaram a confiança do comércio.

Em conversas com pessoas externas que conhecem os dois assentamentos (ou não) algumas apontam a origem dos assentados para justificar o desenvolvimento material de cada um. Poderíamos dizer que é usado um preconceito racial como justificativa. Para estas pessoas, os insucessos e problemas enfrentados pelos assentados do Rosário estão ligados ao fato deles serem descendentes de bugres, negros e mestiços enquanto que os do Conquista da Fronteira são descendentes de alemães e italianos. Isto se deve, entre outros elementos, ao fato da região ter sido povoado por descendentes de europeus e eles valorizarem os seus pares. Entretanto, como já mostrado, os assentados de Dionísio Cerqueira também sofrem preconceitos quando entram em contato com outras pessoas e em outros espaços. Um exemplo já relatado é o do jovem que foi à reunião de melhoramento genético ou então do time de futebol do assentamento que está disputando o campeonato municipal de futebol de campo. O ser assentado ou membro do MST por si só é um estigma em nossa sociedade, mas em alguns espaços os assentados do Conquista da Fronteira conseguiram amenizá-lo ou vencê-lo.

3.6 O *HABITUS* DE ASSENTADO

Muitas características dos assentados, como seu modo de produção, de ver o mundo e suas relações com o meio em que estão inseridos já foi exposto durante este trabalho. Nesta seção trabalha-se com o conceito de *habitus* para tentar explicá-los e compreender estes elementos a partir de um mesmo conceito teórico.

Os integrantes dos assentamentos Rosário e Conquista da Fronteira dividem-se em os que são descendentes de europeus (alemães, italianos e poloneses), geralmente vindos do Rio Grande do Sul e os “caboclos” que são descendentes de portugueses, negros e índios. Entretanto suas histórias se cruzam quando o assunto

é a terra, onde todos os assentados pesquisados neste trabalho apresentam alguma ligação com ela e por já terem trabalhado na agricultura antes do assentamento ou acampamento. O estudo feito por Leite et al. mostra que entre os assentados do Oeste Catarinense, 94% exerciam ocupações rurais, com destaque para os posseiros, parceiros e arrendatários que representavam 44% do total de assentados desta região (LEITE et al., 2004, p.69).

Esses dados mostram que as suas vidas são marcadas por essa relação com a terra, seja pelo trabalho desenvolvido nela, pela busca por um lugar para arrendar e plantar, a dificuldade dos pais em dividir a pouca terra entre os muitos filhos ou mesmo nas tentativas de conseguir o seu pedaço de chão.

A decisão de participar do MST ou então de ocupar uma área pode resultar num conflito interno desses assentados. Dizemos isso por todos os preconceitos e estigmas que rodeiam o “ser do MST”, o “ser sem-terra”, sendo que no Oeste Catarinense estes estigmas são facilmente percebidos entre os outros habitantes que tem terra. Entretanto, a decisão de participar e a chegada na terra são eventos que marcam a vida dessas famílias, o sonho de possuir um lugar para morar sem o medo de no fim da safra ter que mudar, transmite tranquilidade para estas pessoas. O chegar a terra, ter a sua casa, suas vacas de leite entre outros elementos são conquistas que refletem um pouco do *habitus* de ser colono, que é a categoria com a qual se reconhecem. Neste trabalho, entendemos os integrantes do MST do Oeste Catarinense, em grande parte, identificados como colonos, possuidores de características próprias. Por isso os compreendemos como detentores de um *habitus* comum ou um *habitus* de grupo.

O conceito de *habitus*, como discutido na introdução deste trabalho, é central na produção teórica de Pierre Bourdieu que o entendia como fundamental para perceber a relação indivíduo e coletivo na sociedade. É ele que assegura a mediação, a articulação entre o individual e o coletivo, entre o indivíduo e a sociedade, com isso há um pouco da sociedade no indivíduo. Através do *habitus*, apresenta-se uma teoria específica de produção social dos agentes e de suas lógicas de ação

(BONNEWITZ, 2003). Para o autor “*habitus*, como diz a palavra, é aquilo que se adquiriu, mas que se encarnou no corpo de forma durável sob a forma de disposições permanente” (BOURDIEU, 1983, p.166). É a sua posição na estrutura social tanto no presente como no passado que influencia na formação dele. O indivíduo não nasce com o *habitus* como nasce com o DNA, ele é adquirido ao longo da história individual de cada um. E também diferentemente do DNA não é algo imutável, mas sim algo que vai se formando e sofrendo influências por toda a vida do indivíduo. Como essa história esta ligada a uma classe geralmente ele acaba por adquirir o *habitus* da classe em que ele está inserido. Todos estes elementos citados são muito semelhantes em indivíduos que compartilham do mesmo *habitus* de grupo, mas isto não quer dizer que todos sejam iguais. O *habitus* não é um molde em que todos saiam sem distinções, cada indivíduo tem suas singularidades.

Enquanto produto da história, Bourdieu afirma que:

O *habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história, portanto, em conformidade com os esquemas engendrados pela história. O princípio da continuidade e da regularidade que o objetivismo concede ao mundo social sem poder explicá-lo é o sistema de disposições passadas que sobrevive no atual e que tende a perpetuar-se no futuro, atualizando-se nas práticas estruturadas segundo seus princípios. Ao mesmo tempo, o sistema de disposições é o princípio das transformações e das revoluções regradas que nem os determinismos extrínsecos e instantâneos de um sociologismo mecanicista, nem a determinação puramente interior, mas puramente pontual do subjetivismo voluntarista ou espontaneísta conseguem explicar (BOURDIEU, 1994, p.76).

Então podemos entender que o *habitus* produz práticas, produz história baseado em toda uma experiência passada e presente. Traz arraigado um conteúdo que dá coerência a essa produção. Ele não é algo que é inventado do nada todos os dias.

Bourdieu insiste na idéia de que o conceito de *habitus* não é algo repetitivo, mecânico, reprodutivo, mas sim que é uma potência geradora. Ele é o produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos mesmos, mas introduzindo neles uma transformação (Bourdieu, 1983, p.105). Assim o indivíduo recebe esses condicionantes da sociedade, da sua classe social, porém tem competência para transformá-los pelas características que carrega. Até porque os indivíduos que

pertencem à mesma classe possuem algumas características diferentes e são estas características que vão tornar tais condicionantes distintos.

Os condicionantes associados a uma base particular de circunstâncias de existência produzem *habitus* que é “estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes”, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu propósito. O *habitus* é o princípio através do qual o indivíduo gera e organiza suas práticas e representações sociais. Mas estas práticas e representações sem necessariamente supor a visada consciente de fins e o controle exposto das operações necessárias para atingi-los.

O *habitus* não é o produto da obediência a regras e isso tudo, organizado coletivamente sem ser o resultado da ação organizada de um sujeito, acaba por se internalizar de tal forma que se torna inconsciente. Como na Antropologia falamos que a cultura é a lente através do qual o sujeito vê o mundo, o *habitus* também é uma lente ou uma janela através da qual vemos o mundo, é através do dele que o indivíduo vê, interpreta e interage com a sociedade.

A interiorização constitui um mecanismo essencial da socialização, na medida em que os comportamentos e valores aprendidos são sentidos como óbvios, são naturalizados e automatizados, quase instintivos. A interiorização permite agir sem ser obrigado a pensar sobre as regras que são necessárias considerar para tal. São os esquemas de ação e percepção. Estas ações e percepções estão tão internalizadas que o indivíduo age de acordo com sua classe sem ser necessário fazer uma análise de qual ação desenvolver. A maneira como responde a esta ação é um reflexo do seu *habitus*.

O *habitus* é produzido por meio das experiências concretas, materiais, no cotidiano de cada indivíduo que vai internalizando os componentes ou condicionantes do *habitus* através de suas experiências e relações sociais. Por isso, dizemos que ele corresponde a uma classe ou grupo, pois é neles que o indivíduo tem a maior

parte de suas relações sociais. E é desde as primeiras relações sociais que ele vai incorporando os condicionantes que iram formar o seu *habitus*.

Sem ser o produto de obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente. Ele age de maneira previsível, mas, sem ser algo pensado ou ensaiado (BOURDIEU, 1994, p.60-61).

Cada indivíduo é produtor e reproduzidor de ações sociais: porque suas ações e suas obras são o produto de um *modus operandi* do qual ele não é o produtor e do qual não tem o domínio consciente que ultrapassa sempre suas intenções conscientes. É um acúmulo de conhecimentos adquiridos que o faz agir de maneira inconsciente.

É através do *habitus* que há uma intermediação geral que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significativa ou aparente de um agente singular sejam, no entanto, sensatas, lógicas e racionais.

O *habitus* é formado por dois componentes: o *ethos* e a *hexis*. *Ethos* seriam os valores e os princípios em estado prático, a forma internalizada e não-consciente da moral que regula as ações diárias, do cotidiano. A *hexis* corresponde às posturas, disposições do corpo, relações ao corpo, interiorizadas inconscientemente pelo indivíduo ao longo de sua história. Nestes dois componentes se percebe a importância da interiorização, da internalização não-consciente destes princípios, ou seja, o *habitus* é internalizado no indivíduo de maneira que ele o reproduz inconscientemente. O *habitus* está tão internalizado que ele nem percebe que está reproduzindo as práticas e usos de uma classe social, ele entende como que estas práticas e usos fossem “naturais”. Então a *hexis* define nossa maneira de andar, de se sentar enquanto que considerar alguém genioso, teimoso, generoso ou bondoso depende do *ethos*. (Bourdieu, 1983, p.104)

O *habitus* possui certa autonomia em relação ao indivíduo, pois, mesmo que este indivíduo desapareça, ele continua a existir, uma vez que ele está ligado à

coletividade. Ele não descreve apenas os valores que os indivíduos trazem em si, mas também os mecanismos sociais pelo qual eles internalizam os valores de forma eficiente.

O *habitus* não é algo pronto ou acabado, ele sofre transformações durante as trajetórias individuais. Na obra *A Reprodução* (1975), Bourdieu fala do *habitus* primário que é aquele adquirido pelo indivíduo nos seus contatos iniciais, seja com sua família, em suas viagens enquanto criança, quando chega à escola esse *habitus* vai ser reforçado ou refutado, dependendo do *habitus* da escola.

Bourdieu (1994, p.79) diz:

A sociologia trata como idênticos todos os indivíduos biológicos que, sendo o produto das mesmas condições objetivas, são suporte do mesmo *habitus*: a classe social, enquanto sistema de relações objetivas, deve ser posta em relação não com o indivíduo ou “classe” enquanto população, isto é, enquanto soma de indivíduos biológicos quantificáveis e mensuráveis, mas com o *habitus* da classe enquanto sistema de disposições comum a todos os produtos das mesmas estruturas (BOURDIEU, 1994, p.79).

Bourdieu considera o *habitus* como sistema subjetivo, mas não individual, de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo e constituem a condição de toda objetivação e de toda a percepção, funda então a concertação objetiva das práticas e a unicidade da visão de mundo sobre a impessoalidade e a substituibilidade perfeita das práticas e das visões singulares. Para explicar a diversidade das características das condições sociais de produção desse *habitus*, basta perceber a relação fundamental de homologia que se estabelece entre os *habitus* dos membros de um mesmo grupo enquanto eles são o produto da interiorização das mesmas estruturas fundamentais: é dizer que, a visão do mundo de um grupo supõe tanto a homologia das visões de mundo correspondente da identidade dos esquemas de percepção quanto às diferenças sistemáticas separando as visões de mundo singulares, tomadas a partir de pontos de vista singulares e, no entanto, concertadas (BOURDIEU, 1994, p.80).

Desde que a história do indivíduo nunca é mais do que certa especificação da história coletiva de seu grupo, podemos perceber nos sistemas de disposições individuais variantes estruturais do *habitus* de grupo, sistematicamente organizadas nas próprias diferenças que as separam e onde se exprimem as diferenças entre as trajetórias e as posições dentro ou fora do seu grupo. O estilo “pessoal”, isto é, essa marca particular que carregam todos os produtos de um mesmo *habitus*, práticas ou obras, não é senão um desvio, ele próprio regulado e às vezes mesmo codificado, em relação ao estilo próprio a uma época ou classe, se bem que ele remete ao estilo comum não somente pela conformidade, mas também pela diferença que constitui todo “modo” (BOURDIEU, 1994, p.80).

Bourdieu afirma que o *habitus*:

É o produto de toda a experiência biográfica (o que, como não existem duas histórias individuais iguais, faz com que não existam dois *habitus* idênticos, embora haja classes de experiência e, portanto, classes de *habitus* – os *habitus* de classes). Esses *habitus*, espécies de programas (no sentido da informática) montados historicamente estão, de uma certa maneira, na origem da eficácia dos estímulos que os detonam, pois estes estímulos convencionais e condicionais só podem se exercer sobre organismos dispostos a percebê-los (BOURDIEU, 1983, p.60).

Podemos, então, entender que o *habitus* não é algo que unifica e iguala todos os indivíduos, mas os que compartilham do mesmo tem disposições, reações e respostas semelhantes diante das mesmas situações.

O autor argumenta que o que a escola ensina e seus métodos de avaliação são arbitrários, pois muitas vezes eles podem ser impostos pelas classes dominantes ou por grupos interessados. Assim, a cultura escolar acaba por ser determinada por esta classe em detrimento da cultura de outras classes que não detém esse poder. E ainda é a classe dominada que legitima essa cultura dominante, valorizando o que ela ensina em detrimento do que eles sabem como, por exemplo, a medicina em detrimento da medicina caseira, o direito institucional em vez do direito consuetudinário. Neste ponto podemos dizer que o assentamento Conquista da Fronteira “rema contra a maré”, sua escola tem como objetivo reforçar o *habitus* de colono nas crianças, ensinando valores relacionados com a sua realidade, com a terra e com o

movimento. Os conteúdos vindos “de fora”, ou seja aqueles implantados pelas secretarias ou ministério da educação não têm papel principal, pois em geral disseminam conteúdos mais ligados ao meio urbano. Já no Assentamento Rosário a educação fundamental é feita por uma professora do ensino municipal, sem ligação nenhuma com o movimento e o ensino não enfatiza os “valores dos colonos”.

Os conteúdos ensinados nas escolas, os métodos de avaliação, e até a formação dos professores podem ser socialmente determinadas pelas classes dominantes. E se isso se efetivar são elas que definirão o que é “certo” ou “errado” dentro do campo escolar. Se o que for definido estiver de acordo com os interesses desta classe dominante, seus filhos terão um desempenho escolar superior aos filhos dos dominados, tornando o *habitus* dos dominado ilegítimo dentro da escola, necessitando suprimi-lo em prol de um outro. E como estes condicionantes então internalizados de maneira resistente eles encontram grandes dificuldades na escola. E quem não faz parte dessa cultura sofre uma “aculturação”, passando a reconhecer a cultura dominante como legítima em detrimento da sua. Os alunos vindo das classes dominadas sofrem, dentro da escola, uma violência simbólica.

O trabalho pedagógico como trabalho de inculcação deve durar o bastante para produzir uma formação durável, capaz de perpetuar-se após o término da ação pedagógica e, que permanece mesmo depois que ele saia da escola, assim a escola tem que inserir nos alunos a crença de como legítimo os princípios do *habitus* da classe dominante que irão permanecer nele (BOURDIEU, 1975).

O sistema mais poderoso que afasta os membros das classes dominadas da instituição escolar é o *habitus*. Ele provoca uma auto eliminação das categorias desfavorecidas. Os indivíduos aprendem a antecipar o seu futuro de acordo com sua experiência do presente e logo a não desejar o que, em seu grupo social, aparece como eminentemente pouco provável.

Por ficar implícito, este trabalho de reprodução da escola é tão eficiente. A escola é um local legitimado socialmente, desenvolve um trabalho de favorecimento às classes dominantes, de exclusão das classes dominadas e que recebe uma

aceitação social quase que invariável e indiscutível. O MST, por admitir a importância da educação, possui várias escolas próprias que difundem as suas idéias e ensinamentos, através de cursos técnicos, de formação e de graduação.

No mesmo grupo podem surgir variantes do *habitus* que identificam um setor ou um subgrupo dentro dos integrantes do MST. Isso porque o *habitus* pode ir sendo incorporado e transformado durante a trajetória individual de cada indivíduo, identificamos nos assentados pesquisados os mesmos condicionantes dos colonos, até porque eles o são, mas com algumas variáveis que foram internalizadas durante o processo que viveram e vivem, estes elementos foram sendo incorporados pela trajetória específica que possuem, desde as ocupações, acampamentos, lutas, movimentos e a chegada ao assentamento e a convivência no mesmo.

De uma forma geral os integrantes do MST, principalmente as lideranças, passam por uma preparação específica. É necessário completo aprendizado para atingir um conjunto de saberes característico como a forma de falar, o conteúdo do discurso, a visão de mundo, crenças, atribuição de significados, interpretação de acontecimentos e isto se estende até aos objetos e símbolos em sua casa e nas roupas que usam indicando o pertencimento ao movimento. Devem desenvolver o domínio da retórica e da linguagem que o identifica como “representante do MST” no assentamento e na sociedade em geral, é necessária essa linguagem para se relacionar com os outros assentados e indispensável nos encontros exteriores ao assentamento como nas sedes regionais ou estaduais do MST ou em encontros abertos ao público. Este “saber falar” é também um fator de distinção entre os assentados que pode lhe garantir um lugar singular no assentamento e no movimento. O *habitus* desse assentado vai se construindo em seu percurso dentro do MST, nos cursos de formação do próprio movimento e em todos os eventos que participam, pelos mecanismos sociais que estão em contato. Por todos esses novos meios que ele interage vai recriando uma série de outras concepções que não possui antes de entrar para o movimento ou então elas eram diferentes.

O MST desenvolve um trabalho de inculcação de valores, de concepções, de visão de mundo com os assentados através de cursos, cursos técnicos, palestras, caminhadas, manifestações que vão tornando os assentados muito semelhantes e faz com que sejam facilmente identificados como pertencentes ao movimento. E como já foi salientado que o *habitus* não é algo imutável, eles vão incorporando à ele estes novos elementos repleto de significados.

Através da análise do conceito de *habitus*, podemos pensar os integrantes do MST como detentores de um *habitus* comum, o que poderia ser chamado de *habitus* de assentado. Isto se caracterizaria por um conjunto de condicionantes portados por estes assentados antes do acampamento ou do assentamento, elementos de uma cultura própria. Estes elementos podem ser modificados e incorporados depois que entram no movimento. Como foi visto, o *habitus* não é imutável e vai se modificando ao longo da história dos indivíduos, podem ser condicionantes incorporados recentemente, durante sua trajetória, mas que acabam por identificar aquele grupo. São elementos como gostos semelhantes entre si, gestos e reações previsíveis frente às mesmas situações, entre outros, que fazem com que eles sejam identificados como assentados que fazem parte desse movimento enrustidos de um “mesmo” *habitus*.

3.6.1 Líder do assentamento Rosário

Baseado na pesquisa de campo, realizada para este trabalho, podemos identificar três variantes desse *habitus*. Um seria dos assentados e do líder do assentamento Conquista da Fronteira, o segundo é o dos assentados do Rosário e o terceiro seria o do líder desse mesmo assentamento. Dizemos que tanto a base do assentamento Conquista da Fronteira, suas lideranças e o líder do Rosário possuem *habitus* que se aproximam, enquanto que os assentados do Rosário são os mais que se distanciam deles.

No assentamento Rosário, o *habitus* do líder se distingue sensivelmente do dos assentados/da base. Ele tem um modo de falar específico, sua retórica é mais

“embasada” nas idéias do movimento e atribui uma importância central ao MST para a conquista da terra, diferentemente dos assentados. Veja um trecho do depoimento do líder:

Nos primeiros tempos era a CPT, a igreja que clareava pra nós, mas a decisão de se ocupar a terra era mesmo, é raiz, é fruto de uma árvore que se chama movimento dos sem terra.

Outra propriedade da fala dele, que é característico das lideranças, é o uso do plural majestático enquanto discorre acerca das ações e das lutas do passado.

Nós vemos até com os olhos não tão apagados porque, **nós** como lideranças, **somos** responsáveis...

Desde novo, desde jovem **nós estávamos** lá em Seara liderando 70, 80 jovens na nossa comunidade com 13, 14 anos...

Durante a entrevista e as conversas que tivemos com o líder, nota-se a segurança com que fala a respeito do movimento, da luta pela terra, do cotidiano do assentamento. Essa segurança se percebe também no fato de ele olhar nos olhos da pessoa com quem fala, ao contrário da maioria dos outros assentados que olham para o chão e não encaram o seu interlocutor.

A posição de líder oferece oportunidades de sair do assentamento para reuniões em outros municípios, trocar experiências com outros assentados, estar em contato com lideranças regionais, estaduais e nacionais. O estabelecimento dessas relações sociais propicia ampliar e mudar a sua visão, suas opiniões, seu conhecimento e tudo isso acaba se refletindo nele, quando fala, quando se impõe, lhe dando um papel de destaque e de respeito dentro do assentamento por deter um saber que os demais não possuem. Mas é no conteúdo de sua fala e sua visão sobre questões referente ao movimento e a propriedade da terra que o líder mais se diferencia da base do assentamento Rosário, seja pela importância atribuída a luta, seja por suas opiniões sobre questões recorrentes do assentamento e da vida de assentado. Abaixo o depoimento dele sobre questões como o objetivo do MST:

O objetivo do MST não é assentar as famílias e fica acomodado, é fazer de que o sem terra cresça e, além disso, ele possa dar a continuidade ao projeto. Projeto do quê? Projeto do seu vizinho que está sem terra, sendo explorado, então quer dizer que ele adquira

também um pedaço de terra e também a bandeira do sem terra é formação política. Todo assentado deve ter uma formação, uma educação adequada para que ele possa se manter na terra é uma das bandeiras do movimento dos sem terra.

A opinião dele sobre o desejo de ter escritura da terra também se diferencia dos demais assentados:

Não, nós temos simplesmente um contrato com o Incra. É um contrato não é bem escritura, não é um título, nós não até nem admitimos o título, nós nem queremos título. Simplesmente o momento que o Incra joga o título pros assentados eles lavam as mãos e nós não queremos isto. O Incra é responsável pra ajuda, contribui também com os assentados.

E ainda, entre os assentados entrevistados no Assentamento Rosário, o líder foi o único que não manifestou a vontade de vender a terra, posicionando-se contrário a esta atitude quando indagado se venderia sua terra se tivesse oportunidade “*Não, não vendo*”. E ainda quando perguntado se ele concorda sobre a venda dos lotes de terra ele diz que:

Eu acho que não, eu acho que o cidadão, nós que tanto lutamos para conseguir o pedaço de terra, eu acho que tem que cuidar.

O líder apresenta condicionantes diversos se comparado com os assentados do Rosário, o que culmina em um *habitus* diferente do deles. Este *habitus* diferente pode ser apontado como conseqüência, entre outros fatores, pela história individual do líder, em que desde jovem sempre esteve envolvido com movimentos sociais e organizações de apoio à luta pela terra. E ocupar o posto de líder o coloca em contato com outros líderes, regionais e nacionais, do movimento, participa de muitos cursos de formação e reuniões onde se discutem as idéias do movimento. Todos estes fatores acabam por torná-lo detentor de um *habitus* diferente do *habitus* dos demais assentados.

3.6.2 O *Habitus* dos Assentados do Rosário

Os assentados da base do Rosário têm opiniões, visões de mundo, posicionamentos e comportamentos diferentes do líder do assentamento.

Na maneira de falar percebemos um jeito mais tímido, o tom de voz, geralmente, é mais baixo e as respostas mais curtas. Na maioria dos casos respondem somente o estritamente perguntado. No diálogo geralmente olham para o chão ou para os lados, sem encarar o interlocutor. A maioria dos entrevistados participou da ocupação da área, mas talvez pelo fato do MST não estar presente desde as primeiras ocupações, eles não se mostram muito ligados ao movimento e as suas idéias, não demonstrando, por exemplo, opinião formada sobre o MST. Ao indagar a uma assentada sobre o que era o MST para ela, depois de ficar em silêncio, respondeu com essa frase *“...mas o que vou dizer...”*. Podemos perceber que não possuem posicionamento sobre o MST, o movimento não tem um significado maior para eles. E ainda outra assentada responde sucintamente “não” ao ser questionada se ela conhecia ou tinha alguma ligação com o movimento. Muitas opiniões dos assentados divergem com as do MST e do líder. Nas entrevistas realizadas todos os assentados demonstraram o desejo na obtenção da escritura da terra, uma assentada do Rosário responde que “não” ao ser questionada se possui alguma escritura de terra e quanto se ela gostaria de ter a escritura ela responde que “gostaria”.

E essa preferência por ter a escritura da terra é manifestada por todos os assentados, com exceção do líder. O que pode mostrar que eles não foram influenciados pelos princípios e idéias do movimento. Seus ideais se aproximam muito mais de todos os colonos que moram na região do que dos assentados ligados ao MST. Querem ter sua propriedade com a escritura individual e trabalhar nela com sua família. Isso se reforça ao observarmos o descontentamento deles com o assentamento, a maioria fala que se pudessem venderia sua terra e iria para outro lugar, ao contrário do líder. Uma assentada ao ser perguntada que, se ela pudesse, venderia sua terra responde que *“a se fosse por uma terra melhor, pra mora, pra trabalhar”* e complementa dizendo que *“gostaria de morar em outro lugar”*. E ainda outro assentado diz que *“se pudesse já tinha vendido, é que também vender aqui, dinheiro pra compra em outro lugar não consegue, daí pra ir em ocupação, pega outro lote já fica ruim”*.

Esse descontentamento com o assentamento que, num primeiro momento, pode nos levar a pensar, como estudiosos que apontam que os colonos brasileiros não são apegados a terra (ROCHE, 1969). Entretanto este tipo de pensamento não permanece em uma análise mais cuidadosa, que mostra que estes assentados possuem sim uma ligação com a terra, com o meio rural, entretanto por esta terra ser inadequada para a agricultura, por aumentar a penosidade do trabalho e não ter uma produção suficiente para manter a família e garantir sua reprodução faz com que eles mantenham a vontade de ir para outro lugar em que estas dificuldades fossem minimizadas. Brandenburg, ao estudar os colonos de origem polonesa do Paraná, mostra que eles valorizam sua relação com a terra, pois ela significa sua razão de existir e permite que vivam sem obedecer às ordens do patrão (BRANDENBURG, 1998, p.95-96). Motivos estes também apontados pelos assentados como benefícios de ter o seu pedaço de terra. Entretanto o que faz com que estes colonos queiram vender suas terra e ir para outro lugar “não é a falta de interesse em permanecer no local, a falta de apego à terra ou do ‘sentimento de pertencer’ ao local, mas a falta de uma política fundiária capaz de propiciar o acesso à terra aos filhos de agricultores e de apoiar o desenvolvimento de uma agricultura moderna e de uma infra-estrutura capaz de proporcionar melhores condições de vida” (BRANDENBURG, 1998, p.96). Eles querem procurar outras áreas que propicie as condições para diminuir as dificuldades do manejo na agricultura e que garanta a reprodução e sustento da família.

O descompasso com os assentados do Rosário e o MST pode ser exemplificado por outro fator que é a compra e venda de lotes. São apenas três casos de famílias que venderam, mas já mostra esse quadro de desencontros.

Não, é que nós viemos depois, que nem nós somos em três famílias que viemos depois. Nós compramos aqui né, daí ficou a terra que o homem plantava ficou para nós (Entrevista 4/Pesquisa de Campo)

Após esta explanação de condicionantes e características da base e do líder do Assentamento Rosário, podemos indicar a existência de dois *habitus* distintos

nesse assentamento. Eles se distinguem, entre outras coisas, pelo modo como vêem a propriedade da terra, por sua opinião quanto à escritura individual, sobre a compra e venda de lotes oriundos da reforma agrária e seu comportamento diante das situações do cotidiano.

3.6.3 O *Habitus* dos Assentados do Conquista da Fronteira

Nos dias que desenvolvemos a pesquisa de campo no assentamento Conquista da Fronteira constatamos dificuldade em distinguir quem é base e quem é liderança, elas se confundem. E quando os assentados eram indagados, diziam não possuir lideranças, apenas pessoas que coordenavam os setores, enquanto que no Rosário todos apontam para o referido assentado como líder do assentamento.

Líder não tem, nós aqui temos as equipes, os setores, a coordenação, o conselho, tem um coordenador. Tem. O coordenador geral que realiza os trabalhos convoca pras reuniões. Hoje... eu nem sei quem é, aí troco nesses dias, eu nem lembro quem é. Antes era o Valmor (Entrevista 21//Pesquisa de Campo).

Essa dificuldade de distinguir líderes e base mostra certa homogeneidade entre os assentados, o que pode ser reflexo da internalização dos valores, idéias e visão de mundo disseminada pelo movimento. Depois de dezenove anos de assentamento criou-se uma uniformidade entre os integrantes do Conquista da Fronteira. Segundo os próprios assentados, quem não se adaptou aos moldes estipulados foi saindo do assentamento e entrando outras famílias no lugar destas, que se enquadravam com os ideais do assentamento. Assim, hoje, eles formam um grupo uniforme e estável, sendo que 84,6% das famílias estão a mais de 10 anos no Conquista da Fronteira.

A maioria dos assentados participou de acampamentos, não só o dessa fazenda, mas de outros também, e ainda grande parte deles já participou de cursos de formação política do movimento e de outros movimentos sociais e políticos. Estes fatores, entre outros, fazem com que no relacionamento e ações cotidianas dos mesmos tenha grande presença do MST e acabou por influenciar na constituição do *habitus* desse grupo. A presença do movimento pode ser vista, também,

em símbolos, no discurso dos assentados, na sua organização e na importância atribuída ao movimento.

É uma esperança né, de transformação da sociedade, é um movimento social que tinha uma luz no fim do túnel que além de trabalha pela terra, trabalha pelo recurso, pela dignidade tudo, porque hoje tem sindicato que trabalha pela uma parte dos direitos, não trabalha pela terra, trabalha pelos direitos mais a nível de aposentadoria, auxílio doença e o movimento trabalha pela terra, pela produção e pela sobrevivência e a partir que tu tive terra, tive alimentação, produzi, tive educação tu volta a dignidade que hoje a coisa mais triste que tem é uma pessoa... a partir que não tive isso vira mendigo e o mendigo é explorado por todo mundo (Entrevista 15/Pesquisa de Campo).

A influência que o movimento exerce sobre os assentados do Conquista da Fronteira se manifesta também de outras formas. Entre elas, podemos citar a visão deles sobre a propriedade, a vontade de trabalhar coletivamente a terra, sendo imperceptível o desejo de desenvolver trabalhos individualmente, seja por motivos financeiros ou pelo trabalho de conscientização realizado pelas lideranças do movimento, pois trabalhar de forma coletiva é algo que os aproxima ainda mais do MST, fazendo com que sejam reconhecidos pelo movimento como integrantes e militantes do mesmo. Podemos dizer que estas disposições, entre outras, acabam por formar o *habitus* dos assentados de Dionísio Cerqueira e ainda fazem com que os mesmos tenham uma relação mais estreita com o movimento.

Alguns valores vão mudando com a entrada no movimento, já que a maioria dos atuais assentados trabalhava em pequenos pedaços de terra com sua família e neste assentamento vão aprendendo a trabalhar com outras pessoas fora do seu círculo familiar. O que isto poderia ser encarado como uma desvantagem pela trajetória que eles possuem, no assentamento é visto como um ganho pelos motivos citados acima e também pela convivência, pelas relações sociais que se estabelecem com os outros integrantes do assentamento e do movimento e também pela força política que acabam tendo por serem um grupo coeso.⁴¹

⁴¹ O assentamento possui um vereador, Paulo, que já está no seu quarto mandato e é visto com grande orgulho pelos assentados. Ter este vereador é uma grande conquista para eles. Em uma reunião que eu participei no assentamento ele trouxe a confirmação de uma verba de R\$ 400,000,00 para o assentamento do Governo Federal. Este dinheiro seria usado, entre outras coisas, para a construção de um estábulo para as vacas leiteiras.

Como já salientado, o *habitus* por mais que contenha tendência a reprodutividade, não é estático e pode sofrer mudanças durante a trajetória do grupo ou dos indivíduos em questão. Um fator que acreditamos que pode ter influenciado no *habitus* dos assentados do Conquista da Fronteira é a passagem e a participação por acampamentos do movimento, de ir para a ocupação junto ou por iniciativa do movimento. Isso faz com que o sentimento de pertencimento e dívida com o grupo seja mais forte do que quem não passou por esse processo. Por esse espaço ter sido criado desde o começo do processo de luta faz com que os fundamentos e princípios do movimento encontrem maior receptividade entre eles.

Na verdade assim, o acampamento pra mim é um estágio, que tu vai aprendendo, até assim... pra um coletivo dá certo, acho assim até pra pessoa se conhecer melhor, conhece os outros. Eu entendo assim que se a gente não passasse por um acampamento pra ir trabalhar no coletivo era mais difícil pra dar certo, porque aí o acampamento não deixa de ser um coletivo, principalmente ali no início é um por todos e todos por um, então tu conhece mais gente com o mesmo objetivo, eu considero um estágio (Entrevista 22/ Pesquisa de Campo).

E também podemos perceber a importância atribuída ao acampamento para o coletivo ter sucesso e continuidade. Como consequência disso tudo, percebemos durante as entrevistas realizadas que os assentados do Conquista da Fronteira possuem praticamente as mesmas opiniões sobre os assuntos recorrentes como a aprovação do trabalho da cooperativa, a importância conferida ao trabalho coletivo, reconhecimento do valor do MST em suas vidas e a vontade de os filhos continuarem a trabalhar no assentamento ou para o movimento. Segundo um assentado:

A intenção é da maioria do pessoal daqui é que eles (os filhos) estudem, mas que contribuam na cooperativa, que a gente tenha gente capacitada, com estudo pra continuar a tocar a cooperativa (Entrevista 22/Pesquisa de Campo).

Por os jovens formarem uma geração que nasceu e cresceu no assentamento, que foram educados sob as diretrizes do movimento, eles tendem a reforçarem cada vez mais o *habitus* dos pais. Eles não passaram pela experiência de trabalho individual ou familiar e de busca pela escrituração individual da terra. Falam do movimento com sentimento de pertencimento, se sentem responsáveis

pelo mesmo e pelo assentamento, participam dos atos do MST, estudam em suas escolas e colégios. Estes, entre outros fatores, reforçam o *habitus* característico dos assentados do Conquista da Fronteira.

A preservação de suas característica também é uma preocupação manifestada pelos assentados. Na reunião entre as famílias estava sendo discutida à eliminação das vacas de leite individual, uma senhora disse que era importante manter pelo menos uma vaca, pois isso fazia parte das características camponesas, ou seja, se desfazendo totalmente das vacas de leite eles estariam se descaracterizando, perdendo parte da sua identidade.

Nesta trajetória dentro do movimento os integrantes vão sofrendo mudanças, incorporando novas idéias, mudando seu modo de ver o mundo que os rodeia e um condicionante que notamos que vai se modificando é a forma de falar, o conteúdo desta fala, mesmo que conservando algumas características, e isto acabou sendo alvo de análises. Uma delas é feita por Zander Navarro (2002), como já citado na introdução desse trabalho.

O discurso do assentado também sofre censuras, ou então é formatado de maneira que se estabelece o que é e o que não é dizível por ele, acarretando em falas tanto de assentados como de lideranças, locais e regionais, muito semelhantes, possuindo praticamente as mesmas respostas para perguntas semelhantes. Ou podemos entender que isto seria um atributo necessário do *habitus*?

A maneira de falar desses assentados se diferencia dos assentados do Rosário. Eles expressam alegria e orgulho ao falar do movimento, de sua trajetória dentro do assentamento, de ligação com o MST e das conquistas do grupo. O tom de voz é mais alto e olham para o interlocutor ao falar. Possuem segurança ao falar do movimento e opiniões formadas sobre ele e sobre o assentamento.

Então pode se afirmar que o *habitus* não é algo estanque, que nasce pronto e acabado, mas sim, é um conjunto de elementos que se diferenciam dependendo da trajetória individual. Mas, mesmo assim, conseguimos identificar um *habitus* de grupo, ou seja, eles pertencem à um mesmo grupo, mas nem por isso são todos iguais, como se tivessem saídos da mesma fôrma.

Como já citamos, Bourdieu considera que o *habitus* é um sistema subjetivo, mas não individual, de estruturas interiorizadas, esquemas de percepção, de concepção e de ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo. O autor deixa claro que o *habitus* pode ter atribuições do indivíduo conforme suas experiências sociais, mas nem por isso se torna algo individual, ele está sempre circunscrito a um grupo, é algo coletivo.

Por isso acreditamos que esse conceito permite analisarmos os assentados do MST, pois eles pertencem a um mesmo grupo e, possuem elementos que assim os caracterizam, porém cada um é singular, conservando essa subjetividade que os fazem um ser distinto.

Por todos estes elementos levantados até aqui, como a história desses assentados, a maneira de ver o mundo, suas atitudes corporais ao falar do movimento, objetivos para os filhos, podemos dizer que os assentados do Conquista da Fronteira possuem um *habitus* diferenciado, possuem um *habitus* de grupo específico, com condicionantes próprios que os identificam como tal.

Tanto os assentados do Rosário como os do Conquista da Fronteira possuem vários atributos que os distinguem entre si, como foi exposto acima. Mas possuem outros que os aproximam. Um deles é o querer ficar na terra, a luta para conseguir se sustentar nela. Seja qual for o sistema produtivo adotado, pois é a maneira pela qual eles vêem maiores possibilidades de continuarem a trabalhar na agricultura, preservar sua propriedade e seus valores.

A convicção que os levou a participar de ocupações de terra foi à necessidade de possuí-la, de ter segurança de não precisar ao final de cada safra procurar um novo lugar para trabalhar e morar, de ter uma local de onde poderiam organizar suas vidas e ainda serem livres da exploração dos patrões.

Outro atributo é a visão de que a vida melhorou depois do assentamento, todos acreditam que sua qualidade de vida, o conforto da casa e as condições de trabalho são melhores do que antes do assentamento.

E ainda, quanto ao líder do assentamento Rosário e os assentados do Conquista da Fronteira um dos fatores que os aproxima é a participação em movimentos sociais e políticos antes mesmo da entrada no MST. Isso fez com que sua visão sobre a sociedade e as relações que a envolve se afinassem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou fazer uma análise comparativa entre dois assentamentos rurais do MST localizados no Oeste Catarinense. Região esta que, no final da década de 70 e 80, é marcada pelo ressurgimento dos movimentos sociais, que entram em cena em todo país propiciado pelas condições impostas pelo regime militar que faz suscitar descontentamentos e revoltas de grupos sociais. Surgem lutas localizadas que principiam a articulação entre si e geram demandas por direitos, entre eles o direito a terra.

É nesta efervescência que emergem vários movimentos como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento das Mulheres Agricultoras e também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estes movimentos surgem como o resultado de vários outros e de lutas que vem desde o começo do século XX.

No Oeste Catarinense, o MST tem dois marcos significativos. Um é a ocupação da Fazenda Burro Branco e o outro são as Operações Integradas de Ocupações Simultâneas em que mais de duas mil famílias ocuparam, na mesma noite, 13 áreas diferentes. Estes eventos, com a participação de setores da igreja católica, foram de suma importância para a consolidação do MST na região e no estado.

Os assentamentos estudados foram implantados na década de 80, sendo que parte dos assentados do assentamento Conquista da Fronteira, no município de Dionísio Cerqueira, participaram das Operações Integradas de Ocupações Simultâneas. Os dois assentamentos foram projetados pelo Incra e pelo movimento para adotarem o uso coletivo da terra, entretanto tomaram caminhos distintos. Por um lado, o assentamento Rosário, no município de Romelândia, não se adaptou a esse projeto, assim buscou e implantou a agricultura familiar, dividindo a área do assentamento entre as famílias. Por outro lado, o assentamento Conquista da Fronteira é marcado por aceitar este “desafio”, implantando e mantendo o sistema coletivo, com sua produção e vida social organizada em torno da Cooperunião.

A direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra deixa claro sua preferência pela organização da produção coletiva, mas o que se observa é que nem todos os assentados se adaptam a esta realidade. Por isso a importância de verificar as aspirações e pretensões que as famílias possuem para depois implantar o sistema organizacional, ou então, a maneira como foi feito no Conquista da Fronteira, onde, no acampamento, selecionou-se as famílias e pessoas que desejavam trabalhar de forma coletiva e foram assentadas neste local. Assim, apenas vão para o futuro assentamento pessoas dispostas a viver e trabalhar nesta organização, muitas famílias desistem, mas no exemplo de Dionísio Cerqueira a maioria das famílias permaneceu. Entretanto, outras famílias não se adaptam a esta realidade e a melhor maneira de resolver, como se mostrou no Rosário é a divisão da área entre as famílias, para que cada qual cultive e gestione a propriedade da forma que considere mais interessante. No Rosário, depois de 16 anos, a divisão dos lotes fez com que os assentados encontrassem satisfação em viver no assentamento e pudessem desenvolver seus projetos pessoais.

Ao que tudo indica a decisão sobre a forma organizacional, coletivo ou familiar, a ser adotada em um assentamento precisa ser tomada junto com assentados e de acordo com suas vontades e inclinações, que seja discutido e decidido em conjunto com eles e não imposto de cima pra baixo. Percebe-se que esta é uma forma que pode ajudar na implantação e sustentação do assentamento.

Observamos que os assentados pesquisados internalizam o discurso das lideranças quando há uma participação ativa em suas vidas, seja através da presença de lideranças no assentamento ou na participação em cursos promovidos pelo movimento, espaço que serve como difusor das idéias do MST. Isto cria graus diferentes de internalização entre os assentados. O líder do Rosário e os assentados do Conquista da Fronteira tem um contato maior com lideranças regionais e nacionais e participam dos cursos do movimento, o que aumenta a ligação com as idéias e objetivos do MST, enquanto que os assentados do Rosário estão mais distantes do movimento e de seus ideais e metas.

Estes cursos de formação promovidos pelo MST podem ser apontados como determinantes na forma dos assentados verem a sociedade e a ligação deles com o MST e com a luta pela terra e na terra. Além dos cursos, esta ligação dos assentados com o movimento e suas visões sobre os assuntos recorrentes podem ser influenciados por vários fatores, como a história de ocupação, o acampamento, a presença do MST e o sistema organizacional, que tem importância fundamental no modo como estes assentados verão a propriedade e a escrituração individual da terra.

O MST por mais que se mostre como um movimento coeso, verificamos entre seus atores certos tipos de heterogeneidade quanto as suas interpretações sobre assuntos que os rodeiam, como por exemplo, a questão da titulação individual e o uso da terra. Os assentados do Rosário desejam a escritura, o que os faria se sentirem donos da terra, enquanto que os do Conquista da Fronteira não a querem, por seguir diretrizes do movimento e também porque a detenção da escritura estaria ligada a idéia de comércio e afirmam que querem a terra para trabalhar e não para vender.

Entre outras implicações e conseqüências dizemos que o sistema produtivo influencia na relação diária entre os assentados, no sistema familiar o trabalho se dá, de certa forma, isolada. Enquanto no sistema coletivo impõe o relacionamento constante entre os assentados.

O conceito de *habitus* permitiu analisarmos os assentados submetidos a alguns condicionantes que os identificam como um grupo social. Entretanto neste grupo se destacam “subgrupos” com *habitus* que apresentam particularidades. No nosso trabalho destacamos três: o *habitus* dos assentados do Rosário, do líder do Rosário e o *habitus* dos assentados de Dionísio Cerqueira. Sendo que estes dois últimos se aproximam, enquanto o primeiro é o que apresenta elementos mais distintos. Estes diferenciais que fazem parte do *habitus* de cada grupo, também são resultados da história individual que faz com que cada um tenha sua singularidade. Entretanto apesar das diferenças que eles apresentam, há elementos que os aproximam, que pode ser creditado à história de todos os assentados pesquisados, que está ligada a agricultura e a luta pela terra.

Alguns esforços foram dispensados na realização de estudos de caso em assentamentos do Oeste Catarinense em que se observam as particularidades, as diferenças, peculiaridades, o arranjo local de um assentamento. Mas sente-se falta de um estudo que permita olhar o que há de comum entre os assentamentos da região, que sistematizem dados que expliquem as semelhanças dos assentamentos e que permita a comparação entre eles. O único exemplo disso é o estudo feito por LEITE et al. (2004), que pesquisou seis manchas de assentamentos entre elas a do Oeste Catarinense, entretanto é o único exemplo de uma tentativa maior nesse sentido. E ainda há a necessidade de aprofundar o estudo sobre a luta pela terra em Santa Catarina, principalmente antes da década de 80.

Ressaltamos que este estudo é fruto de um processo de escolhas e isso implica em eleger um recorte. Um recorte implica em limites e os limites que nossa pesquisa possa apresentar podem ser superados com a realização de outras análises.

Mas o que podemos concluir ao realizar este estudo de caso é que, indiferente do sistema organizacional implantado, as famílias garantem que suas condições de vida, moradia e alimentação melhoraram com a chegada no assentamento. Para o assentado, a conquista da terra significa ter um lugar seguro, fixo a partir do qual ele organiza sua vida, a produção e planeja seu futuro e dos filhos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; Agricultura familiar e o uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.11, n.2, p.73-78, abr./jun.1997.

BAZOTTI, Angelita. CINTRA, Anael de Uihôa, e NAZARENO, Louise Ronconi de; A Influência de ser Colono na Percepção dos Assentados: um estudo exploratório. In: LIMA, P. V. P.S. et al. **Reforma Agrária em Processo**: quatro estudos empíricos – Concurso Josué de Castro. São Paulo: MDA, NEAD: Anpocs, 2007.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Sérgio Miceli, Silvia de Almeida Prado, Sonia Miceli e Wilson Campos Vieira. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. 3 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **Pierre Bourdieu**: sociologia. Organizador: Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Questões de sociologia**. Tradução: Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução: Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDENBURG, Alfio. “Colonos, Subserviência e Autonomia”. Em Ferreira, Ângela Duarte Damasceno e Brandenburg, Alfio (orgs). **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Brasília: ABEP, v.15, n.2, p.45-65, jul./dez.1998.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades/ Editora 34, 2001.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: José Graziano da Silva e Verena Stolcke (org.). **A Questão Agrária** – Weber, Engels, Lenin, Kautsky, Chayanov, Stalin. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ESTERCI, Neide (organizadora). **Cooperativismo e Coletivização no Campo**: questões sobre a prática da igreja popular no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero/ISER, 1984.

FLEURY, Maria Tereza Leme. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FONTANA, Airton. **Construindo o Caminho**: uma educação orgânica – experiência do Assentamento Conquista da Fronteira. São Miguel do Oeste: UNOESC, 1999.

GEHLEN, Ivaldo. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (orgs.). **Para pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

GOFFMANN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, 4. Ed., Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GOMES, Iria Zanoni. 1957: **A revolta dos posseiros**. Criar Edições. Curitiba, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de informações municipais**. Rio de Janeiro, 2000. 1 CD-ROM.

KLEBA, John B. Cooperação Agrícola e Coletivismo em Assentamentos de Reforma Agrária. **Revista Reforma Agrária**, Campinas: ABRA, v. 24, n.3, p.132-139, set./dez., 1994.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **Ação Coletiva em Assentamentos de Reforma Agrária**: processos de organização dos trabalhadores rurais. Cascavel: Edunioeste: 2003 (Coleção Thésis).

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R.. Impactos dos Assentamentos, 2000-2001 (Banco de dados). Brasília: NEAD/MDA, 2005. In: **Consórcio de Informações Sociais**, 2006. Disponível em: <<http://www.nadd.prp.usp.br/cis/index.aspx>>. Acesso em 24/10/2006>.

_____. **Impacto dos Assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LISBOA, Teresa Kleba; **A luta dos sem-terra no oeste catarinense**. 1. Ed. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 1987.

MAIA, Denise Maria. **O papel da incubadora tecnológica de cooperativas populares da Universidade Federal do Paraná – ITCP/UFPR no desenvolvimento humano**. Curitiba: s.n., 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), UFPR/Curso de Pós-Graduação em Economia.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os Errantes do Novo Século**: um estudo sobre o surto milenarista do contestado. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Boaventura Sousa Santos. (Org.). **Produzir Para Viver**. Os caminhos da produção não capitalista.. 01 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232

POLI, Odilon. **Aprendendo a Andar Com as Próprias Pernas**: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP: 1995.

QUEIROZ, Mauricio Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RADIN, José Carlos. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense**. 2. Ed. Joaçaba: Universidade do Oeste de Santa Catarina, 2001.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**, Londrina: UEL/Departamento de Ciências Sociais, v.8, n.2, p.9-26, jul./dez.2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A Foice e a Cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Tradução da tese original em francês: Andréa Gaifani e Laura Angélica Yukie Nomi. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

SOUZA, Cimone Rozendo de. **A Cooperação Como Estratégia Organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná**: o caso da cooperativa de produção e serviços de Pitanga. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, UFPR: 2001.

TONELLO, Ademir; TOSCAM, Teolide. **Mudanças e Conquistas**: movimento de mulheres agricultoras. Monografia (Conclusão do curso de história) – Universidade do Oeste de Santa Catarina, UNOESC:1994.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Revista Desenvolvimentos e Meio Ambiente**, n.2, p.29-37, jul./dez. 2000. Editora da UFPR.

WANDERLEY, Maria Nazaré Baudel. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno e BRANDENBURG, Alfio (orgs.). **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. In: MEDEIROS et al. (Org.). **Assentamentos Rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo. Ed. UNESP, 1994.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS ASSENTADOS

I_ Identificação

1.1 Idade

1.2 Escolaridade

II_ Histórico Pessoal

1. Onde o Sr. morava antes de vir para a ocupação? Mudou mais que uma vez antes de vir para a ocupação?
2. Sua família residia no mesmo local?
3. Que atividades profissionais ou remuneradas seus pais exerceram ou exercem?
4. O Sr. sempre trabalhou na roça? Era proprietário? Seus pais ou avós eram proprietários?
5. O Sr. tem filhos?
6. Que idade eles possuem?
7. Eles trabalham ou estudam? Onde?
8. O sr. prefere que seu filho estude ou não?
9. Você prefere que ele trabalhe na roça ou na cidade?

III_ Trajetória dentro do movimento

1. Como o Sr. tomou conhecimento do movimento?
2. O Sr. já participou de outros movimentos?
3. Quais os motivos que o levaram a participar do movimento para ocupar este local?
4. Você foi incentivado por alguém ou por algum movimento para participar do acampamento?
5. Como o Sr. define o MST?
6. Que vantagens o Sr. percebe em ocupar a terra?
7. Existem muitos conflitos internos dentro do assentamento?
8. Como são estes conflitos?
9. Existem casos de famílias que não concordam com as idéias do movimento?
10. Como as lideranças e outros assentados percebem estas discordâncias?
11. O que acontece com elas?
12. Alguém já foi convidado a se retirar do assentamento?
13. Porque algumas famílias querem sair deste assentamento?
14. O Sr. já participou de outro acampamento ou assentamento?
15. O que te representa o líder do assentamento?
16. O que é feito para manter os vínculos dos assentados com o MST?
17. As pessoas do assentamento vem de onde?
18. Como ficam sabendo do possível acampamento?

19. O Sr. tem alguma preferência partidária?
20. O assentamento é do movimento ou ele é autônomo? Ele tem apoio do movimento?
21. O Sr. já fez cursos?
22. Quem que realizou?
23. O que o Sr. achou?

PROPRIEDADE

1. O Sr. trabalha em sistema coletivo ou familiar?
2. Como funciona o sistema de cooperativas dentro do assentamento?
3. Quais as vantagens e desvantagens da cooperativa?
4. O Sr. se importa em dividir o lucro com outros assentados?
5. O Sr. tem alguma escritura de terra?
6. Gostaria de ter? Por que?
7. Se você pudesse venderia sua terra?
8. Você gostaria de morar em outro local? E exerceria outra atividade?
9. Compraria outra área no campo ou na cidade?
10. Como é organizado o assentamento?
11. Todos desenvolvem tarefas ou as tem para cumprir?
12. O Sr. contribui financeiramente com o MST?
13. Porque “fulano” é líder? Quem escolheu? Até quando ele vai ser o representante do assentamento?
14. O que acha do sistema familiar?
15. O que acha do sistema coletivo?
16. Qual a visão do campo e da cidade?